UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

FERNANDA BRETONES LANE

Notícias Insurgentes.

Política, escravidão e imprensa periódica em Cuba no contexto das
independências ibero-americanas (1810-1823).

SÃO PAULO

2013

FERNANDA BRETONES LANE

Notícias Insurgentes.

Política, escravidão e imprensa periódica em Cuba no contexto das independências ibero-americanas (1810-1823).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, realizada sob orientação do Professor Dr. Rafael de Bivar Marquese.

São Paulo

2013

Agradecimentos

Em 1992, ao escrever seus “reconhecimentos” para a tese de doutorado em Psicologia que defenderia na PUC-SP, meu avô, Lauro Bretones, atestava o que qualquer pesquisador aprende cedo na labuta investigativa: que, apesar dos momentos solitários e de confinamento, “qualquer pesquisa é o resultado de um trabalho de equipe”. Fazendo jus ao ensinamento que ele não pôde me dar em pessoa, mas que descobri na página daquele exemplar amarrado na biblioteca, peço licença para registrar, aqui, os meus próprios reconhecimentos, na esperança de que a ternura que descobri ser de família louve as contribuições que recebi ao longo desses anos.

Como não podia deixar de ser, meu primeiro agradecimento se dirige à minha família. Minha mãe, Hulda Bretones, herdou do seu pai a curiosidade pelo trabalho intelectual e o legou a mim. Sua convicção de que eu podia fazer esse mestrado me sustentou nos momentos mais conturbados de indecisão e aflições, e sem ela eu nunca teria chegado até aqui. Meus irmãos, Rafael e Marina, suportaram a convivência nem sempre tranquila com uma mestrandia que espalhava livros e textos por absolutamente todos os cômodos da casa, que relegava a segundo plano atividades familiares para estudar, mas que, nem por isso, deixou de sentir a irmandade que nos torna cúmplices. Meu amor por eles é pouco verbalizado, mas grande e incondicional. O primo Ricardo e a tia Sara me lembraram sempre o que é ser Bretones. A Rose, quase uma segunda mãe, me viu crescer e nunca entendeu direito por que eu não parei de estudar, mas com sua voz risonha e seu sotaque mineiro sempre me perguntava “é um livro que você tá escrevendo? E num terminou ainda não? Oxe...” (Sinto decepcioná-la, Rose, mas isso é só uma dissertação...).

O professor Rafael Marquese orientou esse trabalho com a atenção e o rigor que só os verdadeiramente comprometidos com o ofício podem fazer. Seu brilhantismo intelectual me motivou a sempre exigir de mim mesma o meu melhor, e é para mim motivo de grande orgulho tê-lo tido como orientador. Prova de sua seriedade com a História se reflete no grupo de alunos que reúne ao seu redor, cujos trabalhos delineiam uma linha de pesquisa sólida. No final de 2012 o grupo passou a se reunir periodicamente, sempre discutindo textos de nosso punho, proporcionando um ambiente agradável que, além de enriquecedor, contribuiu para amenizar a solidão que as pesquisas trazem. Sou grata a todos pela leitura e comentários do meu texto de qualificação, que me ajudaram a melhorar o trabalho. Em especial, Alain El Youssef,

Tamis Parron e Waldomiro Lourenço, que tão bem me receberam no meu primeiro semestre de USP, integrando-me ao seu grupo de estudos, e Renata Diório, que se tornou nos últimos meses confidente e companheira de biblioteca, onde passávamos os dias lutando contra nossos prazos, dividindo as angústias inerentes à etapa final de um trabalho acadêmico e apoiando-nos mutuamente para não deixar a peteca cair.

Eu tive o privilégio de contar com uma banca de qualificação composta pelos professores João Paulo Pimenta e José Antonio Piqueras, historiadores que admiro e aos quais sou profundamente grata pela leitura interessada e pelos encaminhamentos sugeridos, que procurei incorporar, na medida do possível, ao texto final. O professor Piqueras também fez a gentileza de me supervisionar durante o estágio de pesquisa na Espanha.

Aos amigos que suportaram (mesmo sem entender) as ausências, agradeço a paciência pelas (muitas) vezes em que sumi para me afogar em leituras ou escrever. Não poderia deixar de mencionar as queridas Marina Pappa, Ana Lunardelli, Julia Zanolli e Cíntia Gabilan, que compartilharam comigo os sonhos e as angústias da adolescência na Escola Vera Cruz para depois brilhar cada uma no seu campo, sem que os caminhos às vezes opostos tenham prejudicado a amizade que já dura mais de uma década. Fernando “Fernas” Hargreaves e André “Só” Suzuki tem sido fiéis escudeiros também desde os idos do Colegial, e nossos encontros, embora menos frequentes nos últimos tempos, me levam sempre a pensar que, para algumas coisas na vida, o tempo não passa. Davi Martins foi companheiro de muitos anos e, apesar dos rumos que a vida tomou, foi fonte de grande apoio que, espero, retribuo com carinho. A amiga Tais dos Santos, que tive o prazer de conhecer durante a graduação na PUC-SP, trouxe imensa alegria às noites de aula nas salas decadentes do Prédio Velho para logo se tornar companheira pra vida toda. Lucas Justiniano, Victor Lacerda, Belmiro Amaral, Tide Bueno, Eliz, Janaína, Altair Gama (*in memoriam*) também foram companheiros de sala, e nossas discussões sobre história, vida e cinema frequentemente terminavam no bar. Bruna Attina, Maíra Rosin, Renata Carone e Tatiana Moura também alegam desde tempos puquianos meus momentos de lazer. Por essa época surgiu Davi Moreira, que migrou para a USP antes de mim e sempre me deu conselhos enquanto tomávamos cafés por aí.

Ainda na PUC, tive a sorte de ser aluna dos professores Lucília Siqueira, Luis Ferla e Janes Jorge, dos quais aprendi o ofício; o professor Fernando Londoño me orientou durante a Iniciação Científica e tem atendido com esmero e presteza meus inúmeros pedidos por cartas de recomendação.

Priscila Ferrer, irmã de alma, me mostrou que eu estava no meio do rio achando que estava no meio do mar, e me deu a mão e me mostrou por onde ir. Seu otimismo contagioso, seu compromisso com o que faz, sua convicção, sua sinceridade e a leveza para enxergar soluções onde muitos enxergam problemas me serviram – e servem – de exemplo para a vida. Os meses que moramos juntas em um hotel na pequenina Castellón de la Plana (*Castellón de la nada...*) constituem uma das lembranças mais tenras, e nossa amizade – da Pompéia para o mundo – é uma preciosidade. Além da Pri, Castellón me trouxe vários amigos e colegas historiadores da América Latina, dos quais não poderia deixar de mencionar Carlos Salazar, excelente dançarino de salsa e espécie de “conselheiro” (“es que soy mayor que tu, Fer”), e Veremundo Carillo, que numa cerveja desprestenciosa me sugeriu os contornos do tema de pesquisa que abracei desde então. Que o mundo siga dando voltas e promovendo nossos reencontros!

Max Pendergraph me acompanhou no meu primeiro semestre na USP e tem sido, além de um interlocutor trilingue, um amigo com quem posso contar apesar da distância. A perspectiva de sermos vizinhos em breve me enche de alegria.

Durante o mestrado, contei com o apoio financeiro da Fapesp, e deixo aqui registrado meu agradecimento pela bolsa que me permitiu dedicação exclusiva à pesquisa. A mesma instituição me proveu por quatro meses com uma BEPE enquanto eu investigava na Espanha, viagem essencial para a consulta e coleta das fontes que embasam o trabalho. Naquela oportunidade pude consultar os acervos da Biblioteca Nacional, Hemeroteca Municipal de Madri e do Arquivo das Índias, e estendo meus agradecimentos aos funcionários que tão bem me atenderam.

Em Sevilha, encontrei um grupo de pesquisadores apaixonados como eu pela história da América Latina. Sou grata pelos momentos divididos com Aaron Olivas, Luis Muñoz, Luis Emilio, Elizabeth Montañez-Sanabria, Lindsay Sidders, Patrick Funicello, e os queridíssimos Francisco Molinero e Bethan Fisk, com quem a convivência foi muito além da *tostada y café* que tomávamos sempre às onze para aguentar as longas horas de arquivo. Tive ainda a sorte de encontrar uma família especial em Fabio Foggia e Izumi Inoue, respectivamente um italiano e uma japonesa, cuja paixão pelo flamenco os levou à capital andaluza. A saudade de todos se tornou elemento do meu cotidiano. Agradeço, ainda, a Reinaldo Funes, que em suas rápidas passagens pelo arquivo arrumou tempo para conversar comigo e me apontou importante documentação.

Naquela primavera a prefeitura de Sevilha estampou nos ônibus municipais o sugestivo slogan “*dejáte llevar*”; foi exatamente isso que fiz quando Max Deardorff apareceu inesperadamente e virou minha vida de ponta cabeça. Ambos em outro continente e com um calendário de pesquisa intenso, decidimos dar as mãos, fazer planos mirabolantes e aturar os sofrimentos da distância na certeza de que, em breve, a vida será poesia a dois.

Nas sessões de análise com Fabio Landa aprendi as metáforas mais importantes da vida. Ele me mostrou uma porta quando eu não via teto, e me ajudou a preservar a inteligência (“A fúria do touro nunca ganha da serenidade do toureiro”). Como singela retribuição, dedico a ele esse trabalho.

A todos os aqui lembrados e aos que por eventualidade esqueci de mencionar (minhas desculpas): não espero que leiam ou apreciem o resultado, mas por tudo, muito obrigada.

Resumo

O objetivo central dessa pesquisa é analisar como foram recebidas em Cuba as notícias relativas às conturbações políticas que despontavam na América de colonização ibérica a partir de 1810 – quando a sensação de vácuo de poder ocasionado pela substituição de monarquias no trono espanhol, operada pela ocupação napoleônica, deu lugar a uma série de eventos que transformariam de maneira decisiva as relações entre as duas partes do Império. Pretende-se entender a fidelidade cubana à monarquia espanhola e a conseqüente permanência do sistema colonial nesta ilha num contexto de intensas transformações e reordenamento político no mundo ocidental – com atenção especial ao mundo iberoamericano -, um caminho que contrasta com a insurgência e guerras independentistas observadas em grande parte dos antigos domínios coloniais ibéricos no Novo Mundo. Para tanto, são analisados periódicos da época a fim de identificar o modo como foram percebidos e noticiados em Cuba tais acontecimentos. A particularidade da escravidão em Cuba forma o prisma para enxergar e entender o porvir político cubano à luz dos eventos acima mencionados.

Abstract

This research aims to analyze how news regarding political turmoil in Iberian America reached Cuba after 1810, when Napoleon's invasion of Spain led to a vacuum power and the beginning of several events that would transform the relationship between the metropole and colonies within the Spanish empire. It seeks to understand Cuban loyalty to Spain and the consequent maintenance of colonialism on the island in a context of intense transformation and political reorganization in the Western world – focusing in the Iberian world -, a path that clashes with the insurgencies and independence wars that took place in Spanish America. I analyse the periodical press published in Cuba during those years in order to identify the way such events were sensed and reported in Cuba. The particularity of slavery in Cuba form the prism through which to understand the political future on the island in light of the such events.

Palavras-chave: Cuba; imprensa; independência.

Key-words: Cuba; press; independence.

e-mail para contato: f.bretones@usp.br / f.bretones@gmail.com

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1: Delineando imprensa e escravidão em Cuba	13
Reformismo ibérico e escravidão em Cuba	18
Escravidão, abolicionismo e opinião pública	24
A escravidão na imprensa cubana durante os dois primeiros períodos liberais espanhóis	30
Capítulo 2: Notícias Insurgentes: a imprensa cubana e as insurgências hispanoamericanas durante o primeiro período de liberdade de imprensa, 1810-1814	46
Liberdade de Imprensa em Cuba, I	47
As insurgências hispano-americanas nas páginas dos periódicos cubanos	55
Capítulo 3. “<i>Los males de América</i>”: imprensa, constitucionalismo e independência durante o Triênio Liberal, 1820-1823	81
Liberdade de imprensa em Cuba, II	86
De insurgentes a independentes: <i>Cubanacán</i> e a América como exemplo	95
Considerações finais	113
Fontes e Bibliografia	119

Introdução

Em agosto de 1791, escravos e quilombolas se levantaram em uma insurreição que destruiu a parte oeste da ilha de Hispaniola, naquele momento a mais próspera colônia do Novo Mundo: Saint-Domingue. Na noite do dia 22, cativos de diversas fazendas localizadas na planície norte da possessão francesa deflagraram a insurgência, assassinando os administradores brancos e ateando fogo às lavouras que eles próprios haviam cultivado. Em poucos dias, milhares de novos insurgentes se uniram ao movimento, que, em um mês, destruiu todas as plantações em volta da capital Le Cap. Eram os momentos iniciais de um processo que conduziria à abolição da escravidão na colônia francesa (1794) e ao nascimento de um novo estado nacional soberano uma década mais tarde, o segundo nas Américas: a república independente do Haiti (1804).¹

A historiografia dedicada ao assunto há tempos esmiuçou os eventos que moldaram essa história, das especificidades do colonialismo francês nas Antilhas às relações entre a Revolução Haitiana e a de 1789 na metrópole, e não cabe fazer uma apreciação detalhada dessa produção.² O Haiti não constitui, afinal, o objeto primordial da presente pesquisa. O que se pretende, aqui, é entender a fidelidade cubana à monarquia espanhola e a conseqüente permanência do sistema colonial na ilha de Cuba em um contexto de intensas transformações e reordenamento político no mundo ocidental, um caminho que contrasta com a insurgência e guerras independentistas observadas em grande parte dos antigos domínios coloniais no Novo Mundo. Nesse sentido, o que sim é de interesse para o trabalho que ora se apresenta é o impacto que a mais bem sucedida rebelião escrava teve na Capitania Geral de Cuba, tendo como premissa a escravidão como o elemento chave a partir do qual se pensou o futuro político da ilha no âmbito da crise e dissolução do império colonial espanhol a inícios do século XIX. Se as decisões tomadas pela classe senhorial cubana e pela administração colonial insular estiveram, como se tem aqui entendido, condicionadas

¹ DUBOIS, Laurent. *Avengers of the New World. The story of the Haitian Revolution*. Cambridge: Harvard University Press, 2004, p.94; VON GRAFENSTEIN, Johanna. “La Revolución de Independencia de Haití: sus percepciones en las posesiones españolas y primeras repúblicas vecinas”. Disponível em: <http://www.20-10historia.com/articulo7.phtml> Consultado em 30/05/2013.

² Ainda assim, cabe apontar que, no que tange ao processo revolucionário, o trabalho mais clássico é o de JAMES, C.L.R. *The Black Jacobins: Toussaint Louverture and the San Domingo Revolution*. Toronto: Random House Canadá, 1989 [1938]. Ver, também: FICK, Carolyn. *The Making of Haiti: The Saint-Domingue Revolution from Below*. Knoxville: The University of Tennessee Press, 1990; DUBOIS, Laurent. *Avengers of the New World*. Op. Cit.

por esse componente central, faz-se necessário refletir sobre a repercussão da revolução que destruiu o sistema escravista na colônia vizinha.

Os fatos relativos à revolução escrava de Saint-Domingue percorreram rapidamente o mundo atlântico: um mês após seu acontecimento, o levante de 1791 era tema de músicas cantadas por escravos na Jamaica; em 1795, o nome de Jean-François, líder da insurreição, circulava entre todos em Cuba e, em 1805, a independência do Haiti era invocada em missas em Trinidad.³ Em que pese o território diminuto a que se reportavam (apenas o oeste da ilha Hispaniola, com uma população em torno de 600.000 habitantes⁴), não deve surpreender que as informações tenham circulado tão rapidamente em outras partes: o Caribe era, afinal, um espaço extremamente dinâmico, de rotas de circulação de mercadorias e de pessoas de diversas nações e etnias; “uma grande unidade histórica”, como escreveu Sidney Mintz para caracterizar a *oikoumenê* caribenha, na qual as experiências comuns criadas pela díade *propriedade fundiária* e *coerção* transcenderam as diferenças culturais e conformaram uma “visão do mundo comum em certos aspectos”.⁵ Essa unidade fez com que as colônias caribenhas se interconectassem apesar de terem metrópoles tão distintas,⁶ contribuindo para o fluxo constante de pessoas, de ideias e de escritos. Assim, uma miríade de fontes contribuiu para espalhar as notícias aos quatro ventos quando os escravos se rebelaram em Saint-Domingue: cartas particulares e oficiais e relatos em primeira pessoa feitos por marinheiros, comerciantes, soldados, e também por aqueles que lutaram na repressão do movimento.⁷

³ GEGGUS, David P. (ed.) *The Impact of the Haitian Revolution in the Atlantic World*. Columbia: University of South Carolina Press, 2011. “Preface”p. x.

⁴ Idem, p. ix. O restante do território insular correspondia à colônia de Santo Domingo (atual República Dominicana), dominada pelos espanhóis.

⁵ MINTZ, Sidney W. “Aturando substâncias duradouras, testando teorias desafiadoras: a região do Caribe como Oikoumenê”, p.69-70. IN: *O poder amargo do açúcar. Produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2003, pp.49-88. O autor apresenta sua concepção de *oikoumenê* à página 59, em uma diferenciação do sentido que lhe vinha sendo atribuído anteriormente pela Antropologia.

⁶ “Os escravos da Jamaica podem não ter conversado com os escravos de São Domingos na mesma língua; no entanto, suas experiências separadas eram suficientemente similares para garantir-lhes uma visão do mundo comum em certos aspectos, que nunca foi inteiramente obliterada.” Idem, p. 70.

⁷ Jane Landers oferece diversos exemplos da participação de africanos e afro-descendentes nos eventos que conformaram a era das revoluções atlânticas. De Barbados à Carolina do Sul, de Saint-Domingue à Flórida, de Cuba à Jamaica, essa população desfrutava de uma imensa mobilidade geográfica durante o período e certamente contribuíram de forma significativa para a difusão das notícias sobre o Haiti. (Uma visão ampla dessa mobilidade, tanto geográfica quanto social, da população de origem africana no Caribe está expressa na introdução da obra, pp. 1-14). Em Cuba, por exemplo, dois terços dos homens livres de cor faziam parte das milícias em 1776, tendo inclusive servido em diferentes portos do Atlântico, o que lhes possibilitou conhecer outros lugares, outros povos, e adquirir informações políticas as mais variadas. Esses sujeitos certamente estiveram entre os difusores das narrativas sobre a revolução. LANDERS, Jane.

Grande parte das informações partiu daqueles que presenciaram os acontecimentos em primeira mão. Cuba, Venezuela, Porto Rico e Nova Espanha foram alguns dos destinos dos imigrantes franceses de Saint-Domingue que abandonaram a ilha em vista das conturbações políticas. O foco de seus relatos recaiu na extrema violência perpetrada pelos escravos⁸ e na destruição das fazendas, contribuindo para consolidar uma imagem extremamente negativa a respeito da revolução.⁹ O impacto era ainda maior quando a nova realidade era contrastada com o retrato pintado anteriormente de riqueza, opulência e prosperidade. As descrições do abade Raynal, de M.E. Moreau de St.-Méry e de James Barskett¹⁰ haviam disponibilizado ao mundo dados de população, produção, e cifras sobre os aportes de Saint-Domingue ao comércio francês; com base nesses e em outros relatos, “se difundía la imagen de la colonia opulenta y altamente rentable para su metrópoli”. Nessa medida, a rebelião escrava foi a responsável pela aniquilação de um território próspero, sendo constantemente associada à destruição e à violência desenfreada. Por essa razão, a presença dos imigrantes franceses – e dos escravos que levaram consigo – nas colônias vizinhas era motivo de receios, bem como as comunicações com o território insurgente.¹¹ Não era para menos: impressos que circulavam no Vice Reino da Nova Espanha em 1793 davam conta dos acontecimentos revolucionários de Paris e Saint-Domingue (o que motivou queixas por parte do vice rei); na Capitania Geral da Venezuela, duas rebeliões foram relacionadas à revolução antilhana, uma em Coro, em 1795, a outra em Maracaibo, em 1799, tendo

Atlantic Creoles in the Age of Revolutions. Cambridge: Harvard University Press, 2010. (Cf Capítulo 4: “Black Militiamen and African Rebels in Havana”, p.142-143). Uma prova significativa a esse respeito repousa no fato de que, em Cuba, os responsáveis por supervisionar os prisioneiros de guerra de Saint-Domingue foram os batalhões de pardos e morenos locais. FERRER, Ada. “Cuba en la sombra de Haití: noticias, sociedad y esclavitud”, p.185. IN: GONZÁLEZ-RIPOLI, María Dolores et alii. *El rumor de Haití en Cuba: temor, raza y rebeldía, 1789-1844*. Madrid: CSIC, 2004, pp.179-231.

⁸ DUBOIS, Op. cit., p. 5.

⁹ A partir daqui, o conteúdo deste e do próximo parágrafo está integralmente baseados no texto de Johanna Von Grafenstein, “La Revolución de Independencia de Haití: sus percepciones en las posesiones españolas y primeras repúblicas vecinas.” Op. Cit.

¹⁰ Guillaume-Thomas Raynal, *Histoire Philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes* (1780); M.E. Moreau de St.-Méry, *Description topographique, physique, civil, politique et historique de la partie française de l'île Saint-Domingue* (1797); James Barskett, *History of the island of Saint-Domingue, from its first discovery by Columbus to the Present Period* (1791). APUD: GRAFENSTEIN, Op. Cit. A obra de Saint-Méry está analisada no início do primeiro capítulo de DUBOIS, *Avengers of the New World*, Op. Cit., pp. 8-35.

¹¹ O trabalho de Alejandro Gómez analisou em detalhes as reações e manifestações (ansiedade, temor, pânico) ocorridas em várias partes do Caribe após a Revolução de Saint-Domingue na sua tese de doutorado. GÓMEZ PERNÍA, Alejandro Enrique. *Le syndrome de Saint-Domingue. Perceptions et représentations de la Révolution haïtienne das le Monde Atlantique, 1790-1886*. Paris : École de Hautes Études en Sciences Sociales, 2010.

levado o capitão general interino de Caracas a propor medidas para melhorar a situação das castas e evitar que elas viessem a constituir uma ameaça à ordem estabelecida.

Em Cuba, onde a presença de imigrantes franceses provenientes de Saint-Domingue foi massiva,¹² as autoridades também se preocuparam em melhorar a condição dos escravos a fim de evitar uma rebelião similar e preservar, assim, a ordem social. Não obstante os esforços, a Revolução de Saint-Domingue serviu de exemplo para revoltas escravas ensaiadas em Cuba. Sua parte oriental, muito próxima da ilha vizinha¹³, assistiu a um aumento de rebeliões nos anos imediatamente posteriores ao levante, com casos documentados em 1795, 1798, 1805, 1809.¹⁴ Em 1812, a descoberta do que era até aquele momento a maior conspiração envolvendo escravos, negros e mulatos livres tramada na ilha convenceu as autoridades de que a circulação de notícias relacionadas ao Haiti era extremamente prejudicial à manutenção da ordem. A conspiração de Aponte, como ficou conhecida, pretendia abolir a escravidão em Cuba, a exemplo do que fora feito no território vizinho, e esteve fortemente relacionada com as discussões levadas a cabo nas Cortes espanholas naquele momento a respeito do fim do tráfico de escravos, que chegaram a Havana por meio do periódico oficial publicado em Madri. Embora tenha sido descoberta e reprimida “a tempo”, a conspiração aterrorizou senhores e governantes e contribuiu para que se evitassem temas controversos na imprensa; além disso, incentivou o fechamento dos canais de comunicação com pessoas vindas da ilha vizinha. As preocupações pelo contágio revolucionário e pela circulação de notícias a respeito do Haiti tornaram-se uma constante no início do século XIX em Cuba.¹⁵ Por outro lado, a ruína daquela que era a maior produtora de artigos tropicais

¹² Segundo Grafenstein, entre 10.000 e 30.000 franceses de Saint-Domingue emigraram a Cuba entre 1792 e 1803. Ver também: YACOU, Alain. “Esclaves et libres français à Cuba au lendemain de la Révolution de Saint-Domingue”. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*, 1991, n. 28, pp.163-197; “L’expulsion des Français de Saint-Domingue refugies dans la région orientale de l’île de Cuba (1808-1810)”. *Cahiers du Monde hispaniques et luso-brésilien*, 1982, n.39, pp.49-64. Martial Iglesias Utet acompanhou a trajetória de três gerações de uma família que se mudou para Cuba após a rebelião escrava em: “Los Despaigne en Saint-Domingue y Cuba: narrativa microhistórica de una experiencia atlántica”. *Revista de Índias*. Vol. LXXI, n. 251, 2011, pp. 77-108.

¹³ São menos de 300km entre Baracoa (Guantánamo) e Le Cap, e cerca de 400km entre Santiago de Cuba e Port-au-Prince.

¹⁴ FERRER, “Cuba en la sombra de Haití”. Op. Cit., p. 216; YACOU, Alain. “La insurgencia negra en la isla de Cuba en la primera mitad del siglo XIX”. *Revista de Índias*, 1993, vol. 53, n.197, pp.23-51.

¹⁵ Mais de uma década após a revolução, as autoridades de Cuba seguiram tomando medidas de precaução para evitar qualquer contato com sujeitos provenientes da ilha vizinha. Em 1818, um ofício do governador Escudero informava o capitão general das providências tomadas frente à chegada de uma embarcação a um porto cubano: “constando ser sus expediciones de los negros de Sto. Domingo así como su tripulación, providencie se mantuviera incomunida dicha Goleta [...]”. CUBA, 1869, N.991. 22 de noviembre de 1818. Atitude semelhante foi tomada pelos representantes de Santiago de Cuba quando imigrantes de Santo Domingo chegaram à cidade, em 1822: “se prohibió el desembarque de los pasajeros a fin de evitar las comunicaciones [...] por una parte se presenta la urgencia de precavernos del contagio

como açúcar, café, cacau e anis, abriu aos senhores cubanos a oportunidade de impulsionar a agricultura local. Com isso em mente, Francisco de Arango y Parreño escreveu em 1792 – apenas um ano após o estalido da rebelião na vizinha Saint-Domingue – um opúsculo dedicado às possibilidades de fomentar a agricultura cubana e alavancar as cifras de produção da ilha. Entre as medidas propostas, liberalizar e intensificar o tráfico de escravos para suprir a necessidade de braços nas fazendas.¹⁶

Temor e oportunidade. Esse era o pano de fundo em Cuba quando as primeiras notícias da ocupação da Espanha pelas tropas de Napoleão Bonaparte chegaram à ilha, dando origem a uma crise política que tomaria o Império espanhol e levaria, em pouco tempo, a sua dissolução.

Os eventos são bem conhecidos: desde sua chegada ao poder, Napoleão trabalhou no sentido de tornar-se uma influência hegemônica na Europa, fosse por meio de tratados e alianças, fosse por meio de empreitadas militares, substituindo, à medida que avançava sobre os demais territórios, as lideranças locais por algum aliado. A estratégia variou pouco no caso da monarquia espanhola. O Tratado de Fontainebleau (1807), firmado entre Napoleão e o ministro espanhol Manuel de Godoy, previa a conquista e partilha do reino português, que se recusara a acatar o bloqueio continental desenhado em 1806 por Bonaparte contra a Grã-Bretanha, de quem os portugueses eram aliados; pelos termos do Tratado, a Espanha autorizava o exército francês a cruzar seu território a fim de submeter Portugal à força. Além da imposição do bloqueio continental, Napoleão estava interessado nos vastos e ricos domínios portugueses na América, especialmente depois que a França perdera definitivamente a posse de sua mais rica colônia com a consolidação da Independência do Haiti (1804). A monarquia portuguesa, porém, antecipando-se às movimentações napoleônicas e amparada pelos britânicos, abandonou a Península e partiu com sua Corte rumo ao Brasil no final de 1807, em um movimento que se provou, naquele momento, bem sucedido para a manutenção da soberania portuguesa e da unidade de seu território no Novo Mundo. O mesmo não pode ser dito com relação à Espanha: cercada pelas tropas francesas, tendo a Oeste o grande contingente de homens enviados a Portugal e, a Leste, a presença alarmante de um número massivo de soldados nos Pirineus, viu-se alvo das pretensões

revolucionario que por desgracia há acudido en aquella Isla [...]”. *Actos Gubernativos – Diputación Provincial*. 15 de abril de 1822. *Periódico Nacional de Santiago de Cuba*. n.25, 24 de abril de 1822

¹⁶ ARANGO Y PARREÑO, Francisco. “Discurso sobre la agricultura de La Habana y medios de fomentarla”, In: *Obras*. Op. Cit., La Habana: Imagen Contemporánea, 2005, 2 volumes . Vol. I, p. 159.

napoleônicas. O Príncipe de Astúrias, Fernando, forçou seu pai, o rei Carlos IV, a renunciar em seu favor. Coroado, Fernando VII logo foi destituído e aprisionado por Napoleão, que substituiu o monarca espanhol por seu irmão, José Bonaparte (agora José I). A imposição de um novo soberano, porém, longe de ser acatada pelos súditos espanhóis, ensejou uma forte resistência no território europeu e, em seguida, na Guerra de Independência da Espanha. Juntas de governo provinciais reuniram-se quase imediatamente em oposição a José I com o intuito de garantir a soberania da nação espanhola, até reunirem-se, em setembro de 1808, para formar uma Junta Central Suprema Governativa do Reino. Passado pouco mais de um ano, em novembro de 1809, os revezes da guerra forçaram a transferência da Junta Central para Cádiz, onde, a princípios de 1810, a mesma se dissolveu. Em seu lugar foi criado um Conselho de Regência para governar em nome de Fernando VII, e convocaram-se as Cortes espanholas em caráter extraordinário para deliberar acerca do futuro da nação espanhola, à qual todos os domínios do império deveriam enviar deputados.¹⁷

O recebimento das notícias acerca desses eventos nos territórios americanos se deu de maneira espaçada e irregular, pois nem sempre os relatos chegavam ao outro lado do Atlântico na ordem em que os fatos aconteciam. Mas, conforme tomavam conhecimento do que sucedia na Península, os súditos nas Américas também reagiam, pois os revezes da guerra na Península exerciam influência direta nas decisões feitas nas colônias. Assim, cerimônias de coroação e juras de fidelidade a Fernando VII foram feitas nas principais praças americanas, seguidas de temor e apreensão pelas notícias de seu aprisionamento por Napoleão e formação de juntas locais de governo em diversas províncias, a exemplo do que se observou na Península. A convocação às Cortes deu lugar a eleições de representantes, ao passo que a adoção, por parte da Regência, de critérios díspares na determinação do número de deputados americanos e peninsulares gerou desgostos, contribuindo, inclusive, para que alguns territórios não reconhecessem o Conselho regencial. Em meio a essas transformações, a ausência de uma autoridade aglutinadora imprimiu ao biênio 1808-1810 uma sensação de vazio de poder que abriu espaço para que diversos atores reclamassem a legitimidade

¹⁷ ARTOLA, Miguel. *La España de Fernando VII*. Madrid: Espasa Calpe, 1999; Idem, *La Revolución española (1808-1810)*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 2010; LA PARRA, Emilio. “El príncipe inocente. La imagen de Fernando VII en 1808”. In: CHUST, Manuel; FRASUET, Ivana. *Las independencias en América*. Madrid: Catarata, 2009; Idem (eds). *La transcendencia del Liberalismo Doceañista en España y América*. Valencia: Generalitat Valenciana, 2004, pp.31-50; MORENO ALONSO, Manuel. *José Bonaparte: un rey republicano en España*. Madrid: las Esfera de los Libros, 2008.

governamental. Na ausência de um rei espanhol legítimo, a quem se deveria obedecer: ao monarca imposto por Napoleão? A uma junta local de governo? À junta central peninsular? Ao Conselho de Regência?¹⁸ Carlota Joaquina, filha de Carlos IV (portanto, irmã de Fernando VII) encontrava-se a essa altura radicada no Brasil junto de seu marido, o Príncipe Regente João de Bragança, e também se mobilizou no sentido de buscar apoio entre as províncias americanas – especialmente as do Cone Sul – para preservar a soberania espanhola em nome de sua família.¹⁹ Como bem resumiu João Paulo Pimenta, “*Quem governa, e em nome de quem*: eis a síntese da grande interrogação que pairava sobre a América espanhola, e de cujas respostas resultariam apoios ou recusas, entendimentos e conflitos, tensões e expectativas.”²⁰

É importante salientar que, embora a eclosão do *movimiento juntero* seja acertadamente considerado pela historiografia como o ponto de partida das ações concretas que levariam às independências²¹, há uma diferença substancial entre a conjuntura de 1808 e a de 1810. No primeiro momento, diante da ausência do rei e em nome dele se constituíram Juntas locais de governo, a fim de salvaguardar o poder até que o monarca legítimo pudesse retornar ao trono.²² Além disso, as juras de fidelidade à monarquia cumpriam também o papel de evitar que, nos territórios multiétnicos da América, o vazio de poder servisse de ensejo para levantes populares. Contudo, se em 1808 tratava-se – como sugeriu Tulio Halperín Donghi – de adotar uma medida não de todo desconhecida e jurar lealdade às autoridades espanholas como forma de resistir ao

¹⁸ ÁVILA, Alfredo. “De las independencias a la modernidad. Notas sobre un cambio historiográfico”, IN: PANI, Erika, SALMERÓN, Alicia (eds). *Conceptualizar lo que se ve. François-Xavier Guerra, historiador. Homenaje*. México: Instituto Mora, 2004, pp. 76-112. Ver, também: PORTILLO VALDÉS, José Maria. “Un problema de la identidad entre monarquía y nación en la crisis hispana, 1808-1812”. In: ÁLVAREZ CUARTERO, Izaskun; SÁNCHEZ, Julio(eds.). *Visiones y revisiones de la independencia de America: la Constitución de Cádiz y las Constituciones Iberoamericanas*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2007.

¹⁹ O projeto carlotista foi bem analisado por João Paulo G. Pimenta em *O Brasil e a América espanhola. 1808-1822*. FFLCH/USP. Tese de Doutorado, 2003, especialmente pp.53-64;119-123.

²⁰ Idem, p.64. Grifos do original.

²¹ CHUST, Manuel (coord.). *La eclosión juntera en el mundo hispano*. México: Fondo de Cultura Económica : COLMEX, 2007.

²² Ibidem; CHUST, Manuel (Ed.). *Las Independencias Iberoamericanas en su Laberinto*. Valencia: Universitat de València, 2010; CHUST, FRASQUET. *Las independencias en América*. Op. Cit.; LUCENA GIRALDO, Manuel. *Naciones de rebeldes. Las revoluciones de independencia latinoamericanas*. Madrid: Santillana Ediciones Generales, 2010; ÁLVAREZ CUARTERO, Izaskun; SÁNCHEZ, Julio(eds.). *Visiones y revisiones de la independencia de America: la Constitución de Cádiz y las Constituciones Iberoamericanas*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2007. RAMOS SANTANA, Alberto. “La constitución de 1812 y los americanos: la representación a la emancipación”. In: ÁLVAREZ CUARTERO; SÁNCHEZ, p. Cit., pp.87-108.

invasor francês²³, em 1810 a instauração da Regência e a convocação de representantes americanos para a reunião das Cortes Espanholas alterava significativamente o contexto político hispânico. Tratava-se, agora, de substituir o regime absoluto por um sistema representativo nacional, onde a Espanha peninsular e a América espanhola eram, por decreto, iguais politicamente. Ainda de acordo com Halperín Donghi, esse novo papel exercido pela Espanha peninsular – não mais o lugar de onde emana o poder absoluto do rei, e sim de onde se incita a deixar para trás o Antigo Regime – reavivou os debates a respeito da legitimidade que serviram de ensejo para que os súditos americanos reivindicassem autonomia. A maioria das províncias americanas não reconheceu a Regência que convocou as Cortes, dado o caráter desigual que foi atribuído à representação americana, de modo que a partir de 1810 as juntas americanas passaram a reivindicar autonomia para exercer o autogoverno em nome do rei cativo.²⁴

²³ Segundo Halperín Donghi, outro motivo pelo qual as juras de fidelidade foram tão prontamente efetivadas no Ultramar reside na experiência semelhante de manutenção de lealdade às autoridades durante a guerra de sucessão espanhola. Veja-se o texto (sem título) de Donghi em: CHUST, Manuel (Ed.). *Las Independencias Iberoamericanas en su Laberinto*. Op. Cit., pp. 125-136.

²⁴ Além do artigo citado, Halperín Donghi é autor de um importante trabalho: *Reforma y Disolución de los Impérios Ibéricos, 1750-1850*, no qual procurou descortinar os “traços comuns e as grandes linhas de um processo desencadeado a partir de uma crise que afeta a América ibérica enquanto unidade”. Antes dele, John Lynch apresentou um panorama abrangente acerca dos processos políticos transformadores abertos com a dissolução da monarquia espanhola em seu *The Spanish American Revolutions, 1808-1826*, que inaugurou a seara de estudos que buscam entender as independências americanas a partir de uma mirada única. No início dos anos 1990, veio à luz um dos livros seminais sobre o assunto: *Modernidad e Independencia*, de François-Xavier Guerra, que inaugurou uma nova tradição historiográfica com foco na irrupção da Modernidade no mundo hispânico. Escrita na órbita da nova história política, a obra apresentava uma visão de conjunto acerca das transformações ocorridas no conjunto do império espanhol, ao mesmo tempo que recolocava a Revolução Francesa como grande disseminadora de valores modernos. O foco nos processos políticos também apareceu com força em outra obra de grande impacto: *La independencia de la América española*, de Jaime Rodríguez, que procurou detalhar a resposta americana ao colapso da monarquia espanhola, partindo de uma base centrada nas relações entre metrópole e colônias desde o século XVIII. HALPERÍN DONGHI, Túlío. *Reforma y disolución de los imperios ibéricos, 1750-1850*. Madrid: Alianza Editorial, 1985; LYNCH, John. *The Spanish American Revolutions, 1808-1826*. New York: W.W. Norton & Company, 1986 [1976]. 2ª edição; GUERRA, François-Xavier Guerra. *Modernidad e Independencia. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México, D.F.: Mafre : Fondo de Cultura Económica, 1993; RODRÍGUEZ O., Jaime E. *La independencia de la América española*. México, D.F.: El Colegio de México: Fondo de Cultura Económica, 1996. Esse pequeno parágrafo não pretende ser um balanço historiográfico detalhado acerca da produção historiográfica sobre as independências. Trata-se, apenas, da enunciação de algumas obras que apresentam essa visão de conjunto e que foram fundamentais para a redação dessa dissertação. O livro de Jaime Rodríguez oferece uma bibliografia comentada que vai além das visões abrangentes, com indicações de análises mais específicas sobre os vários territórios da América espanhola (pp.295-305). Para um balanço historiográfico sucinto, ver: ÁVILA, Alfredo. “De las independencias a la modernidad.” Op. Cit., p.80. Mais recentemente, José A. Piqueras buscou analisar, em perspectiva ampla, o nascimento da política moderna a partir de 1808, articulando Espanha e América Espanhola. PIQUERAS, José A. *Bicentenarios de Libertad. La fragua de la política en España y las Américas*. Barcelona: Ediciones Península, 2010.

Naquele mesmo ano, um decreto expedido pelas Cortes espanholas inaugurou o primeiro período de liberdade de imprensa no mundo hispânico, e uma miríade de publicações veio à luz, contribuindo para alargar os canais de circulação de notícias no âmbito do império. A lei esteve vigente até 1814, quando a volta de Fernando VII ao trono restaurou a censura prévia de textos impressos. Um novo interlúdio constitucional, entre 1820 e 1823, reabilitou a lei de liberdade de imprensa, e novos títulos surgiram. Nas páginas dos periódicos publicados em Cuba durante esses dois períodos constitucionais é possível ler, para além dos textos em si que as estampavam, as transformações políticas ocorridas na ilha e as percepções que se tinha, ali, acerca dos eventos ocorridos em outras partes do império espanhol.

Uma das questões centrais dessa pesquisa é justamente a leitura que se fez, em Cuba, dos movimentos insurgentes e das guerras de independência que varreram a América espanhola nas primeiras décadas dos Oitocentos. Assim sendo, buscou-se examinar, de uma parte, as notícias que circularam na imprensa cubana a respeito daquelas lutas. Apreciação semelhante se pretendeu fazer com relação ao que se publicou sobre a escravidão negra, componente chave da sociedade cubana. Partindo da premissa de que a análise da imprensa periódica produzida em Cuba durante aqueles anos poderia contribuir significativamente para o entendimento da continuidade do colonialismo, buscou-se articular o conteúdo relativo a essas duas temáticas, a fim de explorar a hipótese inicial desse trabalho, qual seja: que as decisões tomadas pela classe senhorial local e pela administração colonial diante dos vários caminhos abertos pelo vazio de poder na metrópole estiveram condicionadas pela escravidão negra.

Para tanto, realizou-se um arrolamento das publicações periódicas cubanas entre 1810-1814 e 1820-1823 a partir, inicialmente, das obras de Antonio Bachiller y Morales e Antonio José Valdés, bem como de trabalhos historiográficos no quais a imprensa cubana constitui o objeto primordial.²⁵ Em uma etapa posterior, fez-se um levantamento do material disponível na Biblioteca Nacional da Espanha, na Hemeroteca Municipal de Madri, e no Arquivo Geral das Índias, todas instituições espanholas, e uma estadia de quatro meses naquele país possibilitou a consulta aos títulos preservados (listados ao

²⁵ BACHILLER Y MORALES, Antonio. *Apuntes para la historia de las letras y de la instrucción pública de la Isla de Cuba*. Havana: Imprenta de P. Massana, 1859, 3 vols.; JENSEN, Larry. *Children of Colonial despotismo. Press, Politics, and Culture in Cuba, 1790-1840*. Tampa: University of South Florida Press, 1988; BAENA, Juan José. *El terror de los tiranos. La imprenta en la centuria que cambió Cuba (1763-1868)*. Castelló de la Plana: Publicaciones de la Universitat Jaume I, D.I. 2009; ÁLVAREZ, Jesús Timoteo y MARTÍNEZ RIAZA, Ascensión. *Historia de la Prensa Hispanoamericana*. Madrid: MAPFRE, 1992.

final). Na Biblioteca Nacional, os exemplares de publicações periódicas cubanas estão, em sua maioria, encadernados em formato de livro, organizados, quase sempre, por título, porém com poucos números relativos a cada um deles. Na Hemeroteca Municipal de Madri, os poucos exemplares disponíveis estão em suporte microfilme, e após a busca (por título ou lugar de impressão) é possível copiar o documento diretamente do rolo a um dispositivo eletrônico de armazenamento. No Arquivo das Índias, onde se encontra a maior parte da documentação consultada, as coleções de publicações periódicas estão organizadas por título, e é possível localizá-las a partir de um catálogo produzido pela Biblioteca do Arquivo. Contudo, essas compilações tampouco estão completas. A maior parte dos exemplares que as compõe foi retirada da carpeta destinada a impressos do fundo Ultramar (*legajo*110, carpeta I: Impresos), que reúne os expedientes de remissão de impressos de Cuba à Seção de Governo - Negócios Políticos e contém, também, algum material impresso não periódico.²⁶ Seguindo o estipulado pelas Cortes quando foi abolida a censura prévia às publicações, o capitão general era obrigado a remeter à Península exemplares dos papéis impressos na sua localidade. A rigor, portanto, tudo o que se publicou em Cuba (assim como nas demais unidades políticas do império espanhol) durante a vigência da lei de liberdade de imprensa deveria estar no local designado para a guarda dos impressos. No entanto, muitos deles foram extraviados ou perdidos por deterioração, antes que fossem organizados e propriamente armazenados. Esse esclarecimento com relação ao corpo documental é relevante para que fique claro que as interpretações aqui oferecidas foram feitas com base em um material fragmentado, embora nem por isso menos relevante.

Visto que a imprensa não foi o único canal de circulação de notícias, procurou-se complementar tal corpo documental com consultas à correspondência dos capitães gerais de Cuba nos períodos estudados, com a finalidade de observar como as temáticas em tela foram tratadas nas vias reservadas de comunicação. O material foi selecionado a partir da descrição contida no catálogo do Arquivo das Índias dos fundos documentais que reúnem cartas tramitadas pela burocracia colonial, como *Ultramar* e *Papeles de Cuba*, localizados partir de descritores como “correspondência do capitão

²⁶ Os ofícios de encaminhamento, simples e burocráticos, ainda se encontram nessa carpeta. A título de exemplo, se transcreve um: “Excmo. Sr.: En el presente correo y en pliego separado remito á V.E. dos ejemplares de cada uno de los papeles que se han impreso en esta Ciudad, una para la Biblioteca de las Cortes, y otro para el Ministerio del cargo de V.E., todo conforme á lo que me está prevenido sobre este particular. Dios guarde á V.E. muchos años. Habana 23 de Mayo de 1822. Excmo. Sr. Nicolás Mahy – Excmo. Sr. Secretario de Estado y del Despacho de la Gobernación de Ultramar.” ULTRAMAR,110. Carpeta I: Impresos.

general”, “conspirações de negros” e “independência”. Essa documentação se mostrou especialmente relevante no que tange à escravidão, uma vez que o assunto foi abordado de maneira distinta nas correspondências e nas publicações periódicas.

Ainda sobre as fontes, cabe ressaltar que aparecem citadas no idioma original, a fim de preservar o vocabulário e as construções frasais; já as citações feitas a partir da bibliografia foram traduzidas livremente ao português.

A dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro apresenta uma breve história da imprensa na América espanhola e, em especial, em Cuba, destacando o papel que as Reformas Bourbônicas tiveram no fomento das publicações impressas; o reformismo é igualmente o ponto de partida para o panorama que se apresenta acerca da configuração da escravidão na ilha. O capítulo analisa, ainda, a forma como a escravidão negra foi tratada na imprensa cubana nos dois períodos liberais que conformam o recorte temporal. Apesar do surgimento de diversas publicações periódicas a partir da lei de liberdade de imprensa, observa-se um silenciamento com relação ao tema da escravidão, prática que vinha sendo delineada desde a revolução escrava na ilha vizinha, mas que ganhou força a partir da conspiração de Aponte em 1812. As evidências de que havia uma relação clara entre o que circulou na imprensa a respeito dos debates sobre o fim do tráfico de escravos e a conspiração contribuiu para o sigilo com que o assunto foi tratado nas páginas da imprensa cubana. O segundo capítulo está dedicado especificamente às publicações periódicas do primeiro período constitucional, atentando, primeiramente, para as possibilidades de compreensão da política insular daquele momento por meio da imprensa. Com o fim da censura prévia a escritos de caráter político, algumas das tensões existentes no seio da sociedade cubana vieram à tona, expressas, via de regra, por meio de ofensas pessoais. Apesar de os grupos políticos ainda não estarem bem definidos, é possível notar tendências, especialmente de uma crescente oposição à classe senhorial, atacada com frequência nas páginas de algumas publicações. Em um segundo momento, as mesmas fontes servem de base para a demonstração de como as insurgências hispano-americanas foram noticiadas pela imprensa cubana. A despeito dos posicionamentos políticos distintos, os periódicos analisados convergiram na interpretação acerca dos movimentos que convulsionaram o continente após o vácuo régio na sede do império. O tom negativo dominou o noticiário dedicado aos eventos da América espanhola, desqualificando seus líderes e apontando para as mazelas causadas pelas rebeliões. Seguindo essa sistemática,

o terceiro capítulo se debruça sobre as publicações produzidas em Cuba durante o Triênio Liberal. Esse segundo interlúdio constitucional é significativamente mais complexo do que o primeiro, com posicionamentos políticos mais bem definidos - o que fica evidente na imprensa tanto pelo número maior de publicações quanto no conteúdo das mesmas. Títulos como *El Esquife Arranchador* e *El Español Libre*, por exemplo, se encarregaram de atacar constantemente a classe senhorial, e o *El Americano Libre* foi criado especificamente com o objetivo de combater essas críticas. A imprensa também serviu para divulgar os planos do grupo *Soles y Rayos de Bolívar*, que pretendia proclamar a independência da ilha. Os movimentos insurgentes hispano-americanos, que caminhavam a passos largos em direção à ruptura com a Espanha, seguiram sendo reportados em tons negativos. Por último, as considerações finais retomam os objetivos centrais da pesquisa à luz dos resultados obtidos com a consulta à documentação, propondo uma via de interpretação que conecta as duas partes da pesquisa: escravidão e independência.

Capítulo 1. Delineando imprensa e escravidão em Cuba.

A imprensa chegou à América espanhola não muito tempo depois de os primeiros colonizadores fincarem pé no Novo Mundo; a primeira tipografia de que se tem notícia foi inaugurada provavelmente em 1539, após ter sua estrutura enviada de Sevilha à Nova Espanha, e servia a propósitos religiosos, notadamente a necessidade de livros para a catequização de indígenas.²⁷ Os impressos evangelizadores foram, de fato, pioneiros na história da imprensa hispano-americana, e se fizeram notar em Lima, importante centro de missões religiosas, e também na região do Rio da Prata. Algum tempo depois se popularizaram em territórios coloniais as folhas volantes e relações, publicações esporádicas e de ocasião cujo objetivo era “relatar acontecimentos relevantes, narrados às vezes de maneira exagerada.”²⁸ No caso específico da Capitania Geral de Cuba, a primeira obra impressa produzida localmente de que se tem notícia data de 1723, quando veio à luz uma *Tarifa General de Precios de Medicinas*. Ao longo das quatro décadas seguintes, porém, pouco se avançou em termos de produção impressa na ilha, restrita a folhetos, volantes e alguns casos isolados de livros, além dos impressos religiosos que saíam da *Imprenta Del Cómputo Eclesiástico*. No período subsequente, títulos com temática histórica, como *Historia de la Isla y catedral de Cuba*, do Bispo Morell de Santa Cruz, publicada em 1760, *Llave del Nuevo Mundo*, de José Felix de Arrate (1761), e *Teatro histórico, jurídico y político militar de la Isla fernandina de Cuba y principalmente de su capital La Habana*, de Ignacio Montoya (1787), estiveram dedicados a “ressaltar a singularidade da ilha no contexto colonial espanhol.”²⁹ Os impressos, porém, estiveram constantemente sujeitos ao controle de censores eclesiásticos desde o século XVI em todo o território colonial, de modo que opúsculos, panfletos e jornais eram limitados no mundo hispânico.³⁰ Na metrópole, a oficial *Gazeta Nueva*, inaugurada em 1611 (mais tarde *Gazeta de Madrid*, em 1652), foi por largo tempo o único periódico disponível; já às colônias a imprensa periódica chegou apenas na centúria seguinte, quando o Vice Reino da Nova Espanha viu surgir a *Gaceta de México* (1722), seguida pela *Gaceta de Guatemala* (1729), *Gaceta de Lima* (1743) e a *Gaceta de La Habana* (1764). Tal qual a de Madri, essas publicações tinham

²⁷ RÍOS VICENTE, Enrique. “El Periodismo en Iberoamérica.” IN: QUINTERO, Alejandro Pizarroso(coord.) *Historia de la Prensa*. Madrid : Centro de Estudios Ramón Areces, 1994, pp. 29-54.pp. 467-512, em especial p. 468.

²⁸ ÁLVAREZ, Jesús Timoteo y MARTÍNEZ RIAZA, Ascensión. Op. Cit., p.32.

²⁹ SÁNCHEZ BAENA, Op. Cit., pp. 27-31.

³⁰ JENSEN, Op. Cit., p.4

em comum o traço oficial, pelo que sua principal função era divulgar resoluções, decretos e informes relacionados ao governo, além de notícias de guerras, dados comerciais e outras de interesse público - tanto a nível local quanto a nível mundial. O debate político, portanto, estava fora do alcance das gazetas: discussões desse tipo estavam restritas, no Império espanhol, a associações políticas e científicas privadas. Esses fatores, aliados à censura inquisitorial, contribuíram para retardar o desenvolvimento da imprensa enquanto espaço de sociabilidade moderna e lugar de debate político tanto na Espanha quanto em suas possessões ultramarinas - algo notável na Inglaterra desde o fim da censura real em fins do século XVII.³¹ Foi apenas com as Reformas Bourbônicas que a imprensa adquiriu maior importância e passou a se desenvolver com mais fluidez no mundo hispânico, inclusive nos territórios coloniais.

Como se sabe, em meados do século XVIII os impérios ibéricos haviam perdido espaço político internacional para as demais nações européias imperiais, deixando de ocupar a liderança de que haviam gozado nos séculos precedentes para ingleses, franceses e holandeses. A constatação dessa posição periférica e o desejo de recuperar em alguma medida sua importância nos quadros mundiais deram origem ao reformismo que marcou o mundo ibérico dos Setecentos. Embasados em ideias ilustradas que marcaram o período, Portugal e Espanha puseram em marcha uma série de mudanças a fim de racionalizar a administração imperial (que atingira um grau de burocratização demasiado), integrar os territórios da monarquia em um único sistema comercial, reforçar a presença metropolitana na América e aumentar as rendas das coroas.³²

Entre os muitos sintomas da decadência do poderio ibérico, a ocupação inglesa de Havana em 1762, ocorrida em meio à Guerra dos Sete Anos (1756-1763), se destaca pelo impacto que teve sobre a história da ilha, motivo pelo qual vem sendo evocado como um marco nas relações metrópole-colônia e no lugar desta no quadro imperial redesenhado pelo reformismo ilustrado. A retomada do controle pela coroa espanhola após o término dos conflitos, em 1763, coincidiu com o início do processo reformador impulsionado por Carlos III, contribuindo para converter Cuba em um pólo comercial e militar. Reformas militares, comerciais e nas comunicações significaram grandes investimentos na fortificação do porto de Havana, na criação de milícias disciplinadas, na melhoria da comunicação interna e no estabelecimento de uma rota de correio

³¹ Cf. YOUSSEF, Alain El. *Imprensa e Escravidão: Política e Tráfico Negro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*. FFLCH/USP: Dissertação de Mestrado, 2010, p.16.

³² HALPERIN DONGHI, *Reforma y disolución...* Op. Cit; GUERRA, *Modernidad e independencia*, Op. Cit.

quinzenal que trazia da Europa, além da correspondência oficial e privada, também as cada vez mais populares gazetas.³³ As mudanças que resultaram dessas reformas também trouxeram consigo a necessidade de publicar ordens, instruções, editais e projetos do governo.

Foi nessa conjuntura que surgiu o primeiro periódico cubano: a *Gazeta de la Habana*. A publicação foi idealizada por Ambrosio Funes Villalpando, Conde de Ricla e capitão general de Cuba à época, e veio à luz em maio de 1764 pela imprensa de Blas de Olivos. Durante os quase dois anos em que foi publicada, a *Gazeta* estampou semanalmente em suas páginas anúncios comerciais e notícias sobre movimentação portuária, além de funcionar como veículo oficial do governo de Ricla.³⁴ Ainda em 1764, surgiu o primeiro periódico não oficial, o *El Pensador*, redigido pelos advogados Santa Cruz e Urrutia, também de publicação semanal.³⁵ Ricla propôs, ademais, a criação de outras duas publicações: uma mensal, para complementar o conteúdo da *Gazeta*, e uma anual, na forma de um guia “para forasteiros” que trouxesse informações sobre a história, a geografia, o comércio e a população da ilha, entre outros. Apesar dos esforços do capitão general, a publicação mensal não chegou a existir, e a primeira *Guía de Forasteros* só foi publicada em 1781.³⁶ Dez anos mais tarde, diante da conjuntura revolucionária que reinava do outro lado dos Pirineus, um Real Decreto expedido na Espanha instituiu a censura oficial a periódicos em todos os territórios sob domínio Bourbonnônico, liberando para circulação apenas os de caráter oficial.

A história da imprensa hispânica esteve, de fato, condicionada pela influência francesa desde o final do século XVIII. Primeiramente um exemplo a ser emulado, tanto

³³ GUERRA Y SÁNCHEZ, Ramiro. *Manual de Historia de Cuba (Económica, Social y Política)*. La Habana: Cultural S.A., 1938, p.170.

³⁴ Infelizmente não se tem notícia de exemplares preservados dessa *Gazeta*. Contudo, uma breve descrição sobre esse título, sistematizada a partir de fontes do fim do século XIX, pode ser lida em: SÁNCHEZ BAENA, *El terror de los tiranos*. Op. cit. O livro de Larry Jensen, apoiando-se em *La imprenta en la Habana – notas bibliográficas*, de José T. Medina (Chile, 1904), e *Historia de la Isla de Cuba y en especial de La Habana*, de Antonio José Valdés (Cuba, 1964), afirma que a publicação fora idealizada no começo da década de 1760, mas que seu primeiro número teria vindo efetivamente à luz apenas em 1782. Sánchez Baena, cuja publicação é mais recente, afirma que, apesar da similaridade de títulos, a *Gaceta* surgida em 1782 era uma publicação distinta da anterior. Em Bachiller y Morales, *Apuntes...*, há apenas referência a uma *Gazeta de la Habana* em 1782. p. 113, tomo II.

³⁵ GUERRA Y SÁNCHEZ, *Manual...* Op. Cit., p. 170 SÁNCHEZ BAENA, Op. Cit., p. 44.

³⁶ A partir dessa data, o *Guía de Forasteros* foi publicado anualmente até 1884. Apesar da defasagem entre sua idealização e concretização, ainda assim foi pioneira entre suas congêneres hispano-americanas, já que publicações similares seriam lançadas em outras partes anos depois, como por exemplo a *Guía Política eclesiástica y militar del Virreinato del Peru*, de 1793, e o *Calendário Manual y Guía Universal de Forasteros en Venezuela para el año 1810*. Cf: SÁNCHEZ BAENA, Op. Cit., p.54. Mais sobre o *Guía* e outros precursores da imprensa em Cuba em: Idem, capítulo 2 “La recuperación de La Habana y el fomento de las publicaciones periódicas.”, em especial “2.1.1. La Guía de Forasteros”, pp.54-55.

por sua efervescência quanto pela ampla aceitação do modelo das gazetas logo adotado em Espanha, a experiência francesa aos poucos se converteu em um mau exemplo; a radicalização do movimento e o crescimento da propaganda revolucionária passaram a ser vistos como uma ameaça para uma monarquia que desejava manter-se como tal. Tal foi o cenário por quase duas décadas.

Pouco depois de inaugurado o século XIX, a França seria novamente motor de transformações com significativo impacto na vida política e literária na vizinha Espanha. A invasão de Napoleão, como se sabe, inaugurou um período de instabilidade política tanto na Península quanto nos territórios de Ultramar, e um de seus efeitos mais imediatos foi a reunião das Cortes espanholas em caráter extraordinário, órgão que proclamaria a liberdade de imprensa. O fim da censura transformou a imprensa em arma política; na Espanha ocupada, franceses e afrancesados se valeram de obras impressas para lançar uma campanha de dominação por meio de propaganda impressa, ao mesmo tempo que a explosão da sublevação espanhola deu origem a diversas publicações abertamente contrárias à presença dos invasores. Como apontou Larry Jensen, “as ações francesas contra a imprensa espanhola conectaram a liberdade da imprensa periódica à causa da resistência a Napoleão.”³⁷ Na Península, por exemplo, o *Semanario Patriótico*, inaugurado em 1º de setembro de 1808, deixava explícito já no título seu posicionamento. Publicado originalmente em Madri, foi deslocado para Sevilha antes da entrada dos franceses sobre a capital, e depois para Cádiz, onde seu editor, Manuel José Quintana, pressionou pela liberdade de imprensa.³⁸ O *El Español*, de Blanco White (responsável anteriormente pela redação da parte política do *Semanario*), também se dedicou à temática da guerra patriótica em seus primeiros números: publicado em Londres, onde White se auto-exilou tão logo a ocupação se converteu em guerra civil, tinha como um de seus objetivos primordiais noticiar os acontecimentos deflagrados com a invasão.³⁹ O primeiro número, publicado em 30 de abril de 1810, explicitava seu propósito de fazer oposição às injustiças de Napoleão, “difundiendo en la opinión pública las máximas que hacen abrrrecible todo género de tirania.”⁴⁰ Várias publicações não periódicas também surgiram no período com a finalidade de narrar os acontecimentos bélicos e informar os espanhóis (peninsulares e americanos) acerca do

³⁷ JENSEN, Op.Cit., p. 26.

³⁸ Ibidem.

³⁹ FERRER, Priscila. *A arma das letras: os acontecimentos hispanoamericanos nas folhas do El Español (1810-1812)*. USAL: Tese de Máster. Salamanca, 2011.

⁴⁰ *El Español*, N. I, 30 de abril de 1810. Disponível em: www.bne.es/es/Catalogos/HemerotecaDigital, consultado em 04/10/2012.

que ocorria.

Os territórios ultramarinos também ecoaram a resistência ao agora inimigo francês tal qual na metrópole. Em Cuba, por exemplo, o primeiro periódico fundado após o decreto de liberdade de imprensa tinha como mote o combate ao “vandalismo francês.”⁴¹ Ao anunciar a primeira sessão do conselho nacional francês em 1811, a manchete do número 88 do *El Lince* anunciava que a reunião havia sido “convocada por el no muy católico, ni Cristiano usurpador Bonaparte.”⁴² “Corramos a las armas, y vea todo el mundo, que al traidor Bonaparte la España abre sepulcro”, incitava a *Canción Patriótica para todos Instrumentos* publicada no *Diario de la Habana* de 1 de janeiro de 1811.⁴³ Quase três anos após as abdições forçadas em Bayona e a imposição de José Bonaparte ao trono espanhol, Napoleão continuava a ser detratado nas páginas de periódicos hispanoamericanos. Ao lado do *Diario de la Habana*, o *Diario de México*, a *Minerva Peruana*, o *Papel Periódico de Santa Fe de Bogotá* e a *Gazeta de Caracas*, entre outros, davam mostras do patriotismo hispano-americano contrário aos invasores.⁴⁴ Em Havana, a lembrança de uma não tão distante invasão inglesa contribuía para acirrar os ânimos e fazer proliferar a impressão de notícias sobre os acontecimentos na Península e as manifestações de apoio a Fernando VII. Entre elas, um folheto de onze páginas no qual se propunha a subscrição dos territórios da América para a defesa e guerra contra o invasor francês na Espanha foi a contribuição do Marechal Francisco de Montalvo que a imprensa de Pedro Nolasco publicou em abril de 1811.⁴⁵

Mas os irmãos Bonaparte não foram as únicas vítimas das penas afiadas do período. Os conflitos originados em meio a essa conjuntura instável e permeada de incertezas também estiveram em pauta, como se mostrará no capítulo seguinte. Por ora, cabe retroceder novamente a meados do século XVIII para verificar a configuração da escravidão negra como um elemento chave da sociedade cubana.

⁴¹ JENSEN, Op. Cit., p. 27. No Vice Reino do Peru, esse papel foi cumprido pela *Minerva Peruana*. Cf. HAMPE MARTÍNEZ, Teodoro. “La ‘primavera’ de Cádiz: libertad de expresión y opinión pública en el Perú (1810-1815)”. In: *Historia Constitucional*, n. 13, 2012, pp 339-359.

⁴² *El Lince*, N. 88 de 3 de octubre de 1811.

⁴³ BNE, Colección Hispanoamérica. *Diario de la Habana*. Tom. I, Núm. 123. I de enero de 1811.

⁴⁴ ÁLVAREZ e RIAZA, Op. Cit., “Prensa antinapoleónica”, pp. 53-61.

⁴⁵ SÁNCHEZ BAENA, *El terror de los tiranos*. Op. Cit. p.97.

Reformismo ibérico e escravidão em Cuba

Além de ter servido de ensejo para a implantação das reformas em Cuba⁴⁶, a presença estrangeira também pôs em evidência as vantagens da liberalização comercial: durante os meses em que Havana esteve sob domínio inglês, as importações de negros e as exportações de açúcar aumentaram concomitantemente. “Con sus negros y su libre comercio”, escreveria décadas mais tarde um expoente representante da classe senhorial cubana, “habían hecho más en un año los ingleses que nosotros en los sesenta anteriores”.⁴⁷ Isso não significa que antes não houvesse produção açucareira ou oferta de mão de obra na ilha; o comércio de escravos, por exemplo, era feito com maior facilidade desde que a paz de Utrecht (1713) abrisse caminho para o domínio britânico dos mares, e a oligarquia insular havia investido na criação de novos engenhos.⁴⁸ Como bem salientou Ramiro Guerra y Sánchez, as vantagens alcançadas por Havana durante a ocupação britânica não teriam sido suficientes, por si só, para impulsionar o desenvolvimento da ilha, “por seu caráter breve e transitório, se Cuba já não tivesse começado a receber, antes e depois de dita ocupação, benefícios da coroa espanhola.”⁴⁹ Contudo, os entraves causados pela burocracia metropolitana retardavam o pleno desenvolvimento dos frutos cubanos. Em um contexto de franca expansão açucareira no Caribe, com o sistema atlântico do noroeste europeu já consolidado⁵⁰, a presença inglesa em Havana deu impulso à produção por meio do aumento da oferta de mão de obra

⁴⁶ As primeiras propostas de reordenação político-administrativa com vistas a reerguer a economia imperial datam do início do século XVIII, tão logo a superação por outras potências se fez evidente aos espanhóis. Não obstante, medidas efetivas só foram postas em marcha, como se apontou, com Carlos III, na segunda metade do século. Nesse sentido, apesar de ter sido apropriada por parte da historiografia de maneira exagerada, a ocupação inglesa de Havana teve papel significativo na implementação das reformas na ilha – em especial as de caráter militar -, visto que expusera as fragilidades do império e “despertou” o governo metropolitano para as vantagens de conferir maior importância à colônia. Cf. SÁNCHEZ BAENA, Op. Cit., p. 39-40. Uma síntese dos planos de reforma anteriores a 1763 em: MARQUESE, R.B. *Feitores do corpo, missionários da mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, pp.193-4. Sobre o processo de militarização da elite cubana, ver: KUETHE, Allan J. *Cuba, 1753-1815. Crown, Military, and Society*. Knoxville: The University of Tennessee Press, 1986; JOHNSON, Sherry. *The Social Transformation of Eighteenth-Century Cuba*. Gainesville: University Press of Florida, 2001.

⁴⁷ ARANGO Y PARREÑO, Obras. Op. Cit., Vol. I., p.147.

⁴⁸ Cf. MORENO FRAGINALS, Manuel. *O engenho. Complexo econômico-social cubano do açúcar*. (Trad. Português). São Paulo: HUCITEC; Editora UNESP, 1988. Vol. I, p.28-9. Ver, do mesmo autor: *Cuba, Espanha: uma história comum*. (Trad. Português). Bauru: EDUSC, 2005, especialmente o capítulo 12, “Ingleses em Cuba”.

⁴⁹ GUERRA Y SÁNCHEZ, Op. Cit., p.167.

⁵⁰ O sistema atlântico do noroeste europeu é aqui entendido na acepção que lhe foi concedido por Márcia Berbel, Rafael Marquese e Tâmis Parron em *Escravidão e Política. Brasil e Cuba, 1790-1850*. São Paulo: HUCITEC : FAPESP, 2010. O Atlântico aparece como um espaço único com múltiplas temporalidades, pelo que os diferentes tempos da expansão ultramarina europeia teriam levado à configuração de dois sistemas atlânticos distintos.

escrava, além de ter desvinculado temporariamente o porto havanês do monopólio gaditano.⁵¹ Quando a coroa espanhola reassumiu o controle da ilha, portanto, tratou de não desprezar o que de positivo havia legado o inimigo. Com efeito, ao assumir o posto de Capitão General em 1763, uma das primeiras medidas de Riela foi obter a concessão do assento de negros para o Marquês Casa-Enrile, responsável por introduzir em poucos anos um grande número de africanos na ilha.⁵² A oferta de braços contribuía para o fomento da agricultura, que, por sua vez, aumentava a demanda por mais braços. Com as reformas fiscais promovidas pela ilustração Bourbônica (que incluíam o envio de remessas de outras partes do império para o fomento da agricultura, notadamente o *situado* novo-hispano⁵³), investimentos na infraestrutura, diversificação da produção, aumento da demanda exterior por produtos tropicais e novas técnicas de produção, Cuba experimentava uma revolução agrícola que lhe conferia cada vez mais importância nos quadros do Império espanhol.⁵⁴ A classe senhorial proprietária de terra, há tempos arraigada no solo cubano, soube tirar proveito dessa nova posição e da experiência, e cedo começou a apresentar demandas à Coroa pela liberalização do comércio e do tráfico negreiro. Em petição enviada em outubro de 1764, por exemplo, os habitantes de Havana exigiam que todos os portos espanhóis fossem abertos a Cuba e que seu açúcar fosse protegido nesse mercado; que seus produtos fossem isentos de impostos tanto na Península quanto nos portos americanos, ao mesmo tempo que os produtos espanhóis tivessem suas taxas de importação reduzidas; que os cubanos pudessem comprar livremente escravos para suprir a crescente demanda por braços na agricultura; que o recrutamento de artesãos e trabalhadores especializados fosse incentivado pelo monarca, e que a Capitania tivesse um deputado permanente na Corte.⁵⁵ Algumas dessas demandas foram atendidas no ano seguinte: a Real Cédula de 16 de outubro de 1765 liberalizou o comércio com a abertura de oito portos para o comércio da ilha, e reformou o imposto da *alcabala* (taxa sobre as transações de compra e venda), medidas que contribuíram para o crescimento de 4% ao ano que a produção açucareira experimentou entre 1765 e 1789.⁵⁶ Outras, porém – em especial as referentes ao tráfico

⁵¹ MORENO FRAGINALS, *Cuba, Espanha*. Op. Cit., pp. 158-160.

⁵² GUERRA Y SÁNCHEZ, Op. Cit., pp. 176-177.

⁵³ Transferência de recursos (prata) da Nova Espanha para áreas estratégicas de defesa do império espanhol no Caribe, em especial Cuba e Porto Rico, destinados a cobrir gastos de administração, pagamento de soldados e construção e manutenção de fortalezas e muralhas.

⁵⁴ Cf. KNIGHT, Franklin W. "Origins of Wealth and the Sugar Revolution in Cuba, 1750-1850" *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 57, No. 2 (May, 1977), pp. 231-253.

⁵⁵ KUETHE, *Crown, military, society*. Op. Cit., p.68-69

⁵⁶ Idem, p.72

de escravos – seguiram como plataforma da classe senhorial até o começo do século seguinte. Não obstante, o açúcar foi aos poucos ganhando espaço até se consolidar como o produto mais importante da agricultura cubana, desbancando produtos mais antigos como o tabaco e o gado e modificando drasticamente a paisagem insular.⁵⁷ Ao longo desse percurso, consolidou-se uma classe senhorial poderosa centrada em Havana e arredores (região onde os engenhos se desenvolveram primeiramente), que levou o historiador Manuel Moreno Fraginals a adotar o termo *sacarocracia* para se referir a esse grupo.

Para além dos resultados econômicos, o efeito mais importante do reformismo em Cuba foi ter engendrado um profundo entendimento político entre a classe senhorial *criolla* e a coroa, que perdurou até o século XIX. Privilégios comerciais, títulos de nobreza e vantagens militares foram concedidos pela metrópole, por um lado, em troca da aceitação da reforma fiscal e da lealdade política por parte dos colonos - um pacto que teve papel fundamental na configuração de uma espécie de estabilidade política na ilha, já que a própria classe senhorial se encarregou de reprimir e evitar qualquer tipo de contestação à ordem colonial.⁵⁸ Esse foi um diferencial significativo na conformação política da sociedade cubana, que contrasta com o observado no território hispano-americano continental, onde revoltas ocorreram de forma mais reiterada ao longo do século XVIII. As reformas fiscais impostas pela administração colonial, por exemplo, estiveram na raiz dos descontentamentos que engendraram duas grandes rebeliões nos Vice Reinos do Peru e da Nova Granada no final dos Setecentos: a de Túpac Amaru (1780-1781) e a dos Comuneros (1781), respectivamente.⁵⁹ É curioso notar, portanto, que a elevação do mesmo imposto que trouxe benefícios para a produção açucareira cubana contribuiu para fomentar insurreições em outras localidades. Com efeito, conforme se apontou acima, a elevação da taxa da *alcabala* em Cuba não causou tanta

⁵⁷ Sobre as transformações na paisagem insular em consequência do impacto da expansão dos engenhos pela ilha, veja-se: FUNES MONZOTE, Reinaldo. *De Bosque a Sabana. Azúcar, deforestación y medio ambiente en Cuba (1492-1926)*. Distrito Federal de México: Siglo XXI Ediciones, 2004.

⁵⁸ MARQUESE, R.B. *Feitores...* Op. Cit., p.196-7; BERBEL, MARQUESE, PARRON. *Escravidão e Política* Op. Cit. Entre 1808 e 1812 houve ao menos três revoltas em Cuba, que, segundo Sherry Johnson, eram contra o capitão general. Todas foram reprimidas. Cf. JOHNSON, Sherry. “From authority to impotence: Arango’s adversaries and their fall from Power during the constitutional period (1808-1823)”, p.200. In: GONZÁLEZ-RIPOLL, ÁLVAREZ CUARTERO. *Francisco Arango y la invención de la Cuba azucarera. Francisco Arango y la invención de la Cuba azucarera*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2010., pp. 193-211.

⁵⁹ Para o caso andino, ver: O’PHELAN, Scarlett. *Un siglo de rebeliones anticoloniales. Perú y Bolivia, 1700-1783*. Cuzco, CBC, 1988; sobre a rebelião dos Comuneros na Nova Granada: PHELAN, John Leddy. *The People and the King. The Comunero Revolution in Colombia, 1781*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1978.

comoção quanto no altiplano andino; isso porque, na ilha, seu aumento foi acompanhado pela remoção de outros impostos e entraves comerciais, algo que resultou da hábil negociação dos senhores de engenho e que conferiu, ao fim e ao cabo, maior fluidez aos negócios cubanos. Essa diferença na maneira de conduzir as reformas na Capitania Geral antilhana dá provas da articulação entre os interesses da classe senhorial local e o poder metropolitano. É evidente que as particularidades de Cuba nos quadros do Império espanhol desempenharam aqui papel fundamental: a geografia (o fato de a ilha ser ponto estratégico não apenas em termos militares, mas também para a comunicação imperial), a economia (aumento da renda real com impostos novos ou mais elevados, além dos lucros em potencial da produção açucareira) e, também, aspectos sociais (desde cedo os homens de famílias influentes e ligadas ao poder se formavam em Madri, garantindo a proximidade com a Corte). Vale lembrar, no mais, que a demanda por um deputado cubano presente permanentemente na capital do reino também foi atendida, dando início ao que María Dolores González-Ripoll caracterizou como uma “etapa de cumplicidade entre os grupos de poder de Madri e Habava, uma relação plena de interesses e jogos políticos [...]”.⁶⁰

Outra expressão desse pacto político pode ser exemplificada pelas instituições fundadas no fim do século XVIII que contaram com a participação ativa de senhores *criollos*, permitindo aos mesmos influir de forma mais direta nos rumos da ilha como fizeram por meio da Sociedade Patriótica de Havana, fundada em 1793.⁶¹ A associação foi responsável, entre outras medidas, pela publicação de memórias e periódicos que expressavam o posicionamento da sacarocracia, tendo inclusive assumido a redação do *Papel Periódico de la Havana*, inaugurado três anos antes pelo capitão general Luis de Las Casas. Idealizada e redigida naquele primeiro momento pelo próprio Las Casas, tinha por objetivo informar a população local acerca de eventos relevantes a nível mundial, e saía aos domingos pela *Imprenta de la Capitanía General*. Ao passar para as mãos da Sociedade Patriótica, aumentou sua periodicidade para duas vezes na semana, saindo também às quintas-feiras.⁶² Os impressos fomentados pela associação podem ser tomados, segundo Consuelo Naranjo, como a “expressão de um grupo que comartilhava

⁶⁰ GONZÁLEZ-RIPOLL, M^a Dolores. “Vínculos y redes de poder entre Madrid y La Habana: Francisco de Arango y Parreño (1765-1837), ideólogo y mediador”, *Revista de Indias*, num. 222 (2001), pp.291-305. Citação da página 295.

⁶¹ NARANJO OROVIO, Consuelo “Cuba, una isla impregnada de guarapo”, p.28-29. IN: GONZÁLEZ-RIPOLL, María Dolores, e ÁLVAREZ CUARTERO, Izaskun (eds.). *Francisco Arango...* Op. Cit., pp. 27-40.

⁶² SÁNCHEZ BAENA, Op. Cit, p.92.

interesses e ambições.”⁶³ Com efeito, uma das penas mais ativas era justamente a do homem considerado porta-voz desse grupo, Francisco de Arango y Parreño. Representante cubano em Madri desde 1787, Arango contribuiu significativamente para o estreitamento dos laços entre a metrópole e a Capitania Geral, tendo obtido uma série de benefícios para a classe senhorial.

O escrito mais famoso de Arango, o *Discurso sobre la Agricultura de La Habana y Medios de fomentarla*, redigido em 1792, recupera, em grande parte, as demandas feitas pelos proprietários havaneses em 1764 mencionadas anteriormente. Apesar da liberalização comercial e da reforma fiscal atendidas naquele primeiro momento, uma série de entraves ainda impediam que a agricultura cubana atingisse um grau mais elevado de produção como era o caso das Antilhas francesas e inglesas. Na análise de Arango, os concorrentes tinham grandes vantagens desde o princípio, “porque les cuestan menos los utensílios y negros.”⁶⁴ Fomentar o tráfico de escravos, com o envolvimento direto de hispano-cubanos, e flexibilizar o comércio externo a fim de facilitar a compra de maquinário para a indústria açucareira eram, portanto, as duas propostas mais significativas do opúsculo⁶⁵, e dois pontos que eram demandados há três décadas pelos senhores de engenho. Apesar disso, a primeira vez que os senhores cubanos gozaram de liberdade para comerciar escravos ocorreu apenas em 1789 e em caráter temporário, quando uma Real Cédula permitiu o tráfico pelo período de dois anos; findo o prazo, o comércio de africanos foi renovado por igual período.

Não obstante a prorrogação, Arango solicitou ao rei espanhol que a extensão do benefício se desse por oito anos, argumentando que “V.M. está bien convencido de que su mayor interes en esse punto es que sus vasallos americanos tengan los más barato posible y, com plazos que Sean justos, los negros que necesiten [...]”⁶⁶ No mesmo ano em que a vizinha Saint-Domingue experimentava o início das conturbações de uma revolução escrava, a sacarocracia cubana pleiteava seguir adiante com a livre importação de africanos e, inclusive, intensificá-la. Nesse momento crítico de apelo cubano à continuidade do tráfico negreiro e de revolta e abolicionismo no território

⁶³ CONSUELO NARANJO, Op. Cit., p.29

⁶⁴ ARANGO Y PARREÑO, Francisco. “Discurso sobre la agricultura de La Habana y medios de fomentarla”, In: *Obras*. Op. Cit., vol. I, p. 159.

⁶⁵ Cf. MARQUESE, R.B. “Comparando impérios: a experiência do tempo e o lugar do Brasil no projeto escravista de Francisco de Arango y Parreño (1789-1832)”, IN: *Francisco Arango y la invención...*, Op. Cit., pp. 66-89.

⁶⁶ ARANGO Y PARREÑO, “Representación manifestando las ventajas de una absoluta libertad en la introducción de negros, y solicitando se amplíe a ocho la prórroga concedida por dos años”, *Obras*, Op. Cit., vol. I, p.135.

vizinho, a Revolução haitiana foi interpretada pelos senhores cubanos numa chave bastante particular: a possibilidade de, diante do colapso da economia do líder no mercado mundial de açúcar naquele momento, despontarem como principais produtores.⁶⁷ “Si el Gobierno quiere fomentar la industria de sus colonias y tener una balanza ventajosa”, escrevia Arango em 1792, “debe seguir en sus producciones la marcha política las demás naciones” e não apenas liberalizar o tráfico negreiro, como envolver-se diretamente com ele, fundando estabelecimentos na costa da África, medida “urgente en el día.”⁶⁸ Por meio do livre comércio, Cuba poderia expandir e consolidar a escravidão, aumentar sua produtividade e integrar-se definitivamente ao mercado mundial. O argumento mais persuasivo residia nos benefícios que essa liberalização traria para a metrópole: com o estímulo do mercado, Cuba se transformaria em “uma peça de desenvolvimento econômico imperial”, beneficiando também a Espanha.⁶⁹ Em Cuba, portanto, o reformismo inaugurado com Carlos III caminhou nos anos subsequentes no sentido de estreitar os laços entre colônia e metrópole. O colaboracionismo *criollo* provou-se vantajoso para uma classe interessada em liberalizar o comércio e fomentar a agricultura, especialmente a açucareira, altamente rentável num contexto em que o Haiti cedia espaço para a produção insular despontar no mercado mundial.

A ruína da economia de Saint-Domingue abria, assim, um leque de oportunidades para os senhores de escravos não apenas em Cuba, mas também em outras zonas escravistas, notadamente Brasil e Sul dos Estados Unidos. Nesses espaços, as relações sociais existentes anteriormente foram rearranjadas em face da nova divisão mundial do trabalho que emergiu com a hegemonia britânica dos mercados e da quebra da escravidão nas antigas zonas de produtos tropicais. O novo caráter que a escravidão adquiriu levou o historiador Dale Tomich a cunhar o termo “segunda escravidão”,

⁶⁷ Ada Ferrer sintetizou e explicou essa atitude por parte dos senhores cubanos nos seguintes termos: “Mientras Saint-Domingue francés era un modelo a emular, Haití revolucionario estaba lejos de seguir los pasos de constituir un peligro inminente. Según ellos, Cuba estaba en capacidad de seguir los pasos del primero sin convertirse en el segundo; podría llegar a ser un Saint-Domingue sin desembocar necesariamente en un Haití. He ahí la base de la política cubana de reconciliar el peligro con la oportunidad, la ganancia con la supervivencia”. FERRER, “El mundo cubano del azúcar frente a la Revolución Haitiana”, *Francisco Arango y la invención...*, *Op. Cit.*, p.107.

⁶⁸ ARANGO Y PARREÑO, Francisco. “Discurso sobre la agricultura...”, IN: *Obras. Op. Cit.*, vol. I, p. 151 e 160, respectivamente.

⁶⁹ TOMICH, Dale. “The Wealth of Empire: Francisco Arango y Parreño, Political Economy, and the Second Slavery in Cuba”, p. 19. *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 45, No. 1 (Jan., 2003), pp. 4-28.

conceito que vem sendo utilizado pela historiografia que se dedica ao assunto.⁷⁰ As relações escravistas foram reorganizadas nessas novas zonas produtoras a fim de suprir as demandas do mercado mundial, alargadas depois da Revolução Industrial: Cuba passou a ser líder na produção de açúcar, o Brasil conquistou para si o mercado cafeeiro, e os Estados Unidos se consolidaram como maior produtor de algodão.⁷¹ Assim, se no âmbito do Império Britânico a quebra do escravismo era acentuada por um crescente movimento abolicionista, nos espaços acima mencionados a escravidão era expandida e reforçada.

Escravidão, abolicionismo e opinião pública.

Apesar de todas as transformações apontadas acima, Cuba e sua metrópole demoraram a desfrutar de uma imprensa pujante capaz de fomentar um debate público relevante. Até o início do século XIX, os principais debates seguiram ocorrendo em tertúlias e nas associações de classe de caráter privado, ficando a imprensa periódica (especificamente os jornais) restrita às publicações oficiais na península e na ilha. Havia, portanto, pouco espaço para a formulação de críticas à escravidão na esfera pública hispânica antes que a primeira lei de liberdade de imprensa entrasse em vigor no império espanhol, em 1810.⁷²

Em contraste, na Grã Bretanha grupos religiosos criticavam o tráfico negreiro e a escravidão desde meados do século XVIII. A causa ganhou peso após o sucesso da Revolução Americana, que difundiu entre ativistas religiosos a crença de que o motivo para a derrota na guerra colonial residia no pecado da escravidão; esses grupos, especialmente os Quaker e metodistas, passaram a agir de forma mais direta em favor da abolição já na década de 1780. O abolicionismo inglês - que ganhou corpo ao longo da década seguinte e se configurou como um dos eixos centrais da política internacional na virada do século - desempenhou um papel significativo na configuração das relações

⁷⁰ TOMICH, Dale W. *Through the Prism of Slavery. Labor, Capital, and World Economy*. Boulder: Rowman & Littlefield Publ., 2004, especialmente o capítulo 3: “The “Second Slavery”. Bounded Labor and the Transformation of the Nineteenth-Century World Economy”. pp. 56-71.

⁷¹ Sobre a disputa entre Cuba e Brasil pelo mercado açucareiro mundial no período imediatamente posterior à débâcle dominicana, veja-se o interessante artigo de Rafael Marquese “Agricultura e técnicas açucareiras: Brasil e Cuba na primeira metade do século XIX”. *Brasil 500 anos: encontros na Bahia*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2000. Para um estudo comparado sobre a escravidão nas três regiões, veja-se, do mesmo autor: *Feitores do corpo, missionários da mente*. Op. Cit.

⁷² Cf. DRESCHER, Seymour. *Abolition. A History of Slavery and Antislavery*. New York; Cambridge University Press, 2009, p. 194.

estabelecidas pela Inglaterra com os impérios ibéricos.⁷³ No jogo de alianças políticas em uma Europa convulsionada pelo avanço napoleônico, a adoção de medidas antiescravistas figurou como uma moeda de troca capaz de garantir o apoio britânico⁷⁴, argumento utilizado pelos liberais espanhóis e hispano-americanos que desejavam extinguir o comércio de africanos no império. Suas pretensões abolicionistas, porém, foram derrotadas na experiência constitucional de Cádiz (1810-1814), primeiro momento em que o tema se apresentou efetivamente como pauta no âmbito do império espanhol, e só voltaria a se configurar como um discurso de peso na segunda metade do século XIX.⁷⁵ O papel que a pressão cubana desempenhou no fechamento das discussões a respeito da extinção do tráfico (melhor examinada adiante) é inegável, e foi exercida não apenas pelo seu representante nas Cortes como também por particulares. Contudo, o sucesso do fechamento da pauta abolicionista não significa que houvesse consenso a respeito do tráfico e do trabalho escravo na sociedade cubana; sugere, antes, que as vozes dissonantes tinham repercussão limitada, manifestando-se geralmente em espaços privados de discussão. No mais, cabe a ressalva de que a escravidão, enquanto elemento formador da sociedade cubana, era mais frequentemente condenada em termos éticos e morais.⁷⁶

Nessa linha, uma das vozes mais atuantes foi a de José Agustín Caballero, que, em 1791, tornou pública sua condenação ao tratamento conferido aos cativos em um artigo intitulado “En defensa del esclavo”. O texto, publicado em um número do *Papel Periódico* daquele ano sob o sugestivo pseudônimo “El Amigo de los esclavos”, dirigia-se aos senhores de escravos para questionar a legitimidade dos calabouços existentes nos engenhos, denunciando as más condições dessas prisões:

Dije que en destruir los calabozos se interesaba el bien público, [...] siendo imperdonable mantener a muchos negros con prisiones por

⁷³ Cf. PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

⁷⁴ Cf. BERBEL, MARQUESE, PARRON, Op. Cit., p. 117.

⁷⁵ Em seu estudo sobre o abolicionismo na Espanha, Cuba e Porto Rico, Christopher Schmidt-Nowara mostra como as transformações ocorridas em Madri a partir da segunda metade dos Oitocentos contribuíram para gestar um novo senso de possibilidades políticas, com a institucionalização de fóruns públicos que extrapolaram os limites das tertúlias, cafés e teatros típicos do início do século, conferindo novo sentido ao vocábulo *público*. A consolidação do abolicionismo espanhol foi acompanhado pela proliferação de periódicos na capital (que aumentaram para 236 em 1868), conferindo papel central à imprensa na contestação à escravidão. SCHMIDT-NOWARA. Christopher. *Empire and Antislavery. Spain, Cuba, and Puerto Rico, 1833-1874*. Pittsburg: University of Pittsburg Press, 1999.

⁷⁶ Cf. Edelberto Leiva Lajara, “José Agustín Caballero: el espíritu de los orígenes”. IN: CABALLERO, José Agustín. *Obras*. Ensayo introductorio, compilación y notas: Edelberto Leiva Lajara. La Habana: Imagen Contemporanea, 1999. Colección Biblioteca de Clásicos Cubanos, No. 5, pp.1-98.

algún tiempo [...] son muy enfermizas y perjudiciales, es forzoso acorten la vida de los esclavos, o la hagan muy trabajosa, lánguida, enervada. [...]

Tan tristes efectos, y el clamor de esas infelices víctimas de la malicia humana (que así los llamo porque creo la esclavitud es la mayor maldad civil que han cometido los hombres cuando la introdujeron), que desde el fondo de sus prisiones parece que me dicen: *Educ de custodia animan mean*. Es lo único que me mueve a escribir esta carta esperando de mejorar la suerte de estos desgraciados, y contribuir según puedo a la felicidad común[...]⁷⁷ NOTA p. 200

Note-se que, a despeito da dureza com que se refere à escravidão (a maior “malícia humana”), não há uma crítica direta à instituição, mas tão somente ao tratamento conferido aos escravos por seus senhores. O objetivo do autor no artigo, tal como está enunciado, é “mejorar la suerte de estos desgraciados y contribuir para la felicidad común”, o que não passa necessariamente pelo fim do tráfico ou do trabalho forçado. Pelo contrário, Caballero chegou a ressaltar que o bom tratamento das dotações seria benéfico aos senhores na medida em que proporcionaria “un surtido de negros capaz de talar los campos, cultivarlos y construir la azúcar”, “el más precioso grano que produz nuestro suelo”.⁷⁸ Nesse sentido, o excerto citado revela um posicionamento que, como sugeriu Edelberto Leiva Lajara, coincide com o pleiteado pela oligarquia açucareira no que tange à liberalização do tráfico negreiro; afinal, como consequência da mortalidade provocada pelos maus tratos sofridos nos tais calabouços, segundo o cubano, “a agricultura, o comércio e a população” perdiam braços, e a necessidade de importar mais africanos para repor a força produtiva dos engenhos apenas contribuía para aumentar a riqueza dos estrangeiros, uma vez que esses dominavam o tráfico transatlântico. Em uma linha argumentativa que lembra em muito o *Discurso* de Arango, Caballero afirmava que a liberalização comercial do tráfico (há tempos uma das plataformas da classe senhorial) permitiria aos súditos espanhóis participarem diretamente no comércio de escravos, revertendo para si os lucros dessa empresa.⁷⁹ Para tanto, a sugestão de Caballero era facultar às províncias maior autonomia para legislar acerca de questões que lhes fossem particulares. Com efeito, ao redigir sua *Exposición a las Cortes Españolas*, em 1811, o presbítero propunha a descentralização do governo como forma de garantir a salvação da pátria, ameaçada, naquele momento,

⁷⁷ CABALLERO, José Agustín. *Obras*. La Habana: Imagen Contemporanea, 1999, p.200.

⁷⁸ Idem. Citações das p. 200 e 198, respectivamente.

⁷⁹ Idem, p. 82.

pelos exércitos napoleônicos e pelos movimentos rebeldes americanos.⁸⁰ Sem a pretensão de “discurrir sobre la guerra ni sus vicisitudes”, manifestava às Cortes suas petições com relação ao “Gobierno local que conviene dar a las Españas ultramarinas”. Carente a Nação de sua monarquia “desde el principio de la Revolución Española, debía ser esta la ocasión favorable de alterar en nuestra antigua Constitución lo necesario”, já que as províncias ultramarinas seguiam “entregadas a la insignificância y debilidad de su antiguo gobierno, sin poder arreglar su economía interior en proporción a su nueva situación y necesidades, ni menos ayudar dignamente a su metrópoli en la generosa lucha que está sosteniendo”.⁸¹ Justamente o regulamento sobre escravos e libertos era

quizás el punto que por su gravedad y delicadeza exige más vigor, firmeza y energía [...]. Aquí es donde invocamos de nuevo la necesidad de establecer en los poderes legislativos que se atribuían al Congreso Nacional las convenientes aclaraciones para demarcar el verdadero deslinde entre la legislación universal y la provincial, pues siendo la esclavitud desconocida en Europa, y existiendo en varias provincias del Nuevo Mundo, tienen éstas últimas un derecho tendiente a considerar esta materia como privativa de su propio conocimiento y, por consecuencia, totalmente ajena al de los Supremos Legisladores [...]⁸²

A leitura atenta de seus escritos revela, assim, as limitações de uma crítica que se move “entre incongruencias aparentes y reales”, como notou Lajara: “éticamente condenable, la esclavitud es un hecho, un mal necesario – opinión reiterada hasta el cansancio por los esclavistas cubanos – del que depende la agricultura – entiéndase la producción azucarera – y el progreso de la Isla”.⁸³

A corrente reformista ilustrada na qual Caballero esteve inserido contou com diversos nomes da intelectualidade da ilha, reunidos principalmente no Seminario de San Carlos e na Sociedade Econômica de Amigos do País. Sem embargo, os membros de ambas as instituições não conformaram necessariamente um grupo hegemônico, coeso e de opiniões uníssonas, especialmente no que diz respeito ao tráfico e à escravidão. Conforme o exemplo acima, a crítica de Caballero caminhava no sentido de

⁸⁰ Idem. “Reflexión a las Cortes Españolas”, pp.214-236. O documento foi redigido em Havana e enviado às Cortes por meio do deputado cubano, Andrés de Jáuregui.

⁸¹ Idem, p. 215.

⁸² Idem, p. 229-30. Uma análise sucinta do “projeto descentralizador” de Caballero em: FRANCO, Antonio-Filiu. “Singularidad de la cuestión cubana en las Cortes de Cádiz”. IN: FRANCO, Antonio-Filiu, ÁLVAREZ ALONSO, Clara. *La cuestión cubana en las Cortes de Cádiz*. Madrid: Fundación Coloquio Jurídico Europeo, 2011, pp. 11-133, especialmente o ítem IV, “La alternativa descentralizadora de José Agustín Caballero”, pp. 65-129.

⁸³ LEIVA LAJARA, Op. Cit., p.85.

apelar para a humanidade dos cativos e não de abolir o sistema.⁸⁴ Já um de seus alunos do Seminário, Félix Varela, foi mais além e redigiu um plano de extinção gradual da escravidão, conquanto não houvesse prejuízo aos interesses pessoais dos senhores, em observância ao princípio de liberdade individual e de propriedade que defendia; mas, apesar da oportunidade de colocá-lo em debate durante a legislatura para a qual foi eleito representante cubano nas Cortes, em 1821, hesitou torná-lo público durante toda sua vida.⁸⁵ Em contraste, outro membro da Sociedade Econômica, Juan Bernardo O’Gavan, que também atuou como deputado pela ilha, foi responsável pela redação do que os historiadores consideram a maior defesa da escravidão que veio à luz ao longo do período colonial.⁸⁶ Um dado curioso é que O’Gavan é tido por alguns estudiosos como discípulo do Bispo Espada, possivelmente a voz mais contundente no enfrentamento do tráfico negreiro e da escravidão no início do século XIX.⁸⁷ De acordo com o historiador cubano Eduardo Torres-Cuevas, Espada esteve na liderança do pensamento reformista ilustrado em sua vertente antiescravista. Seu *Informe sobre Diezmos*, concluído em 1808 após minucioso exame da sociedade insular, apresenta uma crítica dura aos senhores de engenho e um projeto diametralmente oposto ao proposto pelo grupo liderado por Arango. A preocupação maior do Bispo era fomentar o crescimento populacional da ilha, território que ele dizia ser capaz de abrigar milhões de almas mas que, a inícios do século, contava com uma população de apenas 300 mil habitantes. Em sua avaliação, a agricultura dependia de três coisas essenciais: terras, braços e água, das quais Cuba possuía o primeiro e o terceiro, seguindo carente de braços. Essa constatação - utilizada pela classe senhorial para obter concessões da Coroa no que diz respeito ao comércio de escravos – foi respondida por Espada de forma exatamente contrária ao que propunha Arango: interromper a importação de braços, incentivar casamentos entre os cativos existentes na ilha e investir em produtos

⁸⁴ Idem, p.82.

⁸⁵ O opúsculo só veio à tona em 1886, muito após a sua morte, e num contexto já de franca derrota da instituição escravista no mundo. Para uma análise acerca da trajetória de Varela, veja-se o excelente ensaio introdutório de José A. Piqueras, “De español americano a patriota cubano: El itinerario político e ideológico de Félix Varela”, In: *Félix Varela y la prosperidad de la Patria Criolla*. Introducción y selección documental: José Antonio Piqueras. Madrid: Fundación MAPFRE : Ediciones Doce Calles, 2007. pp. 13-137.

⁸⁶ PIQUERAS, *Félix Varela...* Op. Cit., p.47; BERBEL, MARQUESE, PARRON. Op. Cit., p.143 et seq. O’Gavan serviu como deputado nas cortes gaditanas e, apesar de eleito novamente durante o Triênio Liberal, teve sua candidatura questionada e anulada. Sobre a atuação de O’Gavan nas Cortes de Cádiz, FRANCO, Antoniu-Filiu. “Singularidad de la cuestión cubana en las Cortes de Cádiz”. IN: FRANCO, Antoniu-Filiu, ÁLVAREZ ALONSO, Clara. *La cuestión cubana ...* Op. Cit., pp. 11-133.

⁸⁷ FRANCO, Op. Cit., p.131; TORRES-CUEVAS, Eduardo. “Hacia una interpretación del Obispo Espada y su influencia en la sociedad y el pensamiento cubanos”. Obispo de ESPADA, *Papeles*. La Habana: Imagen Contemporánea, 1999.

agrícolas de primeira necessidade que alimentassem a população, e não aqueles que seriam exportados. Nota-se quase um desprezo com relação aos fazendeiros preocupados unicamente com seus lucros:

La mania de servirse de esclavos para el cultivo de las haciendas, unida a la grande extension de éstas, son dos fuertes obstáculos que hay en América para la población y prosperidad de la agricultura en todos sus ramos y los que com particularidad influyen para que no se cultive el algodón. El poseedor de grandes terrenos solo se ocupe en la Idea de formar una hacienda que le proporcione utilidades extraordinárias y que lo coloque en la clase de los ahcendados de primera orden. [...] Habieno esclavos no pueden flatarles operários para tales haciendas y como ni estas se desmiembran no hay quen acuda al cultivo de otras de menor consideración es por este sistema caprichoso el abandono de frutos acaso más útiles y necesários.⁸⁸

Em vista dessas profundas divergências a respeito da escravidão negra, chama a atenção o fato de a imprensa cubana não ter incorporado discussões relacionadas à matéria nas páginas dos jornais locais. Afinal, o Decreto das Cortes espanholas de 1810 que extinguiu as censuras prévias de publicações (medida posteriormente formalizada com a inserção de uma lei de liberdade de imprensa na Constituição gaditana de 1812) fomentou, tanto na metrópole quanto nas colônias, a proliferação de publicações periódicas que aumentaram não só numericamente os espaços de sociabilidade como também “fizeram com que a expressão ‘opinião pública’ ganhasse legitimidade política dentro dos antigos territórios bourbônicos em um período curtíssimo de tempo.”⁸⁹ Em Cuba, cerca de vinte e nove títulos foram publicados durante o primeiro período constitucional, e ao menos quarenta durante o Triênio Liberal.⁹⁰ Não obstante, a escravidão não se consolidou como pauta. Com isso não se pretende afirmar que a configuração de uma imprensa periódica devesse corresponder necessariamente ao surgimento de debates sobre o assunto, mas tão somente apontar para uma característica da imprensa cubana que salta aos olhos, especialmente em vista da constatação de que o tema não era completamente ignorado pela sociedade. Afinal, além dos debates

⁸⁸ ESPADA, “Diezmos Reservados”, pp. 206-256. *Papeles*, Op. Cit. A citação foi retirada da página 222.

⁸⁹ YOUSSEF, Alain El. Op. Cit., p.46.

⁹⁰ Os títulos inaugurados ao longo do primeiro interlúdio constitucional e suas respectivas datas de inauguração podem ser vistos em: ÁLVAREZ e MARTÍNEZ RIAZA, Op. cit, pp. 81-82. Sánchez Baena também aponta a profusão de novas publicações no período, com breve descrição dos títulos em “5.1. La primera libertad de imprenta en Cuba (1810-1814)”. Op. Cit, pp. 101-111. O número referente ao segundo período constitucional refere-se ao total de periódicos encontrados a partir de levantamento feito nos arquivos espanhóis.

privados, a escravidão se fez presente nas páginas dos periódicos de outras maneiras, como se mostrará a seguir, sem, no entanto, ser debatida em seus aspectos sociais e políticos. Essa constatação, à qual se chegou após extensa análise da documentação, levou a uma indagação: por que, afinal, a imprensa cubana silenciou sobre o tema?

A escravidão na imprensa cubana durante os dois primeiros períodos liberais espanhóis

Durante o primeiro interlúdio constitucional, os assuntos dominantes nos periódicos diziam respeito a posicionamentos políticos, ao apoio a Fernando VII, aos revezes da guerra no território europeu e seus impactos no continente americano. Embora já fosse um componente essencial da sociedade cubana, a escravidão negra não se configurou, como se disse acima, como pauta. Isso não quer dizer que estivesse completamente ausente das páginas dos jornais que circulavam em Cuba naquele momento. A tabela a seguir mostra a forma como o tema foi tratado nas páginas dos periódicos que compõe parte do corpo documental da pesquisa.

Dos dezessete diferentes periódicos consultados para o primeiro período em que a lei de liberdade de imprensa esteve em vigor, onze não apresentaram artigos ou outras referências às temáticas em tela; nos seis títulos em que o assunto foi abordado de alguma maneira, é possível observar uma ambivalência da escravidão em Cuba: por um lado, um elemento corriqueiro da sociedade; mas, enquanto tema para discussão aberta na imprensa, um tabu. Isso fica explícito na forma como a escravidão era retratada nos periódicos: predominantemente comercial, em anúncios de compra e venda de escravos em pequenos números (um ou dois).

“Venta de esclavo”, anunciava a *Gazeta Diaria* de 26 de maio de 1812 na sua terceira página:

Un negro de edad de 22 años carpintero, y muy próprio para trabajar en un ingenio, sano y com las tachas e cimarrón y ladron en 30 pesos y también se cambia por frutos al precio corriente. D. José Guerra dará razón en la escribania de D. Ramón Sanchez.

Otro criollo de edad de 24 años bun calesero de pareja y ágil para todo servicio en 520 pesos libres para vendedor. En la casa del Sr. Francisco de Loynaz, su mayordomo dará razón.

Otro de nación congo como de edad de 18 á 20 años, sano y sin tachas en 370 pesos, en la calle del Sr. Obispo casa número 85.⁹¹

⁹¹ *Gazeta Diaria*. Num. 162, 26 de Mayo de 1812.

Tabela I - A escravidão na imprensa cubana, 1811-1814.

Periódico e anos consultados*	Anúncios de venda de escravos	Notícias de fugas de escravos	Desembarque de negros boçais	Revoltas envolvendo o escravos	Censos que incluem negros	Artigos discutindo tráfico e escravidão
Diario Cívico 1812-1814 (72)	84	2	-	1	1	1
Noticioso 1813-1814 (156)	22	4	-	-	-	-
Noticioso Mercantil 1814 (151)	10	-	2	-	-	-
Diario de la Habana 1811-1814 (80)	126	5	3	-	-	-
Gazeta Diária 1812 (40)	57	2	-	-	-	-
Café del Comércio 1814 (30)	-	-	1	-	-	-
Total	299	13	6	1	1	1

* Os números entre parênteses se referem ao total de exemplares consultados de cada título, disponíveis nas instituições espanholas onde foi realizada a pesquisa documental.

Ao longo de 1812, a *Gazeta* publicou um total de cinquenta e sete anúncios de venda de escravos, como se pode observar na tabela. Outros periódicos também incluíam a venda de cativos em suas seções comerciais seguindo o modelo exposto acima, como o *Diario Cívico* (que anunciou vinte vezes a venda de escravos apenas no ano de 1813), o *Noticioso Mercantil* (dez anúncios entre os números que saíram em 1814), e o *Diario de la Habana* (treze anúncios em 1812, vinte e nove em 1813, e oitenta e quatro em 1814). Para os casos em que se tratava de grandes carregamentos de negros boçais, mais destaque era conferido à notícia, em geral pelo chamativo “AVISO” que a prescindia, como o número 427 do *Noticioso*, publicado na manhã de 12 de novembro de 1814, que avisava a abertura, em dois dias, da “venta de 153 negros bozales de ambos sexos en el barracón número 13”;⁹² o oficial *Diario de la Habana* anunciava a entrada de embarcações “Rio-Pongo en la costa de África bergantín español

⁹² Noticioso Mercantil. Núm. 427, 12 de Noviembre de 1814.

Dos Amigos, capitán D. Domingo Luciano, con 220 negros bozales”e “De la costa de África en 27 días goleta española Dolores, capitán D. Onofre Sora y Ripol, con 134 negros.”⁹³ Em seu número 1624 de 25 de novembro de 1814, o mesmo periódico incluiu um pequeno folheto, anexo, com um “AVISO AL PÚBLICO” que informava a abertura da venda de “71 negros excelentes de ambos sexos, que ha conducido de la costa de África la goleta española *Diligente*.”⁹⁴

Dos dezessete títulos disponíveis para consulta nas instituições espanholas para o primeiro período constitucional, um único artigo ensaiou uma crítica ao fomento da mão de obra escrava, propondo o incentivo da imigração europeia como solução mais interessante para a agricultura cubana. Em março de 1813, o *Diario Civico* (fundado por Simón Bergaño em setembro de 1812) trazia em sua primeira página “breve descripción topográfica de la Nueva Filipina” feita por “un viajero” que constatava o estado depreciável em que se encontrava a província localizada na parte ocidental da ilha (atual Pinar del Río). O relato apontava para a precariedade da vida naquela localidade, carente da presença de artesãos e de outros trabalhadores pela dificuldade em se obter alimentos, o consequente atraso do cultivo do tabaco na região e os tributos excessivos que desencorajavam a aquisição de terras. O redator do periódico, em resposta impressa logo abaixo do relato, corroborou as descrições do autor, mas acrescentou o seguinte comentário:

[...]la conducta económico-política de nuestro gobierno es diametralmente opuesta á la que debía observar para fomentar la población y las artes en estas provincias. En vez de atraer, introducir y establecer en ellas hombres útiles, la inunda, la infesta con seres bárbaros y salvajes, con entes bajos y serviles, que solo trabajan para otros, y que aunque enriquezcan à los padres, pueden muy bien venir a ser la ruina de los nietos. Cuando así no suceda, nadie libertará á nuestra republica del desorden, la confusión, las rencillas y los sobresaltos que naturalmente introduce en ella la variedad de castas, infinitamente mas perjudicial que la de clases.

Mientras no se corrija este gravísimo defecto de nuestro sistema económico político, poco bueno hay que esperar y mucho malo que temer. La Europa está llena de familias indigentes activas y laboriosas, que verían el cielo abierto si aquí se las proporcionasen medios de subsistir y prosperar. Ellas se labrarían seguramente su felicidad particular contribuyendo à la general con solo aumentar nuestra población. [...] ⁹⁵

⁹³ Diario de la Habana. Tomo VII, Num. 1067, 1 de julio de 1813, e Tomo VIII, N. 1512, 22 de julio de 1814, respectivamente.

⁹⁴ Diario de la Habana. Tomo VIII, Num. 1624, 25 de noviembre de 1814, papeleta anexa.

⁹⁵ Diario Civico, Núm. CXCIV, 13 de marzo de 1813.

Apesar de apontar para os riscos e as desvantagens de uma economia baseada no cativeiro, é importante notar que o texto não falava abertamente em fim do tráfico ou abolição da escravidão. A intenção do autor com essa crítica parece ser, antes, despertar em seus compatriotas o mesmo temor que nele suscitava o “gravíssimo defeito” do sistema escravista, e chamar atenção para a necessidade de branquear a população por meio do fomento da imigração europeia. Seu receio de que o sistema de castas pudesse trazer “desordem”, “confusão” e “sobressaltos” não era, aliás, despropositado; afinal, o artigo veio a público um ano após a Rebelião de Aponte, como ficou conhecida a série de revoltas e conspirações escravas que ocorreram em Cuba ao longo dos três primeiros meses de 1812.⁹⁶

Claramente inspirada na Revolução do Haiti, a rebelião que pretendia destruir a escravidão na ilha foi também motivada pelas discussões que se levavam a cabo em Cádiz naquele momento a respeito da escravidão, do tráfico negreiro e dos limites da cidadania. Prova dessa ligação reside no alerta emitido pelo governador de Puerto Príncipe nos primeiros dias de janeiro daquele ano, segundo o qual “se sospechaba alguna trama de conspiración por parte de los negros esclavos de aquella Villa [de Puerto Príncipe, na região centro-oriental da ilha, atual Camagüey], *nacida de la libertad que suponen estarles declarada por las Cortes*”.⁹⁷ A suspeita se confirmou no dia 15 do mesmo mês, quando alguns escravos e livres de cor de ao menos cinco engenhos da região se insurgiram. O primeiro levante teve lugar na *plantation* Najasa, onde os rebeldes atearam fogo à casa do senhor e mataram três brancos; em seguida, se dirigiram a propriedades vizinhas, destruindo ao menos mais quatro delas e matando, no total, oito brancos.⁹⁸ Apesar de imediatamente reprimida pelas autoridades locais,⁹⁹ a revolta repercutiu na vila de Bayamo (no oriente cubano), onde, apenas algumas semanas mais tarde, uma conspiração foi descoberta. O plano consistia em congregar negros da vila e do entorno e atacar o quartel militar, queimar casas e bloquear o acesso à cidade; a denúncia por parte de um escravo, no entanto, mobilizou prontamente as

⁹⁶ O melhor estudo sobre a conspiração é o de CHILDS, Matt D. *The 1812 Aponte Rebellion in Cuba and the Struggle against Atlantic Slavery*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2006. Para uma versão resumida veja-se, do mesmo autor, “A Black French General Arrived to Conquer the Island. Images of the Haitian Revolution in Cuba’s 1812 Aponte Rebellion”, IN: GEGGUS, David P. *The Impact of the Haitian Revolution in the Atlantic World*. Op. cit., pp.135-156.

⁹⁷ Someruelos a Pezuela, Havana 14 de febrero de 1812. ULTRAMAR, leg. 84, N. 343. Grifos meus.

⁹⁸ CHILDS, *The 1812 Aponte Rebellion...* Op. Cit., p. 123.

⁹⁹ A revolta durou apenas dois dias e, após aprisionados, os rebeldes foram executados em praça pública. Idem, p. 125.

autoridades locais, que prenderam os conspiradores antes de a revolta acontecer.¹⁰⁰ Em meados de fevereiro, “de Puerto Príncipe habían en la cárcel 62 negros por cómplices en la conspiración” e, em Bayamo, havia igualmente “algunos negros presos por el mismo asunto”.¹⁰¹ Afora as vilas citadas, Holguín (também na porção oriental insular) e a própria Havana também foram palco de conspirações. Nesta, as notícias sobre a repressão aos levantes ocorridos na outra extremidade da ilha fizeram com que se antecipassem os planos que vinham sendo tramados há meses na região, de modo que, a 15 de março, escravos se levantaram no engenho Peñas-Altas, assassinando alguns de seus superiores e destruindo a propriedade. Liderados por um grupo de mulatos livres, seguiram a outros engenhos do entorno, onde perpetraram ações semelhantes.¹⁰² Na mesma noite, um cartaz que declarava a independência de Cuba foi afixado no exterior da residência de Salvador de Muro y Salazar, Marquês de Someruelos e então capitão general da ilha. A insurreição foi reprimida na manhã seguinte, e mais de duzentas pessoas, entre escravos, negros e mulatos livres foram implicadas na conspiração e presos ao longo dos meses subsequentes.¹⁰³

A imprensa desempenhou um papel significativo nesse episódio: a principal motivação para a rebelião esteve associada ao boato de que se teria votado pela liberdade dos negros nas Cortes. O *Diario de Sesiones de las Cortes Generales y Extraordinarias*¹⁰⁴ circulava livremente tanto na península quanto nas Américas, a fim de manter os súditos a par do que ocorria naquela assembléia. As propostas de extinção do tráfico negreiro e da escravidão debatidas em Cádiz em março e abril de 1811 foram incorporadas à impressão do *Diario*, contra a solicitação expressa do deputado cubano Andrés de Jaurégui. Enfático na sua desaprovação a essas proposições, Jaurégui havia advertido seus pares sobre os riscos que aquelas discussões representavam para Cuba, fazendo um apelo para que tais questões fossem debatidas em sessões secretas.¹⁰⁵ O

¹⁰⁰ Idem, p. 128.

¹⁰¹ Someruelos a Pezuela, Havana 5 de Marzo de 1812 ULTRAMAR, leg. 84, N 348.

¹⁰² CHILDS, Op. Cit., pp. 121; 141-142.

¹⁰³ A experiência revolucionária da colônia francesa aterrorizou os senhores cubanos e foi, por muito tempo, o maior exemplo do que de ruim poderia acontecer em Cuba. Já no Brasil o distanciamento espacial levou a uma leitura distinta da revolução por parte dos atores do período. Para uma análise do impacto diferenciado da Revolução do Haiti em Cuba e no Brasil, ver: BERBEL, MARQUESE, PARRON, Op. Cit., pp.101-116. O mesmo argumento do livro está presente em: MARQUESE, R.B., PARRON, Tamis. “Revolta escrava e política da escravidão: Brasil e Cuba, 1791-1825”. *Revista de Índias*. Vol. LXXI, n. 251, 2011, pp. 19-52.

¹⁰⁴ Os exemplares do *Diario de Sesiones de las Cortes Generales y Extraordinarias* encontram-se disponíveis para consulta na página web do Congreso de los Diputados: http://www.congreso.es/portal/page/portal/Congreso/Congreso/Hist_Normas/200 (Acesso em 19/06/13)

¹⁰⁵ CHILDS, Op. Cit., p. 158.

conteúdo daquelas sessões já vinha contribuindo, segundo o Ayuntamiento de Havana, para excitar as aspirações dos escravos para obter a liberdade, algo que, supunham, lhes havia sido concedido pelo conselho de deputados.¹⁰⁶ Com efeito, os rumores de que a escravidão fora abolida circularam rapidamente entre os escravos que participaram da conspiração e estiveram na raiz da revolta.¹⁰⁷ Por essa razão, “a reivindicação mais importante para os proprietários de Cuba” passou a ser, após Aponte, “o silêncio sobre o tráfico e a escravidão”.¹⁰⁸ Silêncio que, no âmbito das Cortes, foi obtido graças aos esforços conjuntos de membros da classe senhorial e de seu representante eleito, munidos de evidências que apontavam para a ligação entre discussão pública daqueles temas e rebeliões escravas; e que se desdobrou, no âmbito local, na imprensa cubana do período, como resultado direto da vitória da classe senhorial no fechamento das discussões sobre tráfico negreiro e escravidão na esfera parlamentar, da exclusão das castas da categoria de cidadão, e, especialmente, da descoberta de um conluio insurgente capaz de solapar as bases da sociedade cubana.¹⁰⁹

A combinação desses fatores permitiu que a sugestão do capitão general feita às vésperas da conspiração se efetivasse após sua descoberta. “En estos países”, escreveu Somerulos ao Secretário do Ultramar em março de 1812, “conviene haya restricciones en la libertad de imprenta mal entendida.” Em ofício encaminhado no dia 5 daquele mês, Someruelos afirmava que um artigo reimpresso no *Redactor General de Cádiz* em 21 de novembro do ano anterior era “muy perjudicial para esta Isla”, em alusão ao texto publicado originalmente em Londres que criticava a escravidão em Cuba; somado a “los malos impresos que se publican en la Habana, puede esto causar más perjuicios que si vinieron emisarios de Napoleon; pues à estos se les ahorcaría y los papeles impresos seductivos andan en las manos de todos.”¹¹⁰ Ao traçar uma comparação com a figura que era, naquele momento, o maior inimigo dos espanhóis, o capitão general dava prova da importância da imprensa como veículo de difusão de informações e de sua

¹⁰⁶ Idem, p. 159. Também em: MARQUESE, PARRON. “Revolta escrava...” Op. Cit., p.29.

¹⁰⁷ CHILDS, Op. Cit., pp.155-171.

¹⁰⁸ BERBEL, MARQUESE, PARRON. Op. Cit., p. 125.

¹⁰⁹ Nesse sentido, o caso do Império do Brasil oferece um contraste interessante, pois presenciou debates abertos sobre tráfico e escravidão tanto no âmbito parlamentar quanto na imprensa. Ver: BERBEL, MARQUESE, PARRON, Op. Cit.; para as discussões sobre tráfico e escravidão no parlamento brasileiro: PARRON, *A Política da escravidão*, Op. Cit.; e, na imprensa, em: YOUSSEF, Alain *El Imprensa e escravidão*. Op. Cit. Uma discussão sobre os debates da Constituinte a respeito da inclusão dos egressos do cativeiro em: SLEMIAN, Andréa. “Seriam todos cidadãos? Os impasses na construção da cidadania nos primórdios do constitucionalismo no Brasil (1823-1823)”. In: JANCSÓ, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, pp.829-847.

¹¹⁰ Someruelos a Pezuela. Havana 5 de Marzo de 1812 ULTRAMAR, leg. 84, N 348.

permeabilidade em todas as esferas da sociedade insular. Diante das recentes conspirações em Puerto Príncipe e Bayamo, a liberdade de imprensa devia ser adaptada: eram necessárias “cuantas providencias se creen útiles para que no siga tan mal ejemplo y se tranquilice todo”.¹¹¹ Em outras palavras: era preciso silenciar a respeito de qualquer discussão envolvendo a instituição escravista a fim de evitar conturbações da ordem. Isso ficou ainda mais evidente após a conspiração de Aponte, uma vez que o artigo londrino foi citado posteriormente por alguns dos implicados no episódio, que justificaram sua participação na insurreição dizendo que o rei inglês lhes havia conferido a liberdade.¹¹² Por isso, apesar da dimensão da conspiração de Aponte, *nada* foi publicado a respeito na imprensa cubana.

Com efeito, como se pode observar na tabela apresentada anteriormente, apenas uma referência a tumultos envolvendo escravos foi encontrada nos periódicos consultados e, mesmo assim, trata-se de um episódio que está (a menos factualmente) dissociado de Aponte. No início de 1809, chegaram a Cuba as notícias sobre a retomada do controle de Madri pelas tropas de Napoleão, seguidas de boatos sobre um tratado para a expulsão dos franceses da ilha, muito dos quais haviam chegado após a insurreição de Saint-Domingue.¹¹³ Ao tomar conhecimento dos rumores, a plebe se exaltou: segundo o informe do capitão general, “uma porção de rapazes de cor perseguia os franceses nas ruas e em suas casas, causando-lhes danos e extorsões”.¹¹⁴ O episódio foi reportado na imprensa três anos depois, quando um “Amante da Justiça” remitiu ao redator do *Diario Civico* uma real ordem relacionada ao caso para que fosse publicada, como o foi, no exemplar de 1 de novembro de 1812. Dita ordem era destinada ao Marquês de Cárdenas em consideração pelo mérito de sua atuação naquela ocasião, “por su patriotismo y adhesión á la sagrada causa que defendemos”, pelo que merecia “las mas expresivas gracias” do Rei Fernando VII e, em seu nome, do Conselho de Regência. De acordo com o texto, o Marquês respondera com “zelo y eficacia” à

¹¹¹ Ibidem.

¹¹² CHILDS, Op. Cit., p. 160.

¹¹³ Conforme se apontou na Introdução, entre 10.000 e 30.000 imigrantes franceses trocaram Saint-Domingue por Cuba. YACOU, Alain. “Esclaves et libres français à Cuba au lendemain de la Révolution de Saint-Domingue”. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*, 1991, n. 28, pp.163-197; “L’expulsion des Français de Saint-Domingue refugies dans la région orientale de l’île de Cuba (1808-1810)”. *Cahiers du Monde hispaniques et luso-brésilien*, 1982, n.39, pp.49-64.

¹¹⁴ PIQUERAS, José A., “La siempre fiel isla de Cuba, o la lealtad interesada”. In: *Historia Mexicana*, Vol. LVIII, núm. 1, julio-septiembre, México, El Colegio de México, 2008, p. 427-486. Citação da p.471.

“conmoción de alguna gente de color en el campo contra las posesiones francesas”, e a ele se devia, segundo o remetente, “la tranquilidad del campo”.¹¹⁵

Aqui, cabem duas considerações pontuais. Primeiro: a única menção a episódios revoltosos envolvendo negros e mulatos feita em periódicos esbarrou no assunto por meio da exaltação de um dos indivíduos responsáveis pela repressão do caso, o que pretendia sugerir, por um lado, a eficácia do aparato de contenção social, ao mesmo tempo que apontava para a improbabilidade de uma revolta escrava bem sucedida ocorrer na ilha. Em segundo lugar, deve-se considerar que o silêncio da imprensa a respeito da maior conspiração escrava do século XIX até aquele momento – cujo estopim havia sido a publicização de notícias relacionadas ao fim da escravidão - foi acompanhado pela menção a um evento ocorrido três anos antes no qual notícias distantes e rumores haviam incitado a “comoção de alguma gente de cor”. Reportar-se, portanto, a um episódio anterior de características similares parece ter sido uma estratégia para enfatizar a necessidade de omissão de certos temas nos veículos impressos de comunicação.

Portanto, apesar de a liberdade de imprensa ter sido sancionada pela Constituição de Cádiz em 1812, a imprensa cubana evitou, após a descoberta da conspiração de Aponte, “os grandes temas de mudança política e econômica”, limitando-se, como observou Jensen, a “um fórum para o libelo e a exoneração”.¹¹⁶ Traço que se manteve por várias décadas, já que o mesmo pode ser observado nos periódicos publicados durante o Triênio Liberal:

¹¹⁵ Diario Civico, Num. LXII, 1 de noviembre de 1812.

¹¹⁶ JENSEN, Op. Cit, p. 41.

Tabela II - A escravidão na imprensa cubana, 1820-1823.

Periódico e anos consultados*	Anúncios de venda de escravos	Notícias de fugas de escravos	Desembarques de negros boçais	Revoltas envolvendo escravos	Censos populacionais que incluem negros	Artigos discutindo tráfico e escravidão
El Observador 1819-1822 (207)	51	19	1	-	-	-
Periódico Nacional 1822 (60)	-	1	1	-	-	1
Corbeta Vigilancia 1820 (2)	1	-	-	-	-	-
Indicador Constitucional 1821-1823 (12)	-	1	-	-	-	-
Gaceta - Puerto Principe ¹¹⁷ 1820-1824 (6)	-	1	-	-	-	-
Noticioso Mercantil 1821-1823 (10)	-	2	-	-	-	-
Total	52	24	2	0	0	1

* Os números entre parênteses se referem ao total de exemplares consultados de cada título, disponíveis nas instituições espanholas onde foi realizada a pesquisa documental.

Como se pode observar na tabela acima, no segundo interlúdio constitucional alguns títulos seguiram publicando anúncios de compra e venda de escravos, bem como notícias relacionadas a fugas. Estas, em geral, eram acompanhadas da descrição física do escravo para que o mesmo pudesse ser localizado e devolvido ao seu dono:

En la esquina de la Seyba gratificarán completamente al que diere noticia cierta del paradero de un mulato llamado Tranquilino de una estatura algo bajo, muy gordo, el color muy Blanco con muy pocas barbas, tiene una manchita en la mejilla izquierda y en un brazo tiene pintada la Virgen de la Merced; profugó el día 18 de este propio mes.¹¹⁸

¹¹⁷ Esse periódico mudou de título três vezes, tendo sido denominado de *Gaceta Constitucional de Puerto Príncipe* em 1820 e, a partir de 1824, *Gaceta del Gobierno de Puerto Príncipe*. Os números se referem aos exemplares consultados com ambos os títulos.

¹¹⁸ Gazeta Diaria. Num. 162, 26 de Mayo de 1812.

ALERTA: El mulato Manuel esclavo conocido por del Padre Villar o de Ana Maria Miranda, como de cuarenta años, zapatero y tabaquero, ojigacho, cariaguileño, sin dientes, pelo negro crespo, y que sabe mudarse el nombre, y embarcarse ó internarse por tierra, anda nuevamente alzado, sin poderlo coger su amo, fingiéndose libre con descaro por calles, bailes, musicas, y tumbas, maxime por los oyos y la entrada de las lagunas. Toda su vida ha frecuentado este libertinaje. Es muy capaz de inducir a muchos a lo mismo. Es temible en este tiempo. Los Sres. Jefes político y militar, Alcaldes, Regidores, comisarios de tierra y de marina, sírvanse de evitar en tiempo el daño que puede hacer, dando facultad y encargo a las rondas, patrullas, ministros, alguaciles soldados y a toda persona para que lo capturen y bien asegurado selo lleven a su amo, quien pague la importancia. Apercibiéndose a los zapateros que le dieran obra, y a cualquiera que lo consintiere en su casa, y no lo entregare de pagar los honrarles y de estar a todas las demás resultas.¹¹⁹

As apreensões também eram anunciadas e, por isso, em março de 1824, o Alcalde de Puerto Príncipe mandou publicar um ofício no qual anunciava a captura de um escravo de nome Juan Rafael Socarras, sapateiro, cuja fuga foi denunciada por outro escravo do mesmo senhor, para que lhe fossem reaver e pagar as despesas de apreensão e manutenção referentes ao tempo em que esteve preso.¹²⁰ Algumas outras formas de referência foram encontradas nesse segundo período, como uma reclamação de insalubridade contra um vendedor ambulante de comida negro¹²¹ e uma nota sobre a adoção de “medidas de bom governo” que limitavam a liberdade de ir e vir dos escravos.¹²² Ainda assim, trinta e três dos trinta e nove títulos consultados para esse segundo momento de liberdade de imprensa não apresentaram qualquer referência às temáticas em tela.

À diferença do período anterior, neste segundo momento liberal encontrou-se uma menção explícita ao tráfico de escravos em uma defesa aberta dos senhores de Santiago de Cuba pela continuação do comércio de negros. O *Periódico Nacional de Santiago de Cuba* era uma publicação oficial de periodicidade irregular que, além de trazer algumas notícias soltas, ocupava suas páginas com as atas da *Diputación Provincial*. Por isso se sabe que, na sessão de 1º de abril de 1822, os membros reunidos em torno do Intendente (interino) D. Félix Bourman leram uma petição de fazendeiros e comerciantes daquela cidade na qual se queixavam das providências adotadas pra proibir que embarcações estrangeiras com carregamentos de negros boçais entrassem

¹¹⁹ Periódico Nacional de Santiago de Cuba. Num. 52, 28 de Julio de 1822.

¹²⁰ Gaceta Constitucional de Puerto Príncipe. Num. 12, 20 de Marzo de 1824.

¹²¹ El Esquife Arranchador, Num. 28, 8 de Noviembre de 1820.

¹²² El Observador de la Isla de Cuba, Num. 83, 6 de Septiembre de 1821.

naquele porto, manifestando “los perjuicios que se infieren com tal medida a esta parte oriental de la Isla, cuya naciente agricultura, principal origen de la felicidad Colonial, quedar[i]a arruinada si se lleva[se] adelante”. Os requerentes lembravam, ainda, que o tratado firmado com os ingleses (1817) previa o fim do tráfico em navios espanhóis, “sin impedir espresamente la admisión de los estrangeros.” Persuadido da “justicia del reclamo”, Bourman

acordó recomendar con eficacia esta petición al S.G.S.P., a fin de que su Sria. en uso de las atribuciones que le son concedidas, se sirva tenerla en consideración, y acceder a la *suspensión de las ordenes espedidas que la ocasionan, las cuales en el concepto de la Diputación, son ruinosas para la Provincia*, entendiéndose dicha suspensión, con la calidad de por ahora, y hasta que el Supremo Gobierno se digne resolver lo que estimare mas conforme. Pero que debiendo formarse un expediente, para impetrar de S.M. la declaratoria que sea suficiente a remover completamente este *poderoso obstáculo, que se opone al fomento de nuestra naciente agricultura*; se comunique la instancia al M.I.A. de esta Capital, a la Diputación consular, y al Ministerio de Hacienda publica por el órgano del Sr. Presidente, para que supuesto el interés de todos en la prosperidad del Paiz, se sirvan informar cuanto estimen conducente, al logro de una solicitud de tamaño importe, y transcendencia, para la felicidad de todos los habitantes, y principalmente de la benemérita clase dedicada al cultivo de nuestros terrenos, cuya ocupación produce la primera frente de riqueza nacional.¹²³

É claro que se deve considerar o fato de que o *Periódico Nacional de Santiago de Cuba* publicava as atas provinciais e que, portanto, não se tratava necessariamente de uma propaganda pró-tráfico na imprensa, mas, antes, do cumprimento da finalidade do periódico, qual fosse, informar seus leitores sobre as decisões da deputação local. Contudo, é notável que o tráfico negreiro tenha vindo à baila exatamente um ano após o opúsculo de O’Gavan, publicado em Madri, no qual o prelado fazia uma defesa clara pela continuação do comércio de africanos em oposição ao tratado anglo-espanhol que determinava seu fim.

Representante por Cuba durante as Cortes de Cádiz, O’Gavan foi novamente eleito deputado pela ilha para a legislatura que se abria com o retorno do constitucionalismo. Uma denúncia de que as eleições em Havana haviam ocorrido de maneira irregular, porém, impediu sua incorporação ao congresso no início de 1821. Apenas José Benitez y de la Torre e José Pascual de Zayas, designados inicialmente

¹²³ Periódico Nacional de Santiago de Cuba. Num. 24, 21 de abril de 1822. Grifos meus.

como suplentes (ambos residiam na Espanha), foram empossados pela bancada cubana, e sua indicação foi posteriormente confirmada nas mesmas eleições em que o nome de O’Gavan foi escolhido. “Os motivos para a retirada de O’Gavan permanecem obscuros”, atestam Berbel, Marquese e Parron:

A anulação pressupunha a retirada de toda a bancada cubana. A possível impugnação de apenas um de seus integrantes mereceria novo debate e apresentação de justificativas, o que não ocorreu. [...] É possível supor que as posições defendidas por este importante representante da aristocracia cubana fossem, naquele momento, indesejáveis.¹²⁴

De fato, a conjuntura era pouco favorável à incorporação de O’Gavan, que havia formado, com Jaurégui, a representação cubana responsável pelo fechamento das discussões sobre tráfico negreiro e escravidão no período anterior: as Cortes estavam, então, em vias de constituir uma comissão especial para tratar da efetivação do acordo de 1817, e uma voz contrária como a dele poderia ser prejudicial ao andamento das discussões. Com o afastamento de O’Gavan, os trabalhos daquele comitê seguiram, e o grupo apresentou um projeto de lei pela repressão ao tráfico de negros que previa penas de prisão, confisco das embarcações, perda de cargos e inabilitação para empregos dos envolvidos no comércio ilegal, a prisão para acobertadores e multas para compradores, além de declarar livres os escravos confiscados em expedições que fossem apreendidas traficando africanos.¹²⁵ O projeto foi lido nas cortes em sessão de 2 de abril de 1821, e dez dias mais tarde, a leitura final do documento foi acompanhada pelo estabelecimento de uma data para sua discussão.¹²⁶ Porém, logo após a apresentação inicial do texto, O’Gavan publicou suas *Observaciones sobre la suerte de los negros del África*, defendendo a legitimidade do tráfico e da escravidão negra e vinculando o futuro político de Cuba à decisão a ser tomada pelas Cortes sobre a matéria. Ele apontava para três possibilidades nesse sentido: a manutenção da lealdade à Espanha, caso a intenção de suspender o tráfico transatlântico fosse abandonada; caso contrário, independência ou anexação aos Estados Unidos.¹²⁷

¹²⁴ BERBEL, MARQUESE, PARRON. Op. Cit., p. 142.

¹²⁵ PIQUERAS, José A. *Félix Varela y la prosperidad de la patria criolla*, Op. Cit., p.47. BERBEL, MARQUESE, PARRON, Op. Cit., p.141 *et seq.*

¹²⁶ PIQUERAS, Op. Cit., p.49. Os eventos estão descritos, em detalhes, entre as páginas 47 e 50.

¹²⁷ BERBEL, MARQUESE, PARRON. Op. Cit., p. 143.

Deste grave negócio [o comércio de escravos] depende essencialmente a felicidade e ainda a existência da ilha de Cuba. Sem os braços africanos que necessita para o cultivo de seus imensos terrenos, seria um vasto deserto dentro de poucos anos, e se cumpririam os votos dos inimigos eternos de nossa prosperidade agrícola e comercial e de nossa navegação.¹²⁸

A petição apresentada pelos escravistas de Puerto Príncipe à *Diputación* da província em abril de 1822 ecoava a linha argumentativa de O’Gavan; em ambos os casos, expressava-se contrariedade à extinção total do tráfico negreiro, salientando-se a importância de sua continuidade para a prosperidade da agricultura insular, “primera frente de riqueza nacional”. É interessante notar que a abertura para a publicidade de um tema que vinha sendo silenciado, de maneira sistemática, nos impressos cubanos de livre circulação, se deu em um contexto no qual a fidelidade cubana à monarquia espanhola apareceu condicionada, como havia exposto O’Gavan, ao apoio metropolitano para a continuidade do comércio de africanos. O fato de que os representantes da província centro-oriental e o Intendente concordaram com os fazendeiros e comerciantes, revogando a proibição de introdução de escravos até que nova ordem chegasse de instâncias superiores, aponta novamente para o endosso do projeto político da classe senhorial: manutenção do tráfico e da escravidão e continuidade dos vínculos coloniais com Espanha. Foi justamente essa união, explícita nesse caso, mas evidente de outras formas ao longo das décadas, que afastou da imprensa discussões que pudessem minar o sistema escravista.

É compreensível, portanto, que uma publicação destinada a instruir a população de cor acerca de seus direitos sob a vigência da constituição estivesse fadada à censura e ao fracasso. Foi o caso do *El Negrito*, uma publicação de curtíssima duração editada com essa finalidade por Francisco de Burgos em 1821. O primeiro – e único – exemplar que veio à luz esteve dedicado a analisar e explicar “á los españoles originarios del África” os artigos 5º e 22º da Constituição em vigor no Império espanhol:

Por el art. 5 son españoles todos los hombres libres nacidos y avecindados en los domínios de las españas, y los hijos de éstos; y por el art. 22 se les abre las puertas del ciudadanía por medio del merecimiento y la virtud à los españoles, que por cualquiera línea son

¹²⁸ Juan Bernardo O’Gavan. *Observaciones sobre la suerte de los negros del África, considerados en su propia patria, y transplantados a las Antillas españolas: y Reclamación contra el Tratado celebrado con los ingleses el año de 1817*. Madri: Imprenta del Universal, 1821, pp.11-12. APUD: BERBEL, MARQUESE, PARRON. Op. Cit., pp.145-146.

habidos y reputados por originarios de Africa; manifestándoles à lo que deben aspirar para lograr carta de tales.¹²⁹

Muitos, dizia o editor, acreditavam que a ilustração levaria os africanos e seus descendentes a cometer excessos, e com esse argumento se eximiam de explicar seus direitos e possibilidades dentro da ordem constitucional; ele, porém, era da opinião de que, pelo contrário, ao tomarem conhecimento do potencial de se tornarem cidadãos, e entendendo os benefícios que isso lhes traria, os escravos e libertos estariam menos propensos a revoltas e rebeliões, já que para alcançar a cidadania era necessário demonstrar mérito e virtude:

El esclavo, no es español por carecer de la libertad, y como rústico ignora los bienes que posee por serlo ¿y cuantos beneficios le resultarán á su dueño si aquel después de instruido se maneja con la honradez necesaria para conseguirlo? El libre no sabe si es español, ni lo que vale serlo, ni las ventajas que por la Constitución ha conseguido con solo este nombre cuales sean estas y lo doloroso que deberá serle perderlas por su falta de conducta, honradez, obediencia y respeto.[...]e s necesario que sepan lo precioso que es el goze de los derechos de ciudadanos para que pasando de los de español á los de esta clase aventajemos nosotros con esta metamorfosis el destierro de la ociosidad, de la maldad y del crimen que hasta aquí ha reinado, por que nunca creían poder salir de su miserable estado: pero ahora que tienen a la vistas una escala tan brillante, digno premio de sus buenas obras, el esclavo trabajará con teson y servirá con lealtad á su señor con el plausible objeto de lograr su libertad por sus méritos y ser español: el español tomará aversión al ocio, al juego y demás vicios aplicándose á las armas en los cuerpos de sus clases, á sus oficios, a la industria útil y honrada, buscarán esposas de igual clase para con el tiempo verse con la investidura de ciudadanos, y ya logrado sostenerse en tan brillante estado y no verse separado de el. Es menester desmenuzar esto demasiado para su total comprensión.¹³⁰

Conferir a cidadania à população egressa do cativeiro e possibilitar que os ainda cativos alcançassem a liberdade e o título de cidadão por meio de comportamento honrado era, na visão de Burgos, uma maneira de acalmar e controlar a população de cor da ilha. Era, também, uma forma de educar essa população e melhorar sua condição.¹³¹ Até aí, o conteúdo não era subversivo da ordem e tampouco incitava à

¹²⁹ El Negrito. Num. 1, 28 de marzo de 1821. Disponível em: <http://merrick.library.miami.edu/cdm/search/collection/chc9998/searchterm/El%20Negrito,%20Num.%201,%20Marzo%2028,%201821>. Consultado em 03/06/2013.

¹³⁰ Ibidem.

¹³¹ O impacto que a publicação pretendia alcançar não deve ser subestimado: apesar das altas taxas de analfabetismo, alguns negros em Cuba sabiam ler e se informavam por meio da imprensa, repassando a informação adiante. Desde 1803, por exemplo, havia ao menos uma escola dedicada às crianças de cor.

sublevação – e possivelmente foi essa a razão para a junta de censura não aceitar a primeira denúncia feita contra o *El Negrito*.¹³² Mas havia algo que ela possibilitava e que não era do interesse de muitos: além de instruir a população de origem africana, a publicação previa também a abertura de canal pelo qual se pudesse “acusar los defectos y malas comportaciones[sic] de los ministros que no cumplen con su sagrada obligación a denuncia de funcionarios”.¹³³ Motivado por essa abertura, Juan José de León enviou um artigo para ser inserido na publicação na qual narrava um encontro nada agradável com o deputado Nicolás de Santa-Cruz, sobre o qual repousava a acusação de ter subornado o remetente.¹³⁴ O próprio Santa Cruz se encarregou da denúncia, essa sim, aceita pela junta de juízes.¹³⁵

A publicação também causou indignação nos editores do *El Esquife Constitucional*, que não tardaram em acusar Burgos de querer inverter completamente a ordem das coisas com sua proposta de fazer dos negros, brancos. Excertos de uma carta recheada de insultos davam conta de explicar aos leitores do *Esquife* o ocorrido:

[...]en la estercolada, meada y servil imprenta Tormentaria, reunidos sus bárbaros, puercos y sucios escritores [...] en aquella infernal imprenta, se dio á luz un papel titulado el *Negrito*: por lo que aquellos negros en recompensa del honor que les había hecho el tiznado impresor, venían á tributarle sus muestras de agradecimiento á la puerta de su atormentada y tostada imprenta, con tantos victores y aclamaciones [...]. Cuando este bruto impresor publicó dicho papel del *Negrito*, quiso hacer ver que todos eran unos en el mundo; y no se engañaba *quoad substantiam*, esto es, *quoad ordinem nature*; pero nó *quoad accidentia*: entonces repito, trató de hacer blancos á los negros; pero ahora es viceversa, ahora quiere hacer negros á los blancos: já tanto llega su demencia y su desorganizada chola!¹³⁶

LANDERS, Jane. *Atlantic Creoles in the Age of Revlution*. Op. Cit. A autora também analisa brevemente a publicação do *El Negrito*.

¹³² De acordo com Bachiller y Morales, em 29 de março do mesmo ano o Fiscal de Imprensa, Diego de Tanco, denunciou a publicação, embora o autor não mencione o teor ou razão da denúncia. Reunidos, os juízes declararam não haver motivo para formar causa. *Apuntes...* Op. Cit., p. 207.

¹³³ “Artículo remitido”. *El Negrito*. Num. 1, 28 de marzo de 1821.

¹³⁴ O caso se resume em poucas linhas: José de León foi abordado por Santa-Cruz por “no llevar farol”; mas não cabia uma multa naquela situação por que, sendo um miliciano aposentado com direito a foro militar, José de León estava isento de portar farol, argumento que o deputado refutou, aplicando-lhe uma multa de seis pesos. Vendo que León de fato não podia arcar com a quantia, Santa-Cruz teria oferecido “un gran beneficio”, que consistia em levar a sua casa, cedo pela manhã, a quantidade reduzida de três pesos. *El Negrito*, Num. 1, 28 de marzo de 1821.

¹³⁵ BACHILLER Y MORALES, Op. Cit., p.207. Após a formação de causa, porém, o juiz designado para o caso o considerou absolvido.

¹³⁶ *El Esquife Constitucional*, Num. 148, 10 de abril de 1822. Também no Num. 149, 13 de abril de 1822.

Não é possível saber até que ponto a revolta do *El Esquife* foi responsável pelo fechamento do *El Negrito*, mas o fato é que, embora o editor tenha declarado suas intenções de estabelecer uma periodicidade, nenhum outro número veio à luz. As autoridades impediram a continuidade da publicação.¹³⁷ Se a justificativa legal procedia ou não, pouco importa: o que cabe destacar é que os objetivos do periódico eram prejudiciais à continuidade do sistema escravista na medida em que, instruindo seu público alvo a respeito de seus direitos sob a Constituição, abria espaço para incorporar à categoria de cidadão uma parte da sociedade que a classe senhorial se esforçava em manter excluída. Aqui, o paralelo com os acontecimentos da década anterior são evidentes: em 1811-1812, os cubanos defenderam a exclusão das castas do direito pleno à cidadania espanhola; portanto, permitir que uma publicação de livre circulação explicasse minuciosamente os meios pelos quais essa determinação podia ser contornada ia diretamente de encontro ao que desejavam os escravistas. Mais relevante ainda era a experiência concreta de que a imprensa podia sim fomentar insurreições, haja vista que a mera inclusão, em um periódico, das discussões a respeito da extinção do tráfico negreiro haviam motivado a maior conspiração escrava que a ilha havia presenciado até aquele momento. A necessidade de silenciar sobre questões polêmicas ficara evidente a partir de Aponte; por isso, apesar da iniciativa de Burgos, a população de cor seguiu carente de um periódico próprio, e críticas à escravidão, propostas de abolição ou notícias de revoltas envolvendo a participação de negros seguiram ausentes das publicações, não tendo sido mencionadas em nenhum dos trinta e nove títulos consultados para o segundo interlúdio constitucional.

A despeito da profusão periódica possibilitada por momentos de predominância liberal entre 1810-1814 e 1820-1823, as primeiras décadas do Oitocentos em Cuba não assistiram à configuração de um espaço público de discussão capaz de fomentar debates sobre tráfico negreiro e escravidão, fosse pelo interesse dos senhores em barrar esses debates, fosse pela autocensura imposta pelo temor de uma revolta escrava na ilha.

¹³⁷ Cf. LANDERS, Op. Cit., p. 166.

Capítulo 2. Notícias Insurgentes: a imprensa cubana e as insurgências hispanoamericanas durante o primeiro período de liberdade de imprensa, 1810-1814.

Em abril de 1810, o capitão general da Venezuela foi deposto e instalou-se uma junta de governo em Caracas. Em maio, civis armados destituíram o Vice-Rei platino em Buenos Aires, expulsaram-no da cidade e formaram uma junta em nome de Fernando VII, monarca espanhol aprisionado pelos franceses na Europa; no mesmo mês, movimento semelhante ocorreu na Nova Granada. Em setembro, uma junta leal a Fernando declarou a autonomia de Quito tanto em relação à Espanha quanto ao Vice Reino neogranadino; no dia 18, junta similar foi estabelecida no Chile, e, na Nova Espanha, o cura de Dolores Miguel Hidalgo conclamou o povo a lutar “contra o mau governo”, deflagrando um movimento rebelde que deixaria um rastro de sangue. No Chile estabeleceu-se junta similar às que vinham pipocando pelo continente, e o Alto Peru viu-se dividido entre o poder do Vice Rei, grande representante do realismo no Novo Mundo, e as investidas revolucionárias de Buenos Aires.

Notícias a respeito de todos esses eventos chegavam a Cuba por vários caminhos - cartas particulares, correspondência diplomática, informes militares, imprensa estrangeira, pessoas em trânsito entre os vários territórios - e, com frequência, iam parar nas páginas dos periódicos publicados na ilha. Graças à lei de liberdade de imprensa promulgada pelas Cortes em 1810, o número de periódicos publicados na ilha aumentou consideravelmente, diversificando os meios pelos quais era possível informar-se sobre o que ocorria no restante do império espanhol. Mas, se é verdade que a imprensa cubana não esteve alheia aos episódios que sacudiam o restante da América espanhola, faz-se mister ressaltar que a maneira como essas notícias eram reportadas contribuíram para a caracterização dos movimentos insurgentes como um mal a ser evitado. Conforme se mostrará nesse capítulo, os periódicos cubanos consultados para a quadra 1810-1814 abordaram os levantes continentais em tons negativos, fosse por meio da narração de fatos “escandalosos” ou de episódios violentos, fosse pela exaltação dos sucessos das tropas realistas que faziam frente ao avanço revolucionário. Além das insurgências, posicionamentos políticos também vieram à tona, expressos, como se mostrará a seguir, por meio de ofensas pessoais, numa exploração dos limites legais do libelo proporcionados pela liberdade de imprensa.

Liberdade de imprensa em Cuba, I

Artículo primero. Todos los cuerpos y personas particulares, de cualquiera condición y estado que sean, tienen libertad de escribir, imprimir y publicar sus ideas políticas sin necesidad de licencia, revisión ó aprobación alguna anteriores á la publicación bajo las restricciones y responsabilidades, que se expresarán en el presente decreto. 2º Por tanto quedan abolidos todos los actuales Juzgados de Imprenta y la censura de las obras políticas precedentes á su impresión.¹³⁸

Com essas palavras o Real Decreto ditado pelo Conselho de Regência das Cortes de Cádiz inaugurava, em 10 de novembro de 1810, o primeiro período de liberdade de imprensa no mundo hispânico. Os dois primeiros artigos tratavam de expor, com clareza, a natureza política do decreto, abolindo a censura prévia de todas as obras desse caráter que fossem impressas a partir de então. Segundo Sánchez Baena, Cuba foi o primeiro território da América espanhola a receber a notícia de que as Cortes haviam decretado a liberdade de imprensa, e o fato de Havana ser um dos principais pontos de parada do correio ultramarino reforça essa ideia. De fato, pouco mais de um mês e meio após o decreto, o *Diario de la Habana* anunciava a “boa notícia”:

DIALOGO

- Papá, papá!... Traigo buena noticia, gorda y segura.
- Vamos, díla, ¿Cual és? Acaba pronto. ¿Que hay de nuevo?
- Vengo de la isla. Las Córtes han decretado la libertad de la imprenta. Sólo 32 votos, sino me engaño, hubo en contra.
- Mucho me alegro: jamás dudé de tal resolución; y era ofender á augusto congreso sospechar otra cosa. Pero, dime, ¿Qué sabes tu si esa noticia es buena ó mala?
- ¡Toma! Pues si todos suspiraban por ella...Pero dígame V. papá; ¿Qué cosa es la libertad de imprenta?
- Es la facultad que recobra todo individuo de la sociedad de imprimir sin permiso de otro y libremente sus opiniones y pensamientos.
- ¿Qué recobre?... ¿Pues qué se la habían quitado?
- Si, hijo: los gobiernos tiránicos dexán[sic] a su pueblo las ménos facultades que pueden, el mismo don de la palabra está coartado, donde dominan déspotas.
- ¿Y donde es eso, papá?
- Casi en todas partes, excepto en Inglaterra y en los Estados Unidos.
- ¿Conque también prohíben hablar?... Pero á bien que aquí ya podremos escribir como nos diere la gana, ¿no es verdad, papá?
- Cierto; pero con su cuenta y razón: todas las cosas tienen sus límites.
- ¿Cómo? ¿Cómo es eso papá? No lo entiendo bien.

¹³⁸ Decreto de Liberdade de Imprensa expedido pelas Cortes Gerais e Extraordinárias reunidas na Ilha de León em 10 de novembro de 1810. Disponível na página web do Congresso dos Deputados, em: http://www.congreso.es/portal/page/portal/Congreso/Congreso/Hist_Normas/200/H1810_11#10111810 (Consultado em 03/10/2012).

-En materias políticas no habrá restricciones, pero si en puntos difamatorios y en los de religión.

-Pues yo por mi creo que se meta nadie á hablar contra nuestra santa religión.

-Soy de tu parecer, pero no faltará quien dé contra los buenos introducidos en la disciplina y en las prácticas y ceremonias, &c. sin atacar ni dogma ni la esencia de la religión.¹³⁹

Os adjetivos positivos com os quais se noticiou a resolução das Cortes parecem indicar um bom acolhimento da ideia em Cuba, a liberdade de imprensa sendo “notícia grande e certa”. No entanto, o tom otimista do *Dialogo* contrasta com a realidade: nem todos desejavam a livre circulação de ideias políticas. Pelo contrário, diante da complexa realidade hispano-americana, as autoridades locais – notadamente o capitão general -, se dividiam entre cumprir com a resolução das Cortes e manter a ordem; preocupadas com a utilização da imprensa como veículo de propaganda “subversiva”, trataram de retardar a efetivação da lei, e o decreto só passou a vigorar na ilha em meados de fevereiro de 1811. Segundo Álvarez e Riaza, uma das maiores preocupações dos dirigentes coloniais era a relação “entre os periódicos que se publicavam nas distintas regiões americanas”¹⁴⁰, uma vez que a reimpressão de artigos de outros periódicos era praxe entre as gazetas da época. Com efeito, em janeiro daquele ano Someruelos tomara conhecimento de que a imprensa jamaicana havia publicado rumores sobre agitações políticas em Cuba, e o capitão general estava temeroso de que também na ilha se publicassem notícias desse tipo. Assim, valendo-se de uma brecha proporcionada pelo artigo 13º do Decreto, que estipulava que “para assegurar a liberdade da Imprensa e evitar, ao mesmo tempo, seu abuso” deveria ser nomeada uma Junta de Censura em cada capital de Província, Someruelos fez o possível para atrasar a efetivação da Junta - e da lei.¹⁴¹ Estratégia semelhante foi utilizada nos Vice Reinos da Nova Espanha e do Peru, onde a imprensa livre teve, inclusive, menos sucesso do que em Cuba. Em abril de 1811, o editor do *Diario de Mexico* enviou uma representação às Cortes na qual lamentava que, apesar da nomeação dos juízes de censura, a lei seguia inabilitada:

¹³⁹ Biblioteca Nacional José Martí. Colección Cubana. *Diario de la Habana*. 29 de diciembre de 1810. APUD: Sánchez Baena, Op. Cit., p. 101. O *Dialogo* continua com a explicação do pai sobre o que é a liberdade de imprensa, explicando-a e qualificando-a.

¹⁴⁰ ÁLVAREZ, MARTÍNEZ RIAZA, Op. cit., p.60.

¹⁴¹ JENSEN, Op. Cit., p.26-7.

La santa libertad de la imprenta se ha sancionado por la Nación, se ha publicado se ha aplaudido y se ha puesto en práctica en la Península y ha sucedido lo mismo en la Havana a impulsos de su Ayuntamiento pero en Mexico no disfrutamos aun de este beneficio, habiendo mucho tiempo que llegaron los nombramientos de los Jueces de Censura y mucho más la orden o ley fundamental declarando de la imprenta como uno de los derechos del Hombre y los papeles públicos en que consta la noticia de los Jueces y parece que no la disfrutaremos.¹⁴²

O vice rei foi finalmente forçado pela Regência a implementar o decreto, que entrou em vigor na Nova Espanha em 9 de outubro de 1812. No entanto, “hubo abusos y agitaciones peligrosas, ya que se pretendía provocar un movimiento popular”. Dois meses mais tarde, diante dos “abusos que se estaban cometiendo, [que] no podían contenerse a través de los tribunales tal y como lo habían expuesto los propios fiscales”, suspendeu-se a liberdade de imprensa naquele território.¹⁴³ No Peru, o vice rei também dificultou a livre emissão de pensamento por meio da imprensa, valendo-se de argumentos muito parecidos daqueles utilizados por seu colega novo-hispano.¹⁴⁴

Quando o decreto foi finalmente publicado na íntegra em Cuba por meio do *Diario de la Habana* de 19 de fevereiro, vários novos títulos surgiram no cenário do periodismo insular¹⁴⁵, e algumas dessas publicações também se manifestaram de maneira favorável à inovação que lhes permitia vir à tona. Caso do *El Hablador*, que em agosto exaltava a livre imprensa como um “canal franco por donde deben navegar sus pensamientos [de todos os espanhóis] para la ilustración de su abatido pueblo, para la corrección de sus abusos y malas costumbres y para el fomento de su agricultura comercio y artes”.¹⁴⁶

Se, por um lado, as barreiras prévias para a livre emissão de pensamento haviam sido eliminadas, dando origem a uma miríade de publicações a partir de 1811, por outro

¹⁴² AHN. Diversos. Leg. 4, exp. 7. APUD: SÁNCHEZ BAENA, Op. Cit., p.99.

¹⁴³ AGI, Estado. Leg. 31, exp. 23. APUD SÁNCHEZ BAENA, Op. Cit. idem p. 100

¹⁴⁴ SÁNCHEZ BAENA, Op. Cit., p.100. Também em JENSEN, Op. Cit., p.27. A imprensa peruana é um dos objetos dos trabalhos de Victor Peralta. Ver, por exemplo, “Las plumas contra las Cortes y el Trono. La prensa y el desmontaje del liberalismo hispánico en el Perú, 1821-1824”. *Revista de Índias*. Vol. LXXI, num. 253, 2011, pp. 729-758; “Prensa y redes de comunicación en el Virreinato del Perú, 1790-1821” *Tiempos de América*, n° 12 (2005), pp.113-131.

¹⁴⁵ Álvarez e Ríaza estimam que ao menos 29 títulos tenham surgido no período de 1811 a 1814, em várias partes da ilha; os títulos estão mencionados em: ÁLVAREZ, MARTÍNEZ RIAZA, Op. cit, pp.81-82. Desses, vinte estão custodiados em arquivos espanhóis e formam parte do corpus documental da presente pesquisa. A Biblioteca Nacional José Martí, em Havana, possui outros exemplares que, infelizmente, não foi possível consultar. Sánchez Baena também aponta a profusão de novas publicações no período, com breve descrição de alguns títulos em “5.1. *La primera libertad de imprenta en Cuba (1810-1814)*”. Op. Cit, pp. 101-111. Veja-se também o já mencionado *Children of Colonial Despotism*, de Larry Jensen, especialmente o Capítulo 2: “*Free Press: Libel and Exoneration, 1811-1814*”, pp.25-51.

¹⁴⁶ El Hablador, N. 32, 29 de agosto de 1811.

lado a censura pós-publicação inibia a polarização política e as críticas diretas; o cenário literário seguia dominado pelos membros da Sociedade Patriótica, e a Junta de Censura estava nas mãos da sacarocracia. A ausência de um rei que unificasse o governo, as muitas juntas (peninsulares e americanas) a reclamar soberania e o espectro do Haiti a assombrar as sociedades baseadas na mão de obra escrava contribuíram para desenhar uma conjuntura instável em todo o Império; diante desse cenário, os riscos de um debate acalorado de ideologias na imprensa desviaram as discordâncias políticas para o campo das ofensas pessoais. Como observou Jensen, “cubanos que desejavam maior participação política, assim como os que se opunham às inovações já existentes, evitaram cuidadosamente a crítica direta”, de modo que o início da liberdade de imprensa em Cuba esteve marcado por experimentações com as novas fronteiras legais do libelo por meio de ataques à reputação de determinados indivíduos.¹⁴⁷ Aspectos aparentemente menores eram por vezes canalizados para a batalha que se travou nas páginas dos jornais. Por exemplo, um discurso sobre a amizade publicado no *Diario Civico* foi acusado de plagiar um periódico de Madri; ambos haviam traduzido do francês a mesma obra, embora a versão madrilena não estivesse completa. O interessante aqui é que quem fazia a reclamação não era o suposto plagiado e sim o redator do *El Reparón*, Juan Hernández de Otero, que dizia que “el filosofo Bergaño, dice el Reparón Hernández, es un pedante escritor, que no conoce ní aun las obras nacionales, y pretende se le tenga por un literato”.¹⁴⁸ Simón Bergaño de Villegas era fundador e redator do *Diario* e, talvez, o mais prolífero escritor do período. Além dessa publicação, ele foi responsável também pela inauguração do *Patriota Americano* (janeiro 1811 – dezembro 1812), dedicado a discutir questões patrióticas, o funcionamento da constituição que se projetava, e o status legal da América nos quadros da nação espanhola naquele momento de crise; do *Correo de las Damas*, primeira publicação cubana dedicada ao público feminino, e do *El Esquife* (setembro 1813 – junho 1814), que inovou o cenário do periodismo ao adotar a alegoria naval para satirizar a política local e rebater as críticas que recebia. À acusação do *Reparón*, respondeu com uma “Crítica” que qualificava seu opositor de “ignoranton charlantin”, um “hombre que miente com tanto descaro” e “un impostor indigno de existir entre los

¹⁴⁷ JENSEN, Op. Cit., p.30. Tradução livre do original em inglês.

¹⁴⁸ O trecho foi transcrito em nota por Bergaño em: *Diario Cívico*, Núm. LXXX, 19 de noviembre de 1812.

escritores de buena fé”.¹⁴⁹ O mesmo periódico acusou Bergaño de gabar-se de falar Italiano, quando se averiguou que “no entendia una palabra”; a provocação, em tom de picuinha, recebeu um parágrafo inteiro de contestação no *Diario*.¹⁵⁰ Esses são apenas alguns exemplos das muitas críticas que recaíram sobre o “Sr. Cívico”. De acordo com Jensen, a hostilidade a Bergaño estava muito difundida na imprensa de Havana, algo que o historiador considera difícil de explicar levando em conta o tom moderado de seus editoriais, confinados -em sua opinião - “aos limites do conservadorismo criollo.”¹⁵¹

Algo que pode contribuir para entender os ataques constantes de Hernández a Bergaño é a campanha que este fez em seu jornal contra o Conde de Casa Barreto, de quem o primeiro era provavelmente partidário, pela orientação política mais conservadora. É possível que a defesa de Someruelos, de Arango e de outros indivíduos reunidos em torno do episódio de tentativa de instauração de uma junta em Havana feita nas páginas do *Diario* tenha incitado os ataques do *El Reparón*, já que seu editor parecia se preocupar com questões de ordem pública e política nos marcos do reformismo conservador. Casa Barreto foi um dos mais fervorosos opositores à formação de uma junta de governo local em 1808, em sua opinião fruto da ambição de “indivíduos desleais” que pretendiam conquistar a independência em prejuízo dos direitos do rei espanhol, e gabava-se de ter contribuído para o fracasso da mesma. Como se mencionou anteriormente, o vazio de poder ocasionado pelos episódios de 1807-1808 deu lugar à formação de juntas de governo nas províncias europeias que tinham por princípio salvaguardar o poder real e a soberania da nação espanhola em face da ocupação francesa de parte do território metropolitano. O mesmo se observou na América: conforme as notícias chegavam a esse lado do Atlântico, juras de fidelidade e cerimônias de proclamação de Fernando VII como soberano eram realizadas nas principais cidades, seguidas de declarações de guerra à França e da formação de juntas de governo nos moldes das peninsulares. Em Cuba, as primeiras informações foram recebidas por intermédio do recém-nomeado Intendente da Real Fazenda, Juan de Aguilar Amat, que chegou a Havana em 14 de julho portando papéis da Junta Suprema de Governo de Sevilha. Além do convite para que se formasse ali uma junta local que respondesse a sua congênere sevilhana, Amat trazia também instruções sobre

¹⁴⁹ *Diario Cívico*, Núm. LXXX, 19 de noviembre de 1812.

¹⁵⁰ *Diario Cívico*, Núm. LXXXIV, 23 de noviembre de 1812. Larry Jensen refere-se ao mesmo caso no *Children...*, mas tendo como fonte os exemplares do outro periódico, o *El Reparón*, ao qual não tivemos acesso.

¹⁵¹ JENSEN, Op. Cit., p. 43.

mobilização geral, referências a sublevações de outras praças, e um chamado para que se proclamasse o novo rei. No dia 20 daquele mês, declarou-se a Fernando VII como rei espanhol na Praça de Armas da capital cubana. A tentativa de impulsionar junto ao *cabildo* a formação de uma Junta de Governo em Havana foi levada a cabo pelo Capitão General, com a colaboração de Arango y Parreño e alguns outros membros da classe senhorial. A proposta, porém, foi abandonada por seus próprios defensores, que mudaram de ideia às vistas da baixa adesão à causa. A notícia chegou a ocasionar, inclusive, um tumulto popular nas ruas da cidade, mais um motivo para que não se levasse adiante a empreitada. Casa Barreto, de fato, opôs-se ao projeto de Someruelos e Arango, mas não foi o único. O Comandante da Marinha, Juan Villavicencio, e Rafael Gómez Robaud, Superintendente da Companhia de Tabacos, também se mostraram pouco simpáticos à inovação, defendendo a subordinação à Junta de Sevilha e manutenção do governo da ilha intacto até novas ordens de Espanha.¹⁵²

O Conde atribuía a si próprio um papel de destaque no fracasso da Junta, tanto que chegou a pleitear o título de Grandeza pelo feito. Essa pretensão, bem como a denúncia que fez à Junta Central em 1811 acusando Arango de promover uma junta independente, estiveram provavelmente na raiz das motivações de Bergaño para que o *Diario Civico* publicasse, em 1812, uma série de cartas dirigidas a Casa Barreto criticando sua oposição e defendendo a junta como resposta legítima em meio à crise que se abatera sobre o Império espanhol quatro anos antes. Assim, uma carta publicada em 12 de novembro de 1812 dizia

¿Cómo? ¿Con quien probará V.S. que la junta provincial que aquí se trataba de instalar en 1808 propendía á la independencia? ¿Cuáles fueron? ¿Cuáles son los documentos en V.S. puede fundar que este era el objeto de los que la promovían? [...] cuando es constante que la tal junta se trataba de instalar por el gobierno, y por un gobierno tan prudente, tan atinado y profundamente político como el del excmo. señor marques de Someruelos, que la había considerado cuando no del todo necesaria al menos muy conveniente.

¿Quién, sino la animosidad, la rencilla y el resentimiento de no haber sido invitado para ella pudo haber representado á V.S. con tanta criminalidad el sencillo é inocente pensamiento de establecer en la

¹⁵² O exame dos eventos que dizem respeito a Cuba está baseada na excelente análise que fez José A. Piqueras sobre o assunto. Para uma descrição minuciosa dos eventos, ver: PIQUERAS, José A., “La siempre fiel isla de Cuba, o la lealtad interesada”. Op. Cit. Sherry Johnson, por outro lado, argumenta que os militares teriam sido os principais responsáveis pelo fracasso da junta. “From authority to impotence: Arango’s adversaries and their fall from Power during the constitutional period (1808-1823)”. In: GONZÁLEZ-RIPOLL, ÁLVAREZ CUARTERO. Francisco Arango y la invención de la Cuba azucarera. Op. Cit., pp. 193-211.

Habana una *Junta sostenedora del gobierno*, cuando la monarquía estaba *acefalada*, cuando todas las provincias de España habían erigido las suyas, y cuando todos los españoles de ambos mundos zozobraban ya entre la incertidumbre, el temor y la justa desconfianza?¹⁵³

E, mais adiante, defendia os envolvidos no episódio, dizendo que

De los tres sujetos á quienes V.S. ha pintado con los más negros colores, suponiéndolos autores de aquella Junta independiente, el uno ha sido condecorado con el grado de brigadier, y el otro con el de Consejero de Indias por las mismas autoridades ante quien V.S. los delató como déspotas y desleales.¹⁵⁴

Algumas semanas mais tarde, no mesmo periódico, “Un vecino” de Havana se dirigia ao Conde de Casa Barreto para rebater as acusações de que o projeto da Junta havanesa tivesse algum caráter independentista:

¡Ay, señor conde, señor conde! ¿Cómo probará V.S. que haya habido en la Habana quien quisiese sublevarse y hacerse independiente? Si V.S. se contragese à algun idiota podía dársele algún crédito [ao intento de sublevação]. Pero como sabemos quienes son los sugetos á que atribuye semejante intentona, no podemos tragar eso de sublevación, ni de independencia [...]. ¡Independencia! ¡Sublevación! ¡Independencia en una isla!!! Oh! No, señor conde, esto no pasa.¹⁵⁵

Ainda em novembro, outra carta dirigida ao mesmo interlocutor estampou o periódico de Bergaño. Retomando o argumento anterior de que as acusações do Conde eram motivadas por desavenças pessoais (“nada demuestra tanto el ódio personal que V.S. profesa á los señores D. Francisco de Arango, conde de O’Reilly y D. José de Ilincheta como la injuriosa y singular mención que hace de estos caballeros siempre que habla sobre la junta proyectada de 1808”) , perguntava, retoricamente, a razão pela qual voltava a insultá-los.

¿Habrá creído V.S. que han tenido alguna parte en mis cartas[...]? Pues V.S. se engaña. Yo, yo fui quien libre y espontáneamente salí á su defensa *sin conocimiento, ni aprobación directa, ni indirecta de los interesados*. Contra mí, pues, solo contra mí debió hacerse estrellado V.S. [...] pues yo fui quien únicamente le contradijo, sin que los

¹⁵³ Diálogo Cívico, Núm. LXXIII, 12 de Noviembre de 1812.

¹⁵⁴ Ibidem.

¹⁵⁵ Diálogo Cívico, Núm. LXXXIV, 23 de Noviembre de 1812. Grifo do original.

señores Arango, Ilincheta y O'Reilly se hubiesen dignado solicitar una pluma infinitamente menos bien cortada que las suyas [...].¹⁵⁶

Os dados biográficos de Bergaño são escassos e confusos, mas sabe-se que fora condenado na Guatemala por seus escritos ofensivos ao Bispo da região, publicados na gazeta local, e que estava em Havana temporariamente enquanto aguardava ser transportado para a Espanha, conforme mandava a sentença. Sua saúde precária, no entanto, impediu em diversas ocasiões que fizesse a travessia atlântica, de modo que o prisioneiro permaneceu anos em Cuba, onde seguiu escrevendo. O que não está claro, no entanto, são as motivações que levaram Bergaño a defender “livre e espontaneamente” e quatro anos depois dos fatos os indivíduos acima mencionados, especialmente o capitão general, que parecia arrependido de ter aceitado responsabilizar-se pelo prisioneiro.¹⁵⁷ Não obstante, o fato de ter pleiteado sua admissão como membro da Sociedade Patriótica em 1814 sugere que havia uma articulação de interesses que ainda não foi plenamente desvendada.¹⁵⁸

Outros periódicos também travaram disputas com referências mútuas e constantes em termos pouco lisonjeiros. O *Centinela en La Habana*, considerado porta-voz da classe dos *hacendados* reunidos em torno de Arango, encontrou um forte opositor no *El Censor Universal*, veículo que amiúde representava as opiniões dos membros eleitos para a nova legislatura do Conselho Municipal. O *Centinela* tinha estreitas relações com o Real Consulado de Agricultura, Indústria e Comércio de Havana, organismo criado em 1794 com o objetivo de fomentar o comércio e a agricultura da ilha: seu secretário, Antonio del Valle Hernández, fundou o periódico a fim de defender nas suas páginas os interesses dos membros do Consulado (que, como se pode imaginar, eram vinculados ao sistema escravista). Já o *Censor* falava a favor do Conselho Municipal, órgão do *Ayuntamiento*¹⁵⁹ formado por um corpo deliberativo de *regidores*, eleitos anualmente a título de representantes da população de cada vila. Os

¹⁵⁶ Diálogo Cívico, Núm. LXXXVII, 26 de Noviembre de 1812. Grifos do original.

¹⁵⁷ Cf. JENSEN, Op. Cit., p. 35.

¹⁵⁸ O pedido foi aceito pelos membros da Sociedade que estiveram presentes na votação, e Bergaño só não se tornou sócio da entidade por que o Chefe Superior Político, Juan Ruiz de Apodaca, vetou seu pedido argumentando que ele não dispunha dos direitos de cidadania. ULTRAMAR, 154, N. 12.

¹⁵⁹ Em Espanhol, Ayuntamiento designa o órgão executivo de um município, como a câmara municipal ou prefeitura, em língua Portuguesa. Presidido pelo *Alcalde* (prefeito), cujas obrigações consistiam basicamente em cumprir e fazer cumprir as leis e demais disposições de órgãos superiores, contava também com um conselho deliberativo cujas funções equivaleriam às atribuições dos atuais vereadores. Cf.; GUERRA Y SÁCHEZ, *Manual...* Op. Cit., p. 42.

representantes que assumiram em 1812 estavam em discordância com os membros do Consulado com relação aos fundos coletados pelo último para serviços urbanos, a rigor uma responsabilidade do Conselho, e encontraram na imprensa um meio eficiente de expor suas querelas.¹⁶⁰ As eleições para o Conselho, por sinal, constituíram pauta relevante, agregando importância à imprensa como espaço de difusão e de campanha política, ao mesmo tempo que contribuiu para aumentar a prática de difamação pública de possíveis candidatos; afinal, era uma forma de influir na opinião acerca dos possíveis representantes.

Mas, embora tenham constituído um conteúdo significativo, a política local e as ofensas pessoais não foram as únicas pautas dos periódicos do período. À medida que os eventos se desenrolavam na Península e nas demais partes do Império, as notícias sobre o avanço das tropas francesas na Espanha, a resistência e a formação de juntas de governo dos dois lados do Atlântico, as insurgências na América e as guerras que começam a se delinear entre realistas e patriotas também ocuparam espaço na imprensa cubana.

As insurgências hispano-americanas nas páginas dos periódicos cubanos.

A imprensa foi objeto de particular atenção de Someruelos desde a eclosão da revolta escrava de Saint-Domigüe, preocupado em controlar o impacto de notícias revolucionárias em Cuba: mesmo sob a vigência da censura pré-publicação, instituída oficialmente em todo o império espanhol em 1791, o capitão general se ocupou em vigiar o conteúdo dos impressos e sua repercussão na sociedade insular. Seu zelo era tamanho que chegou a recomendar ao Secretário de Estado que tomasse providências para que notícias “inconvenientes” não fossem publicadas nas gazetas peninsulares. A sugestão foi motivada pela reprodução, na *Gazeta de Madrid* de 23 de março de 1804, da proclama de “Desalines, Cristóbal y Clerveaux, gefes de Sto. Domingo, en nombre del pueblo negro y de los mulatos de esta Isla, publicando su Independencia, y jurando no ceder jamás los derechos que tienen proclamado a ninguna potencia de la tierra”,¹⁶¹ papéis que, nas palavras do capitão general, eram analisados “con bastante viveza” pela população de cor em Cuba:

¹⁶⁰ JENSEN, Op. Cit., p. 41.

¹⁶¹ *Gazeta de Madrid*. N. 24, 23 de marzo e 1804. Disponível em: <http://www.boe.es/datos/pdfs/BOE/1804/024/A00267-00274.pdf> Consultado em: 27/06/13.

Como en la gazeta de Madrid n. 24 en el párrafo de Baltimore, se halla copiada à la letra la proclama del Gnal. Negro Desalinas [sic] [...] no puedo menos de manifestar á V.E. la impresión que hacen estos papeles en la gente de color de esta Isla, que alguna parte tiene instrucción, goza de bienes raices, y merecen concepto entre los demás de su especie, circunstancias que se han tenido consideración para procurar no se esparzan papeles de dicha clase que entre los negros expresados se analizan con bastante viveza; y así me ha parecido de mi obligación hacer à V.E. esta corta pintura de los inconvenientes que puede traer la insertación[sic] de semejantes discursos en nuestras gazetas para la providencia que tenga por conveniente tomar en este punto pues como se venden al público, las compran todos y corren muy bien en manos de los Negros de que llevo hecha mención, mereciendo en el concepto de ellos la idea con que son dictados dichos papeles con verlos estampados en gazetas españolas. Habana, 1804.¹⁶²

A facilidade com que se obtinha notícias acerca de eventos potencialmente ameaçadores à ordem a despeito do cerceamento por parte das autoridades coloniais era extremamente preocupante: como as gazetas eram vendidas ao público e compradas por todos – inclusive os negros – era fundamental atentar para “la idea com que son dictados dichos papeles”, para que não impressionassem, como vinham fazendo, a população de cor da ilha. Assim sendo, quando os eventos desencadeados na América espanhola a partir de 1810 começaram a acenar para a ruptura com a Espanha, Someruelos se esforçou em barrar seu conhecimento em Cuba, reiterando uma prática que vinha se delineando desde o final do século XVIII de silenciar sobre quaisquer acontecimentos que pudessem comprometer a ordem da ilha. Em um momento em que a liberdade de imprensa havia ampliado significativamente o número de impressos que circulavam livremente, a saída passou a ser a censura dos próprios fatos, por meio do fechamento da comunicação da ilha com os territórios insurgentes e do confisco dos papéis dessas localidades que porventura fossem ali introduzidos.

Um exemplo relevante dessa postura pode ser observado no tratamento conferido pela imprensa cubana ao Vice Reino da Nova Granada, onde o poder político cedo fragmentou, especialmente após a instauração da Regência na Espanha. Entre agosto de 1809 e fevereiro de 1811, ao menos vinte e três juntas surgiram nas várias unidades político-administrativas do Vice Reino e, embora a lealdade ao rei não estivesse comprometida, várias dessas juntas não reconheceram os poderes interinos

¹⁶² Someruelos al Sr. Primer Secretario de Estado y de Su Despacho. AGI, ESTADO, 12. N. 50

instaurados na metrópole, optando por um governo local autônomo.¹⁶³ O Vice Reino ficou então dividido entre o reconhecimento do conselho regencial peninsular e as juntas soberanas - divisão que marcaria os conflitos experimentados na região ao longo dos anos seguintes.¹⁶⁴ Apesar de uma junta denominada Suprema ter sido fundada na capital em 20 de julho de 1810, Santa Fé não foi capaz de unificar o reino: Cartagena e Cali, por exemplo, desejavam ficar autônomas (a primeira chegou inclusive a declarar sua independência da Espanha, em novembro de 1811); já a Província de Santa Marta, no Caribe neogranadino, que estabeleceu sua junta em 10 de agosto de 1810, reconheceu a Regência, assim como Riohacha, Panamá, Popayán e Pasto.¹⁶⁵ A maioria dessas províncias tiveram sua comunicação com Cuba censurada ou cortada após a fundação das juntas locais de governo – independentemente do endosso ou rechaço à Regência. Em correspondência despachada no fim de janeiro de 1810, o capitão general de Cuba justificava sua postura nos seguintes termos:

no siendo de mi inspección calificar las causas que impelieron à formar la Junta, ni pudiendo tampoco reconocerla directa ni indirectamente como Gobierno que no tiene Real aprobación, y por otra parte opuesto á las leyes fundamentales de nuestra Monarquía, me veo en la sensible necesidad de *cortar toda comunicación entre la provincia de Sta. Marta y esta Isla*, del mismo modo que se ha verificado con Cartagena hasta que S.A. resuelva lo conveniente en este particular.¹⁶⁶

Poucas semanas antes, Someruelos havia adotado atitude semelhante com relação a publicações vindas de outras localidades, proibidas de circular na ilha por tratarem “de la independencia com la Madre Pátria”. Na sua avaliação, eram papéis periódicos e cadernos de “gobiernos intrusos” que continham “máximas ilegales”; conforme escreveu em carta ao Comandante da Flórida Ocidental:

¹⁶³ BUSNHELL, David. “A Independência da América do Sul espanhola.” In: BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina, vol. III: Da Independência até 1870*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001, pp.119-186. Veja-se também: CASTRO, Oscar Javier. *Reconfiguração de identidades político-territoriais e constitucionalismo moderno no Novo Reino de Granada, 1808-1816*. FFLCH/USP. Dissertação de Mestrado, 2013, pp.76-92, especialmente a tabela nº 4, *Formação de juntas supremas de governo no Novo Reino de Granada, 1809-1811*, que traz uma lista das juntas com suas respectivas datas de formação (p. 91).

¹⁶⁴ Sobre os conflitos internos na nova Granada e Venezuela, que caminharam para o campo civil e militar, ver: THIBAUD, Clément. *República en armas. Los ejércitos bolivarianos en la guerra de Independencia de Colombia y Venezuela*. Bogotá:Planeta IFEA, 2003. De forma mais sucinta em: RODRÍGUEZ, Jaime, Op. Cit., pp. 182-193.

¹⁶⁵ RODRÍGUEZ, Op. Cit., p. 183 et passim.

¹⁶⁶ Someruelos a Nicolás M. de Sierra. Havana, 30 de enero de 1811. ULTRAMAR, leg.84, N. 269. Grifos meus.

Habiendo llegado á mis manos varios papeles Periódicos y Cuadernos impresos de los Pueblos de Caracas, Santa Fé, Cartagena, y Baton Rouge, hablando de su independencia con la Madre Patria, como que están en revolución no obedeciendo al Supremo Gobierno de la Nación, los gobiernos intrusos en dichos Pueblos, aunque las masas de estas conservan su lealtad á la Madre Patria; conviene que no corran todos los dichos papeles porque contienen máximas ilegales, espaciosas, contradictorias, notoriamente falsas, y que son verdaderas producciones de unos espíritus revolucionarios, que quieren cubrir sus traidoras gestiones, con motivos á todas luces eventos de razón y justicias. Por lo tanto siendo indigno de que los fidelísimos habitantes de esa Provincia les presten la menor atención, encargo á V.S. que prevenga á todos los subalternos de su cargo que el que tuviere papeles escritos ó impresos de esta clase, los presenten á sus inmediatos jefes para que por estos se me pasen a mí; previniendo se encare lo mismo con los que llegaren en adelante á sus manos.¹⁶⁷

Vale lembrar que o mesmo Someruelos que agora adotava uma posição de rechaço às juntas de governo americanas havia protagonizado, dois anos e meio antes, a tentativa de formação de um conselho similar em Havana. Essa postura, aparentemente contraditória, se explica pelo caráter distinto das juntas formadas na América em um e outro momento. Pode-se dizer que as juntas constituídas em 1808 e 1809 eram uma reação à ocupação napoleônica e à destituição do monarca espanhol, pois seu objetivo primordial era salvaguardar a soberania nacional em face da ausência do rei. Já as juntas americanas que se formaram a partir de 1810 eram uma resposta aos eventos de finais de 1809 e 1810 na península, em especial à formação da Regência; algumas reconheceram o novo poder instituído, mas outras apontavam para a ruptura dos vínculos com a metrópole ao se declararem autônomas e soberanas.¹⁶⁸ A partir dessa matização o comportamento de Someruelos recobra sentido, visto que, em 1808, sua proposta era constituir um órgão representativo que salvaguardasse o direito do rei, ao passo que, em 1811, sua preocupação era evitar a circulação de notícias que exaltassem as insurgências. É justamente para isso que aponta o historiador José Piqueras ao discordar das interpretações que atribuem caráter independentista à “*junta non-nata*” de Cuba – tanto das coevas ao evento, feitas pelos opositores da junta, quanto das

¹⁶⁷ Someruelos ao Comandante da Florida Ocidental. Havana, 14 de enero de 1811. AGI, CUBA, 157b Fol.6.

¹⁶⁸ “Desde que, en 1810, el territorio controlado por las autoridades de la España resistente se vio reducido a Cádiz y su bahía, se habían multiplicado en la América del Sur los movimientos que, desconociendo la autoridad de quienes pretendían seguir gobernándola desde ese mínimo reducto, reivindicaban su derecho a gobernar también ellos sus jurisdicciones en nombre del rey cautivo.” HALPERÍN DONGHI. In: *Las independencias iberoamericanas en su laberinto*. Op. Cit., pp.131-132.

posteriormente construídas pela historiografia. Para ele, o movimento articulado por Someruelos e Arango não era por soberania provincial, e sim uma medida estratégica para “reforçar a figura do capitão general em tempo de atribulações”, ou seja, de concentrar o poder nas mãos do representante oficial a fim de evitar a instabilidade que poderia resultar do vazio de poder.¹⁶⁹ Diante da nova conjuntura, com a Regência instaurada e com a convocação às Cortes, já não havia a necessidade, em Cuba, de buscar novas formas de manter a unidade nacional, mas, antes, de combater aquelas que sinalizavam no caminho oposto. Pensando dessa maneira, fica mais fácil compreender por que o capitão general se esforçou para desencorajar a circulação de notícias que exaltassem as insurgências e, não por acaso, o que se publicou na imprensa cubana contribuiu para caracterizar esses movimentos como algo negativo.

Em setembro de 1811, o periódico *El Lince*, um dos pioneiros no cenário da livre imprensa em Cuba, fundado em fevereiro daquele ano por Caballero e Domingo de Mendoza, ocupou as quatro páginas do número 87 com cartas trocadas entre o governador de Santa Marta e membros da junta local que versavam sobre as hostilidades cometidas pelo governo de Cartagena. O parágrafo introdutório, porém, foi escrito em Havana pelos editores, e dizia:

Hemos visto varias cartas del gobernador de Santa Marta á algunos vecinos de esta ciudad. Refiere en ellas las hostilidades cometidas por el gobierno de Cartagena protegiendo de mano armada la insubordinación de los pueblos del Guaymaro, y que su objeto es solo estender su dominio hacia las provincias marítimas a fin de abarcar todo el comercio y que las internas reciban solo de su mano. ‘Ya Cartagena’, dice, ‘estaría subyugada si desde que llegaron a esa plaza el Virrey y gobernadores depuestos se hubiere puesto un bloqueo que les hubiera cortado los víveres del río Sinu [noroeste colombiano] que mantiene aquella provincia. Cartagena va a declarar su independencia... se ha surtido de víveres, armas y municiones... y lo que al principio no habría costado sangre, dinero ni tiempo costará no poco de estos tres renglones’. También incluye varias copias de los oficios, bandos, contestaciones, etc ocurridas últimamente los que publicamos por considerar dignos de atención.¹⁷⁰

É digno de nota que essas informações tenham chegado a Cuba por meio de cartas do governador a que os editores tiveram acesso (embora se desconheça como isso se deu, uma vez que se limitaram ao vago “temos visto várias cartas”); afinal, em

¹⁶⁹ PIQUERAS, José A. “Leales en época de insurrección. La élite criolla cubana entre 1810 y 1814”. IN: ÁLVAREZ CUARTERO, Izaskun, SÁNCHEZ GÓMEZ, Julio (eds.). *Visiones y Revisiones de la Independencia Americana*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2003. Citação da p. 186.

¹⁷⁰ *El Lince*, Num. 87, 29 de setiembre de 1811.

janeiro Someruelos havia proibido a comunicação com a província de Santa Marta, e os ofícios impressos no *El Lince* datam de julho do mesmo ano. Talvez o interesse nesse caso fosse mostrar ao leitor em Havana os males que uma insurreição poderia trazer ao país a partir do exemplo do que ocorria no continente. Se for assim, é compreensível que o número seguinte tenha publicado o informe do tenente coronel dos exércitos realistas da Nova Granada, Don Tomás de Acosta, que dava conta dos conflitos que tinham início na região com uma descrição pouco lisonjeira do que vinha sucedendo na região. A província de Santa Marta manteve-se no campo realista e se recusou a enviar um deputado para o Congresso de Santa Fé convocado pelas províncias revolucionárias, motivo pelo qual vinha sofrendo ataques de Cartagena. De acordo com o relato,

[...] no satisfecho el gobierno de Cartagena con haber apurado hasta lo sumo nuestra moderación, prudencia y sufrimiento en el discurso por más de ocho meses por cuantos medios le ha sugerido su detestable capricho; ya en haber establecido desde el mes de diciembre ultimo la imposición de los crecidos y antojadizos derechos, que ha exigido por los efectos que se han comerciado de esta à aquella provincia, y ya también con los frecuentes insultos estampados en sus papeles públicos, y aun en los oficiales que ha dirigido a este gobierno, tratándolo groseramente de estúpido, ignorante y opuesto à la libertad e independencia á que aspira a ejemplo de Santa Fe, ahora acaba de sellar su desvergüenza con ciertos irregulares procedimientos con que ha quebrantado descaradamente los más sagrados derechos, invadiendo una parte de nuestro territorio, y protegiendo, ¿Quién lo creyera?, a unos hombres criminales por insubordinados y facciosos.¹⁷¹

Os conflitos na Nova Granada se estenderam até a década seguinte, mas, em 1814, o retorno de Fernando VII impulsionou os ímpetus realistas e, ao longo daquele ano, diversas notícias saíram na imprensa cubana. Em 7 de agosto, o *Diario de la Habana* publicou uma “notícia interessante” segundo a qual uma ofensiva lograra “destruir toda la insurrección de los insurgentes del reyno de Santa Fé, y que en Cartagena se esperaba una contra-revolución”; no dia seguinte, as informações diziam que “los republicanos que ahora un mes sitiaban y afligían a Puerto-cabello, y amenazaban arrojar los realistas fuera de Coro; en el dia se hallan en inminente peligro de ser expelidos de su capital; mientras que la Guayra está bloqueadas”. No dia 11, novas informações sobre os eventos foram publicadas pelo periódico oficial:

¹⁷¹ El Lince. Num. 88, 3 de octubre de 1811.

Aquella mañana [8 de julio] no quedó un buque en la Guayra; los habitantes de aquel puerto y Caracas que no pudieron escapar por mar, los obligó Bolívar á que lo siguiesen hacia el oriente por el camino de Jetáres; pero como han destacado caballería, será difícil el que escapen. Aquí en dos buques han venido como 220 insurgentes entre hombres y mujeres; buena pacotilla ha ido á Cartagena: Caracas se ha quedado sin gente. (...) ¹⁷²

As investidas de Cartagena continuaram. Em 15 de agosto, publicou-se a notícia trazida a Havana por uma escuna mercante espanhola que estivera em Coro:

En Santa Marta claman por socorros porque se hallan con escaseces y cada día parece más milagrosa la subsistencia allí y la constancia fiel de aquellos habitantes. “Diez meses (dice una carta de un jefe de la citada plaza de 28 del anterior) han pasado después que sufrimos el último ataque de los de Cartagena y no hemos recibido contestación de los partes dados al gobierno.” Los corsarios insurgentes son muchos; los americanos que algo podían introducir, temen á los cruceros ingleses. De Cartagena se asegura que están en gran combustión de resueltas de haber sabido la vuelta de nuestro rey al trono; otros dicen que están bloqueados por los ingleses, y que les han hecho algunas presas pero, nada de esto tiene aquella autoridad suficiente para creerlo: al teniente coronel D. Manuel Zequiera natural de la Habana y sub-inspector general interino de aquel reyno, con aprobación de la Regencia, lo han pedido los habitantes y ayuntamiento de Rio de Hacha por gobernador interino, y quedaba habilitándose para marchar para allá. ¹⁷³

O capitão da embarcação afirmava também que “el comandante Bobes había derrotado á los insurgentes, habiendo muerto Bolívar y quedando prisionero el famoso oficial de artillería en que aquellos fundaban sus mayores esperanzas; que en seguida habían pasado las tropas realistas à Valencia [...]”. ¹⁷⁴ Há, em todos os exemplos, uma clara tendência em minimizar os sucessos revolucionários e exaltar os obtidos pelas tropas realistas, traço que pode ser observado também em outros casos, pois os periódicos cubanos não se limitaram em reportar os eventos neogranadinos.

As tensões sociais específicas do vice reino da Nova Espanha vieram à tona com a abertura da crise em 1808, quando alguns espanhóis peninsulares que lá residiam depuseram o vice rei, gerando grande descontentamento entre outros setores da sociedade. Espanhóis americanos se reuniram em uma conspiração que pretendia depor

¹⁷² Diario de la Habana. Números 1528, 7 de agosto; 1529, 8 de agosto; e 1532, 11 de agosto de 1814, respectivamente.

¹⁷³ Diario de la Habana. Num. 1536, 15 de agosto de 1814.

¹⁷⁴ Diario de la Habana. Num. 1536, 15 de agosto de 1814.

os peninsulares e estabelecer uma junta que governasse o território em nome de Fernando VII. O levante, tramado na região do Bajío, foi descoberto em outubro de 1810, e muitos de seus conspiradores presos. Os que ficaram em liberdade, porém, trataram de divulgar a descoberta e repressão ao movimento, e as notícias não demoraram em chegar a Dolores, onde três de seus apoiadores decidiram levar a cabo a revolta. Em 16 de setembro de 1810, Miguel Hidalgo, cura local desde 1803 e um dos porta-vozes do descontentamento que experimentavam setores novo-hispanos frente ao governo em crise, chamava o povo a lutar “contra o mau governo”. O ato, que ficou conhecido como Grito de Dolores, teve grande apelo junto à população de camponeses e pobres da cidade.¹⁷⁵ Após prenderem as autoridades locais, cerca de 700 rebeldes partiram a fim de conquistar outras regiões e, em menos de uma semana, o exército insurgente aumentou seu número para 25.000 homens.¹⁷⁶ Em outubro, a cifra chegou a impressionantes 60.000.¹⁷⁷

Pouco mais de dois meses após o Grito de Dolores deflagrar a insurgência na Nova Espanha, o *Diario de la Habana* reimprimiu a carta do Arcebispo do México (publicada originalmente no *Diario* local) dirigida aos curas e vigários daquela diocese, na qual se lia:

Quieren persuadir, que el gobierno actual entregará el país a los ingleses, o a los franceses, siendo realmente los que intentan hacerlo así el cura y los suyos, como es claro, así por haber tenido el cura en su casa al emisario de Napoleón Dalmivar en el año 1808, como por las cifras, planes y documentos que se han cogido en Querétaro. Digan Vms. pues, y anuncien en publico y en secreto, que el cura Hidalgo, y los que vienen con él, intentan engañarnos y apoderarse de nosotros, para entregarnos a los franceses, y que sus obras, palabras, promesas y ficciones son iguales o idénticas con las de Napoleón, a quien finalmente nos entregarían, si llegaran a vencernos; pero que la Virgen de los Remedios está con nosotros, y debemos pelear con su protección contra estos enemigos de la fe católica y de la quietud pública.¹⁷⁸

Note-se que na carta Hidalgo é acusado de confabular com os franceses, quando na verdade vinha desde o início de 1810 predicando contra Napoleão, seguindo ordens

¹⁷⁵ RODRÍGUEZ, Op. Cit., p. 193 et passim. Também em: ANNA, Timothy. “A Independência do México e da América Central”. In: BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina, vol. III: Da Independência até 1870*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001, pp. 73-118; e PIMENTA, J.P.G. *O Brasil e a América espanhola*, Op. Cit., pp.77-78.

¹⁷⁶ RODRÍGUEZ, Op. Cit., p.196.

¹⁷⁷ Idem.

¹⁷⁸ *Diario de la Habana*. Tomo I, Núm. 92, 1º de diciembre de 1810.

da Arquidiocese de Saragoza. O fato de o *Diario de la Habana* ter selecionado e reimpresso justamente esta notícia, entre tantas que provavelmente publicava seu congênere mexicano, deixa transparecer a visão que o mesmo tinha acerca do discurso abraçado pelos conspiradores reunidos em torno a Hidalgo. O exemplar no qual a carta foi veiculada não traz nenhum outro comentário, referência ou notícia sobre os eventos, nenhum tipo de explicação da conspiração, do Grito, ou do projeto insurgente. Fica a sensação de que de fato se tratava de um grupo rebelde, inimigo “da fê católica e da quietude pública”, como diz o texto.

No par de dias que se seguiu a essa primeira notícia, novos relatos vindos de Nova Espanha com referências negativas a Hidalgo e seu grupo foram veiculados nas páginas do *Diario*. No dia 2 de dezembro, publicou-se o seguinte comunicado, emitido pelo Vice Rei Francisco Xavier Venegas:

Los inauditos y escandalosos atentados que han cometido, y continúan cometiendo el cura de los Dolores Dr. D. Miguel Hidalgo, y los capitanes del regimiento de dragones provinciales de la Reyna[sic] D. Ignacio Allende y D. Juan Aldama, que después de haber seducido a los incautos vecinos de dicho pueblo, los han llevado tumultuariamente y en forma asonada, primero a la villa de san Miguel el grande, y sucesivamente al pueblo de Chamacuelo, a la ciudad de Celaya, y al valle de Salamanca, haciendo en todos estos parages [sic] la mas infame ostentación de su inmoralidad y perversas costumbres; robando y saqueando las casas de los vecinos mas honrados, para saciar su vil codicia; y profanando con iguales insultos los claustros religiosos y los lugares mas sagrados; me han puesto la necesidad de tomar prontas, eficaces y oportunas providencias, para contenerlos y corregirlos, y de enviar tropas escogidas al cargo de los gefes[sic] y oficiales de muy acreditado valor, pericia militar, fidelidad y patriotismo, que sabrán arrollarlos y destruirlos con todos sus secuaces.¹⁷⁹

A insurgência atingira, de fato, elevado grau de violência. O assalto a propriedades tanto de peninsulares quanto de americanos, sem distinção, deixou claro que as lideranças não podiam controlar a enorme massa de insurgentes. Em Guanajuato, a matança de grande número de realistas aterrorizou a elite e as classes médias novo-hispanas.¹⁸⁰ A violência desenfreada contribuiu, por um lado, para o rápido sucesso do movimento insurgente, visto que muitas cidades optaram pela rendição imediata na tentativa de evitar saques e mortes. Por outro lado, além de afastar a elite do

¹⁷⁹ *Diario de la Habana*, Tomo I, Núm. 93, 2 de Diciembre de 1810.

¹⁸⁰ RODRÍGUEZ, Op. Cit., pp.196-7; ANNA, p. Cit., pp.85-86.

movimento, o temor contribuiu para que a propaganda antirrebelde fomentada pelo vice rei tivesse ressonância entre todas as camadas sociais; várias autoridades se posicionaram contra o movimento, e uma série de proclamações impressas circularam como advertência para desencorajar apoiadores.¹⁸¹ Antes de que o movimento sofresse as primeiras perdas, porém, um exército estimado por Jaime Rodriguez em 80.000 homens rumou com destino à Cidade do México, a fim de tomar a capital. No caminho, foram detidos pelas forças realistas, que passaram a perseguir as tropas insurgentes até sua derrota, o que resultou na prisão de grande número de combatentes, além das principais lideranças.

A notícia da reviravolta dos eventos na Nova Espanha chegou a Cuba novamente pelas páginas do *Diario de la Habana*, que em maio de 1811 reimprimiu, a partir da Gazeta mexicana, “interesantes y plausibles noticias” em um número extraordinário que anunciava em letras garrafais uma “importantíssima noticia de Nueva España”:

Es muy conveniente me facilite V. 500 hombres para conducir las presas de 204 insurgentes, que aprisionó el capitán Bustamante con los caudales del señor obispo y algunas bestias, y que con seguridad se conduzcan también los generales prisioneros, Hidalgo, Allende, Abasolos, Aldama, Zapata, Ximenez, Lanzagorta, Aranda, Portugal, &c, &c, que se han aprisionado en Acatita de Bajan con todos los atajos en que conducían el oro, reales y plata, y muchos prisioneros que se les han hecho con toda su artillería y son más de 200 hombres de coroneles á bajo, á más de los que tomó el capitán Bustamante – En tal concepto he facilitado los 500 hombres de auxilio que se me piden al cargo del teniente D. Facundo Melgares, y con el resto de mi ejército emprendo mi marcha hoy para la hacienda de Patos con dirección a la reconquista del Saltillo, lo que participo á V.S. (...). JoséManuel de Ochoa – Sr. Brigadier D. Feliz María Calleja.

O ofício concluía com um prognóstico otimista: “Tan manifiestos beneficios de la Providencia nos hacen esperar que en sus eternos juicios, está decretado el triunfo de las dos Españas contra sus injustos enemigos.”¹⁸² A realidade, porém, mostrou-se mais dura: ainda em 1811, ao menos duas outras conspirações foram descobertas no vice

¹⁸¹ Cf. ANNA, “O vice-rei Venegas respondeu com proclamações públicas de advertências severas contra todos aqueles que ajudassem os rebeldes [...]. A campanha de propaganda imperial foi intensa e convenceu amplamente até mesmo as classes baixas da região central do país de que os rebeldes constituíam uma ameaça para todos os elementos da população.” Op. Cit., pp.85-86.

¹⁸² *Diario de la Habana*, Extraordinario, 3 de Mayo de 1811,

reino.¹⁸³ O anúncio em Cuba foi feito pelo periódico *El Lince*, com a reimpressão de uma nota curta que minimizava seu impacto e reforçava o apoio à causa realista:

Al paso que el Excmo. Sr. Virrey ha tenido el mayor disgusto con la ocurrencia de la conspiración tramada en esta capital, por haber visto los viles proyectos del corto numero de facciosos que intentaban alterar el sosiego público; ha sido inexplicable la satisfacción de S.E. por las reiteradas muestras de amor a su respetable persona, y de fidelidad a nuestro augusto soberano que incesantemente ha estado recibiendo por escrito y de palabra de todos los tribunales, prelados eclesiásticos, gefes, ministros y personas particulares de esta populosa capital. [...] ¹⁸⁴

O movimento insurgente prosseguiu, agora sob a liderança de José María Morelos que, pressionado por conselheiros políticos civis, convocou em 1813 um Congresso a ser realizado em setembro em Chilpancingo, cuja intenção era “constituir algum tipo de governo formal que pudesse solicitar às potências estrangeiras um possível reconhecimento. [...] Em 6 de novembro de 1813, o congresso proclamou a independência.” Apesar disso, o poder de Morelos entrou em rápido declínio após a declaração, e o Congresso, itinerante a partir de 1814, redigiu uma Constituição que não teve grande impacto por falta de divulgação.¹⁸⁵ Reunidas no Sul do vice reino, as tropas insurgentes seriam neutralizadas em 1814 pelas forças do coronel D. José Gabriel de Armijo, cuja relação circunstanciada da conquista foi enviada ao vice rei e reimpressa pelo *Diario de la Habana*. Após três páginas de narrativas militares, divididas entre dois números do periódico, o relato concluída com o anúncio do triunfo realista:

Ya está cumplida enteramente la conquista del sur; los enemigos de la tranquilidad que había en Ella han sido muertos, prisioneros y dispersos: están en nuestro poder todos los cañones, municiones y pertrechos de guerra que tenían; por todo lo que estamos constituidos a cantar gloria eterna al Dios de los ejércitos por la visible protección que nos dispensa, si atendemos a que una división de 1000 hombres con socorros para veinte días desde la salida de Chilpancingo (por no haber habido lugar para esperar los auxilios que V.E. había puesto en marcha para protegerme) y víveres para un mes, haya consumado la grande obra de la reconquista del sur, permaneciendo en él cincuenta y dos días, asistiendo abundantemente a todos sus individuos y proporcionando además ventajas al estado, sin el más leve perjuicio al vecino honrado, y sin más desgracia por nuestra parte que 16 heridos, de los cuales sólo uno ha muerto y otro que dejé de

¹⁸³ RODRÍGUEZ, Op. Cit., p.198.

¹⁸⁴ Lince Extraordinario. Núm. 85. 24 de septiembre de 1811.

¹⁸⁵ ANNA, Op. Cit., pp.88-90. A citação encontra-se à página 89.

gravedad en Acapulco. *José de Armijo – Excmo. Sr. Virrey D. Felix María Calleja.*¹⁸⁶

É evidente que se deve considerar o fato de que o *Diario de la Habana* era um órgão oficial de comunicação do governo cubano¹⁸⁷ e que, por esse motivo, as notícias que publicava tinham o intuito de disseminar o repúdio à insurgência em prol da manutenção da ordem colonial. Porém, não foi apenas o periódico oficial que retratou nesses tons os acontecimentos continentais; conforme se mostrou acima, o *El Lince* noticiou acerca dos eventos na Nova Granada no ano de 1811 e, além dele, outros títulos, como *Diario Civico*, *La Cena*, *Noticioso Mercantil* e *Gazeta Diaria* também adotaram o rechaço aos insurgentes. De um total de dezessete periódicos consultados para o primeiro período de liberdade de imprensa, ao menos seis abordaram as insurgências (uma ou mais vezes), como se vê na tabela abaixo.

Tabela III: As insurgências nos periódicos cubanos, 1811-1814.

Periódico e anos Consultados *	Nova Granada	Nova Espanha	Alto Peru	Chile	Rio da Prata	Guatemala	Total por periódico
Diario de la Habana 1811-1814	6	4	-	1	-	-	11
La Cena 1812-1814 (115)	6	1	-	1	-	-	8
El Lince 1811 (6)	1	1	1	-	-	-	3
Diario Civico 1812-1814 (72)	-	3	-	-	1	1	5
Noticioso 1813-1814 (156)	-	5	-	1	-	-	6
Gaceta Diaria 1812	-	1	-	-	1	-	2
Total por região	13	15	1	3	2	1	[35]

* Os números entre parênteses se referem ao total de exemplares consultados de cada título, disponíveis nas instituições espanholas onde foi realizada a pesquisa documental.

¹⁸⁶ Diario de la Habana, Núm. 1614, 14 de Noviembre de 1814. O relato tem início no Núm. 1613, 13 de Novimebre de 1814.

¹⁸⁷ O *Diario de la Habana* era, na prática, continuação do *Papel Periódico de la Havana*; fundado, como se mostrou anteriormente, por Luis de las Casas em 1790, mudou de título diversas vezes ao longo do século XIX, tendo contudo permanecido como veículo oficial do governo cubano. Para os vários títulos que o periódico teve ao longo do tempo veja-se a tabela “*Evolución nominal del Papel Periódico de la Havana 1790-1848*”, IN: SANCHEZ BAENA, Op. Cit., p. 95.

É possível que esse número seja maior, mas há que se considerar, em primeiro lugar, que as coleções de publicações disponíveis nos arquivos espanhóis não estão completas; em alguns casos, poucos números estão preservados – às vezes, como no caso do *El Consolador* e do *Espejo Diario*, apenas um –, por isso não é possível saber se trataram do tema em outras ocasiões. Além disso, alguns títulos tinham preocupações e objetivos específicos que limitavam suas pautas – caso dos periódicos que, como *El Esquife*, se prenderam na exploração dos limites do libelo, conforme se mostrou anteriormente, ou do *Correo de las Damas*, voltado ao público feminino. De todo modo, dentro de um conjunto documental relevante para a temática das independências, pode-se observar uma tendência em repudiar os movimentos insurgentes, fosse pela inserção de comentários dos editores cubanos, fosse pela seleção do conteúdo a ser divulgado. Afinal, ainda que essas informações chegassem ao público da ilha por meio da reimpressão do conteúdo de periódicos de outras localidades, a seleção e a edição eram feitas pelos responsáveis em Cuba que, às vezes, omitiam trechos ou inseriam comentário no texto original. Além disso, é necessário ressaltar que, dentro do corpo documental consultado, não se encontrou nenhuma referência positiva a esses movimentos, o que sugere que havia um consenso na imprensa cubana com relação ao posicionamento a ser adotado frente às insurgências. Apesar das diferentes posições políticas dos editores ou das desavenças pessoais que pudessem ter entre si, o fato é que todos estavam inseridos na mesma sociedade, na qual o peso da escravidão e a proximidade com o Haiti eram obstáculos claros para qualquer projeto que pudesse suscitar distúrbios na ordem pública e na tranquilidade da ilha. Apresentar as insurgências como iniciativas que levavam irremediavelmente ao desastre era, portanto, uma maneira de construir junto aos seus leitores uma opinião que fosse contrária a levantes similares na ilha.

Veja-se o caso do já citado *El Lince*. Fundado em fevereiro de 1811, noticiou sobre as insurgências ao menos três vezes naquele ano.¹⁸⁸ Além das notícias sobre a Nova Espanha e Nova Granada mencionadas anteriormente, esse periódico publicou no mês de junho um número extraordinário com a reimpressão de parte da *Gazeta de*

¹⁸⁸ De um total de oito números dessa publicação encontrados na Hemeroteca Municipal de Madri, três apresentaram notícias relativas aos acontecimentos na América espanhola. Os demais exemplares trataram do tribunal de inquisição, de correspondência entre censores eclesiásticos e a junta de censura, e notícias estrangeiras sobre a Grã-Bretanha e Espanha. Segundo Jensen, o *El Lince* foi criado originalmente com o intuito de discutir o melhor meio de combater os franceses (se pelas armas ou pela pena), mas se converteu num veículo de reimpressão de outros periódicos após seus editores terem sido nomeados para compor o painel de censura cubano. Cf: JENSEN, Op. Cit., p.27.

Montevideo tratando do Alto Peru, região onde os conflitos entre realistas e revolucionários era bastante extremado. Havia, de um lado, “a Junta de Buenos Aires, de atuação nitidamente revolucionária; de outro, o governo do Peru, grande bastião do legalismo na América, onde o Conselho de Regência era fielmente reconhecido como depositário da soberania.”¹⁸⁹ A notícia sobre a dissolução da Junta Central e formação da Regência chegaram à capital platina em maio de 1810, e foram interpretadas como a caída da Espanha frente aos franceses. Por essa razão, a junta local que se formou no dia 22 daquele mês jurou lealdade a Fernando VII sem, no entanto, reconhecer a Regência.¹⁹⁰ A junta de Buenos Aires enviou circulares às capitais de província poucos dias após sua constituição, informando sobre os acontecimentos e solicitando reconhecimento como novo centro de poder. Convocava, então, eleições de um deputado por província para integrar a Junta de Buenos Aires. Muitas províncias, porém, não reconheceram a autoridade da capital, como a Audiência de Charcas (Alto Peru) e a Banda Oriental (Intendência do Paraguai e oriente do Rio Uruguai), de modo que os insurgentes portenhos lançaram mão de campanhas militares por todo o Sul do império espanhol não apenas para enfrentar as forças realistas, mas também para prevenir o separatismo de outros territórios do Vice Reino.¹⁹¹ Em sua busca por centralizar o poder, Buenos Aires enviou no final de 1810 uma expedição com cerca de mil homens rumo ao Alto Peru; no caminho a Charcas, as tropas revolucionárias enfrentaram-se com os realistas, executaram o antigo vice rei platino, Santiago de Liniers, e em seguida continuaram ao Norte até tomar Potosí,¹⁹² onde “espantosos é inauditos sucesos” chocaram os presentes. A narrativa dos eventos, “remitida por un sugeto de honor que pudo escapar de aquella desgraciada villa el 17 [de dezembro de 1810]”, estamparam as quatro páginas do *El Lince* de 25 de junho de 1811:

En la mañana del citado dia 15 á hora de las 10 fueron pasados por las armas los señores D. Vicente Nieto, mariscal de campo de los reales ejércitos y presidente de la real audiencia de Chuquisaca; D. Francisco de Paula Sanz, caballero de la real y distinguida órden de Carlos II,

¹⁸⁹ PIMENTA, Op. Cit., p. 79.

¹⁹⁰ Idem, p. 76. Para Jaime Rodríguez, o não reconhecimento da Regência por parte de algumas províncias americanas baseava-se no entendimento de que o pacto era feito entre os vários reinos americanos e o monarca espanhol, e não entre esses reinos e a Espanha. Na ausência do rei, portanto, os laços encontravam-se rompidos, de modo que territórios americanos não deviam necessariamente sujeitar-se aos poderes constituídos na Península. Op. Cit., p.133; sobre a repercussão dessas questões no vice reino do Rio da Prata, pp.149 et seq.

¹⁹¹ RODRÍGUEZ, Op. Cit., p. 151 et seq. Também em: PIMENTA, Op. Cit, e BUSHNELL, David. “A Independência da América do Sul espanhola.” In: BETHELL, Op. Cit., pp.119-186.

¹⁹² RODRÍGUEZ, Idem.

intendente de ejercito, del consejo de S.M. en el de hacienda y gobernador intendente de la provincia de Potosi, y D. José de Córdova teniente de navio de la real armada, sentados y amarrados cada uno sobre un banquillo con un pose por espaldar en la plaza mayor al costado de la iglesia matriz, al golpe de 10 tiros de arcabuz en cada uno de ellos, á la señal que hizo con el pañuelo un oficial de los insurgentes de Buenos-Ayres, después que él mismo publicó de palabra el inhumano, y sanguinario edicto de que aquellos hombres eran condenados al suplicio por traidores e enemigos de la patria, que tenían dispuesto entregar estos dominios a el tirano Napoleon, y que en odio de esta sacrílega alevosía condenaba a muerte a cualquiera que se compadeciese de ellos. Luego que se executó este horroroso asesinato, fue conducido a la iglesia del monasterio de Carmelitas el cadáver del Sr. Sanz, y el de los otros dos a la de la Misericordia donde se acostumbra dar sepultura a los criminales.

Este suplicio fue executado por sentencia del infame y traidor vocal Casteli, quien la pronunció con mayor ostentación que un soberano absoluto, sin formar proceso, dar audiencia, ni mas formalidad que una secreta y fingida declaración, que aparentó haber tomado á aquellos desgraciados señores, suponiendo que ellos mismos habían confesado estar comprometidos para entregar la América á el emperador de los franceses, con cuya artificiosa calumnia consiguió aquel malvado y detestable hombre que el populacho ignorante execrase la sangre inocente de aquellos fieles servidores del rey.

No puede verse sin horror que habiendo pedido los auxilios espirituales de los santos sacramentos, para morir como cristianos, les fueron negados por aquel monstruo de impiedad (...).

El día 17 salía de Potosí para Chuquisaca una expedición de 40 hombres al mando de un oficial Porteño con el destino de conducir preso a el Illmo. Sr. Obispo, todos estos procedimientos son síntomas infalibles de la barbarie feroz, con que se trata exterminar todo hombre de bien y amante a el rey.

Por ultimo, con el objeto principal del traidor Casteli y de sus secuaces, no solo se dirige a infundir terror, sino también a robar y enriquecerse sin medida (...)

Note-se os adjetivos utilizados na descrição dos eventos: a execução de nomes importantes do realismo foi considerado um “inhumano, y sanguinario edicto”, “horroroso asesinato”; Juan José Castelli, um dos protagonistas da Revolução de Maio, membro da primeira junta do Rio da Prata e líder da expedição dos insurgentes no Alto Peru foi tachado de “malvado y detestable”, “monstruo de impiedad”, “traidor”. O autor do relato acusava Castelli de haver manipulado o “populacho ignorante” para alcançar seus objetivos pessoais, e concluía com a seguinte advertência:

Habitantes del Perú: à vista de atentados tan horrorosos, ¿habrá todavía entre vosotros quien se deje alucinar con los engaños y charlatanerías de unos malvados, que indignos de toda representación publica, aspiran a elevarse sobre vosotros a costa de vuestros bienes y de vuestra sangre? ¿Quién no advertirá las groseras inconsecuencias

de esos hombres inmorales y desnaturalizados, que predicando amor a la patria no dan paso alguno ni tienen movimiento que no se encamine a su destrucción y ruina? ¿Cuándo en más corto tiempo se han prostituido tan descaradamente los derechos del hombre, su honor y el verdadero interés de los pueblos? ¿Cuándo en vuestro pacifico suelo se han visto a la insaciable codicia, al espíritu de venganza, la inmoralidad y el capricho decidir de la vida y la muerte de los ciudadanos mas beneméritos, y cubrir de luto a las familias mas condecoradas con prisiones y destierros arbitrarios? (...) *Pueblos incautos, que os habéis dejado seducir, ved aquí el fruto de vuestra revolución.* Ya el primer paso que habéis entrado en la escena horrorosa hollando los cadáveres de vuestro mejores amigos, las LL. divinas y humanas y los sentimientos mas respetables de la naturaleza. Comparad un breve instante vuestra suerte pasada, vuestra quietud y seguridad con la desolación, que al presente os rodea, y decid si seréis más felices ahora, que en los embates de las prisiones; y oprimidos del despotismo más inhumano, tembláis a cada paso por vuestra misma existencia. *Pueblos de América, que conserváis vuestra lealtad al soberano, y vuestro respecto a las autoridades legítimas que lo representan, estremeceos a el oír los abominables principios que han adoptado los traidores de Buenos-Ayres,* y queden para escarmiento ajeno marcados con el sello indeleble de la publica indignación en los pechos de los fieles americanos. Vosotros entre tanto ministros del señor, purificad el país mas religioso del mundo profanado con máximas nunca oídas; y vosotros sabios y literatos no seáis unos espectadores pasivos; sostened a los pueblos en su natural bondad y rectitud, ayudando a el gobierno en mostrarles la verdadera senda de su propio interés y del honor. El genio de la America, y las venerables sombras de vuestros padres claman desde su sepulcro por vuestra voz y talentos(...).¹⁹³

A advertência é dirigida, inicialmente, aos habitantes do Peru, a fim de chamá-los a atenção para as conseqüências do apoio aos insurgentes: “espantosos é inauditos sucesos”, “atentados tan horrorosos”; mas logo se converte em um aviso aos americanos em geral: “Pueblos de América, que conserváis vuestra lealtad al soberano, y vuestro respecto a las autoridades legítimas que lo representan, estremeceos a el oír los abominables principios que han adoptado los traidores de Buenos-Ayres.” Em certa medida, continha uma ameaça do que poderia vir a ocorrer nos lugares em que se apoiasse a revolução. Nesse sentido, o relato é bastante interessante por que, além da exposição (nada neutra) dos fatos, propunha um exercício de reflexão no qual comparava presente e passado e ainda oferecia um prognóstico do futuro (“Comparad un breve instante vuestra suerte pasad”, dizia, “y decid si seréis más felices ahora”).¹⁹⁴ O passado seria marcado, segundo essa fonte, pela “quietud y seguridad”, cenário bastante

¹⁹³ El Lince Extraordinario. Tom. I, Núm. 55. 25 de junio de 1811. Grifos meus.

¹⁹⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição á semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2006.

distinto da “desolación, que al presente os rodea”; os povos que se deixassem seduzir pelas máximas revolucionárias dos rebeldes estariam fadados a enfrentar as “groseras inconsecuencias de esos hombres inmorales y desnaturalizados”, mas os que conservassem a lealdade ao soberano a às autoridades legítimas poderiam sustentar-se “en su natural bondad y rectitud”. Os eventos ocorridos no Alto Peru seriam um exemplo assaz negativo do que poderia vir a ser dos territórios que seguissem na trilha da insurgência. Talvez por isso tenham sido publicados com tantos detalhes no periódico cubano, como uma constatação – e um aviso - do desastre que seria rechaçar as autoridades legítimas.¹⁹⁵

Em tom aparentemente mais neutro, a *Gazeta Diaria* de 13 de maio de 1812 se limitou a informar que “por noticias verbales que nos ha dado Mr. Smith sobrecargo de la fragata americana Anna [...] sabemos que se han vuelto a comenzar las hostilidades entre los habitantes de Buenor-Ayres y los de Montevideo”. Essa edição também informava que “corre[ia] vagamente la noticia” de que na Nova Espanha Morelos conseguira escapar das tropas realistas.¹⁹⁶ Sem embargo, essa aparente neutralidade desapareceu quando, alguns dias mais tarde, o mesmo periódico publicou uma carta que se referia a uma série de combates na Venezuela dos quais as tropas realistas haviam saído vitoriosas: “el bravo Monteverde ha tenido una acción con los insurgentes en Carora [noroeste venezolano], los derrotó completamente y avanzó á Barquisimeto”; reunido em San José com outras unidades do exército real, saíram em marcha à Valência.

Esta reunión de fuerzas nos promete con mucha probabilidad la entrada en dicha ciudad y la total derrota de Miranda que se halla sin crédito ni fuerzas. Si se consigue, como es de esperar, la operación militar de la costa firme quedará concluida, no restando mas que restablecer la unión y paz. Son muchos los prisioneros y revolucionarios que llegan aquí y se tratan de remitir también los que se han hecho en Guayana.¹⁹⁷

A carta em si não era imparcial e expressava o desejo de que as tropas rebeldes fossem derrotadas para que se voltasse à “unión y paz”. Para além disso, o que sugere que esse posicionamento ia ao encontro do que esperavam os próprios editores da

¹⁹⁵ O “panorama negativo dos acontecimentos” do Alto Peru também foram noticiados no Brasil, por meio do periódico *Correio Braziliense*. Ver: PIMENTA, Op. Cit., pp.80-83.

¹⁹⁶ *Gazeta Diaria*. Num. 149, 13 de mayo de 1812.

¹⁹⁷ *Gazeta Diaria*. Num. 174, 7 de junio de 1812.

Gazeta é maneira como destinatário e remetente foram qualificados: “Una persona fidedigna de esta ciudad”, dizia o parágrafo introdutório, “nos ha comunicado la carta que ha recibido de una de las principales autoridades de Puertorrico [...]” Essa introdução, absolutamente irrelevante para a compreensão dos fatos narrados, sugere uma tentativa de dar credibilidade ao relato e, por extensão, valorizar a opinião ali expressa.

O mesmo pode ser dito com relação ao *Diario Civico* de Bergaño, que, em ao menos duas ocasiões em 1814, fez menção aos sucessos realistas frente aos insurgentes. Em maio, um excerto da gazeta mexicana remitido pelo comandante de Tampico descrevia à exaustão os enfrentamentos com as tropas de Morelos que tiveram lugar em março daquele ano, cujo desfecho era desfavorável ao “rebelde”:

Se persiguió á dicho Morelos hasta el pueblo de Ahuehuitia á la embocadura de la sierra Zacatula donde habiéndose embocado en la espesura de aquellas montañas, se le abandonó por la imposibilidad que ofrecen las espesuras del terreno y el cansancio de la caballería no obstante el fruto de esta jornada es de la mayor consideración; pues se tomó todo el equipaje de Morelos y sus satélites: toda su correspondencia, plano y sello: el archivo de la ridícula junta de Chilpansingo, la imprenta, aunque en partes, y el resto miserable de su proveeduría. Del errante bandido Morelos no queda mas que la memoria de su nombre, pues de cuanto le adquirieron sus robos y petulancia , solo le ha dejado la fortuna su existencia, porque aun para conserva la tuvo que valerse de arrojar en su fuga hasta los vestidos que llevaba puestos para que le desconocieron y cubrieran el terror de que se halló poseído.¹⁹⁸

No *Noticioso*, gazetas enviadas de Lima falavam dos “sentimientos de fidelidad y patriotismo que inflaman á los indios de Arauco por la justa causa de las armas del rey en los disturbios de rebelión que actualmente devastan el feraz y florido Chile sentimientos de fidelidade.”¹⁹⁹ Na Nova Espanha, os “gloriosos triunfos” obtidos na província de San Luis pelo brigadeiro D. Manuel María de Torres y Valdivia eram favorecimentos divinos dignos de serem reportados ao Vice Rei D. Felix María Calleja.²⁰⁰

Nem mesmo o *La Cena*, de Antonio José Valdés, que chegou a ser denunciado mais de uma vez pelo fiscal de imprensa pela grande quantidade de notícias relativas aos territórios americanos que aparecia em seu periódico, deixou de publicar notícias

¹⁹⁸ *Diario Civico*. Num. 609, 2 de abril de 1814. A data desse número está errada, sendo na verdade de 2 de maio, conforme se verificou a partir da comparação com os demais exemplares disponíveis.

¹⁹⁹ *Noticioso*. Num. 241, 10 de mayo de 1814.

²⁰⁰ *Noticioso*. Num. 427, 12 de noviembre de 1814.

depreciativas sobre a insurgência no continente.²⁰¹ O intuito da publicação, estampado no prospecto que veio à luz em 1812, era reproduzir

los partes, bandos, reales ordenes, disposiciones, curiosidades, y demás asuntos importantes que contengan cuantos papeles periódicos o sueltos se publiquen aquel mismo día (...) Así mismo se suscitarán en *La Cena* puntos oportunos de política, referentes a nuestra monarquía y a las extranjeras (...) no olvidando hacer algunas reflexiones sobre los sucesos y estado actual de Nueva España y demás gobiernos de ambas Américas...²⁰²

Fazendo jus ao que enunciara, o editor republicou um artigo com notícias da Costa Firme, apresentada como “uno de los puntos mas principales, y acaso interesantes de aquella parte de América”, refletindo sobre a situação a que “un puñado de hombres, ilusos enemigos de su pátria” a havia conduzido:

Los que conocen por principios la naturaleza de aquellos trastornos; los que saben las ventajas con que en otros tiempos brindaba aquel suelo delicioso al habitante pacífico, están en proporción de graduar los perjuicios y males que han reportado a Venezuela las quimeras de los fanáticos Bolivar, Rivas y comparsa. El gobierno español debe estar instruido de los errores que los perversos han cometido en el ultimo paseo de Caracas: no ignora la cooperación de los franceses y otros extranjeros que militan en los exercitos de Bolivar; y por tanto, parece que el decoro nacional y los intereses del estado exigen imperiosamente se proceda a tomar con energía todas aquellas medidas que después de aterrar a los cabezas de facción y a sus protectores puedan proporcionar el castigo de los malvados, como único medio de salvar a los beneméritos españoles, que hoy gimen baxo la opresión de aquellos ingratos.²⁰³

Portanto, não se pode concordar com o que sugeriu Hortencia Pichardo Viñals no ensaio que precede a coletânea publicada na *Colección Biblioteca de Clásicos Cubanos* da obra de Valdés, no qual a autora sugere que, a exemplo do observado em sua *Historia de la Isla de Cuba*, ele “no escribe una frase, ni una palabra de crítica para

²⁰¹ Para uma pequena biografia de Antonio José Valdés e sua relação com o periodismo –primeiro em Cuba e logo em Buenos Aires, onde editou o *El Censor*, veja-se o ensaio de Noemí Goldman “El hombre de la Habana. Antonio José Valdés y los discursos del constitucionalismo rioplatense”, IN: TERÁN, Marta, SERRANO ORTEGA, José Antonio (Eds.). *Las guerras de independencia en la América española*. Michoacán: El Colegio de Michoacán: Instituto Nacional de Antropología y Historia, 2002, pp. 165-180; e o ensaio introdutório de Hortencia Pichardo Viñals, “¿Historia de Cuba o Historia de La Habana?” IN: VALDÉS, José Antonio. *Obras*. La Habana: Ediciones Imagen Contemporánea, 2005. Colección Biblioteca de Clásicos Cubanos, No. 40, pp. V-LI.

²⁰² PICHARDO VIÑALS, Hortencia., “¿Historia de Cuba o Historia de La Habana?” Op. Cit., pp. V-LI.

²⁰³ *La Cena*, Núm. 682, 23 de mayo de 1814.

los revolucionarios americanos”.²⁰⁴ Afinal, apesar de que o próprio Valdés não tivesse escrito o excerto acima, e que tenha se limitado em muitas ocasiões apenas a reproduzir trechos de outras publicações, isso não significa que o que saía nas páginas de seu periódico não fosse condizente com suas próprias opiniões. No mesmo número citado acima, um artigo traduzido do *Jamayca Courrant* com relatos sobre os enfrentamentos entre as tropas realistas e as de Bolívar em Cumaná, referiu-se ao último em tons de crítica. O importante aqui é que, logo acima do artigo, lê-se a seguinte nota:

Lo siguiente lo hemos traducido del Jamayca Courant del 28 de abril y hemos determinado publicarlo, a fin de corroborar la misma idea que movió al editor de Cádiz, y dar mas a entender el frenesí que marca las operaciones de los gefes exaltados de los gobiernos revolucionarios.

Hemos omitido un párrafo demasiado insultante, porque en nada altera lo sustancial de la traducción. Ojalá nuestro gobierno nacional adopte medios eficaces y adecuados en vista de estas divisiones escandalosas y fatales.²⁰⁵

Em maio de 1814, o gaditano *Recopilador Americano* veiculou um documento originalmente impresso na *Gaceta de Caracas* que resumia o ato solene que declarou Bolívar general dos exércitos da Venezuela e o condecorou com o título de Libertador; o original era um texto de tons patrióticos que afirmava ter se tratado de um “grandioso acto” assistido por uma “respetable asamblea”, mas no periódico de Cádiz foi precedido por um parágrafo de seu editor em tons pouco lisonjeiros. O *La Cena* reimprimiu o artigo em julho daquele ano e manteve a advertência do *Recopilador* de que se tratava de “un testigo irrefragable de la insensata demencia de los facciosos que devastan aquellos dominios, y del deplorable estado á que se hallan reducidos”.²⁰⁶ Ora, se é verdade que as palavras não saíram da pena de Valdés, também é fato que ele tinha absoluto poder para editar o artigo como quisesse, omitindo – como chegou a fazer no excerto exposto acima – trechos que não considerasse dignos de vir a público.²⁰⁷ Se manteve a ressalva do seu congênere peninsular, é por que em alguma medida aquilo era representativo da visão que ele próprio tinha sobre o movimento neogranadino. Nesse sentido, percebe-se que, quando a notícia era favorável ao exército realista, sua

²⁰⁴ PICHARDO VIÑALS, Op. Cit., p. XXXIV.

²⁰⁵ La Cena, Núm. 682, 23 de mayo de 1814.

²⁰⁶ La Cena, Núm. 811, 21 de Julio de 1814.

²⁰⁷ Conforme se lê no exemplar citado, “Hemos omitido un párrafo demasiado insultante, porque en nada altera lo sustancial de la traducción”. Infelizmente o periódico jamaicano não foi localizado para averiguar o que seria considerado “insultante” na visão de Valdés.

veiculação era feita sem que uma manchete ou parágrafo introdutório acentuasse ressalvas ou reprovações àquilo que seria noticiado. Ao republicar um excerto da *Gaceta Extraordinaria del Gobierno de Lima* sobre a derrota dos insurgentes pelas tropas realistas no Chile, por exemplo, manteve o adjetivo do original peruano que a classificava como “agradable noticia”.

Talvez Pichardo Viñals esteja certa em sua avaliação de que a *Historia* de Valdés não aportava críticas aos movimentos rebeldes da década de 1810, mas quanto à sua atividade periodística a reimpressão era a forma de Valdés fazer suas “reflexões”, como propunha no Prospecto da publicação.

Além do já mencionado papel da escravidão, algo que também ajuda a explicar esse comportamento dos impressores cubanos é o fato de a ilha ter compactuado com o novo modelo de governo inaugurado com as Cortes gaditanas. Apesar de a Capitania Geral de Cuba, como se mostrou anteriormente, ter sido a primeira a não estabelecer uma junta própria em 1808, em 1810, quando a convocação às Cortes por parte do Conselho de Regência provocou em grande parte da América espanhola a contestação de sua legitimidade e a demanda por autonomia, Cuba respondeu positivamente ao chamado, tendo-se procedido à escolha do deputado a ser enviado a Cádiz com prontidão. Pelos termos do Real Decreto de 14 de fevereiro de 1810, cada capital de província com direito a representação nacional - a saber: os Vice-Reinos de Nova Espanha, Peru, Santa Fé e Buenos Aires, e as Capitanias Gerais de Porto Rico, Cuba, São Domingo, Guatemala, Províncias Internas, Venezuela, Chile e Filipinas - deveria escolher, por meio do *Ayuntamiento* local, o deputado a ser enviado à península.²⁰⁸ O *Ayuntamiento* de Havana não tardou em cumprir o estipulado pelo Decreto, e designou como seu representante Andrés de Jáuregui.

Apesar da aceitação quase imediata da reordenação política proposta pela Regência, o caso cubano não esteve isento de discussões a respeito da legitimidade da representação. O que importa salientar, contudo, é que esse questionamento foi levantado pelos cubanos justamente no momento em que o tráfico de escravos entrou em pauta no âmbito das Cortes Nacionais.²⁰⁹

²⁰⁸ A escolha deveria partir da nomeação de três indivíduos da província e sorteio de um deles para ser enviado à península como deputado. As próprias Cortes extraordinárias se encarregariam de deliberar, em conjunto com os deputados de América e Ásia assim nomeados, a forma futura de eleição dos representantes.

²⁰⁹ Representación de la ciudad de La Habana a las Cortes, el 20 de Julio de 1811, con motivo de las proposiciones hechas por Don José Miguel Guridi y Alcocer y Don Agustín de Argüelles sobre el tráfico y esclavitud de los negros. ARANGO Y PARREÑO, Obras, Op. Cit., . Vol. II, pp. 19-52.

O tema surgiu pela primeira vez durante a elaboração das Instruções gerais que Jáuregui deveria levar consigo à reunião dos deputados em Cádiz; a comissão responsável pela redação das diretrizes (formada por seis membros do Ayuntamiento, a saber: o Alferes Real Francisco de Arango y Parreño; o Brigadeiro Augustín de Ibarra; o Tenente Coronel Conde de Casa Montalvo; o xerife Conde de O'Reilly; Rafael González e o *Regidor* Luis Hidalgo Gato²¹⁰) interrompeu seus trabalhos ao se ver diante de uma “questão preliminar” que dizia respeito ao *poder ilimitado* de que gozariam os deputados para acordar e resolver o que se propusesse nas Cortes. Havia, de fato, uma diferença substancial entre a representação americana e a peninsular: os deputados das províncias europeias tinham sido eleitos pela totalidade de seus habitantes, ao passo que as províncias americanas realizaram eleições parciais no âmbito do *Ayuntamiento*. O questionamento ia no sentido de ponderar se aos deputados americanos eleitos dessa maneira poderiam ser atribuídos iguais poderes que aos peninsulares. A “Dúvida preliminar sobre a natureza e forma dos poderes que se hão de dar ao Deputado”²¹¹ encaminhada às Cortes manifestava a demanda cubana de que fosse observado o princípio de igualdade de direitos e privilégios que colocava nas mesmas condições os espanhóis da Península e os das colônias. Na prática, reivindicava-se o direito de enviar um deputado para cada 50.000 almas, tal qual na metrópole. A questão foi contornada (ou, melhor dito, abandonada) pelos membros da comissão cubana em face da “urgência das circunstâncias em que se achava a nação”. Mas, em meados de junho do ano seguinte, concomitante ao início das discussões acerca da escravidão, os membros do *Ayuntamiento* de Havana fizeram uma contestação mais incisiva dos limites da representação.

Na primeira tentativa de levar à mesa o tráfico e a escravidão, Jáuregui logrou abafar a discussão e encaminhá-la a uma comissão especial e secreta, argumentando que o caráter delicado da questão pedia prudência e sigilo, e solicitando a censura à divulgação no *Diario de Sesiones de las Cortes*. Ainda assim, o assunto voltou à pauta pelas proposições de Don José Miguel Guridi y Alcocer e Don Augustín de Argüelles de limitar e eventualmente extinguir o comércio de negros, valendo-se do exemplo de nações que haviam seguido esse caminho e sugerindo que a Espanha fizesse o mesmo.

²¹⁰ *Acuerdos hechos por el Ayuntamiento de La Habana en cumplimiento del Real Decreto de 14 de febrero de 1810, convocando a las Américas para las próximas Cortes Nacionales*. ARANGO Y PARREÑO, Francisco. *Obras*. La Habana: Imagen Contemporánea, 2005, 2 vols. Vol. II, pp. 1-18.

²¹¹ “Duda preliminar sobre la naturaleza y forma de los poderes que han de darse al Diputado”, IN: ARANGO Y PARREÑO, *Obras*, Op. Cit., pp.12-13.

Já o apelo dos cubanos rogava para que a matéria fosse deixada de lado até que se formulasse a Constituição, função maior do congresso reunido, e a pena hábil de Arango y Parreño também se valeu de exemplos para rebater aqueles ofertados pelos propositores da questão. Dizia, em sua Representação, que os Portugueses não haviam nem abolido o tráfico, nem estipulado um prazo para fazê-lo e, de forma mais contundente, citava os Estados Unidos,

el único pueblo de la tierra antigua y moderna que, con respecto a este asunto se ha encontrado en nuestro caso, (...) y que por tanto debemos examinar sus pasos no para que sirvan de regla, sino de guía a los nuestros. [...] Duró trece años la fiera y heroica lucha de ese magnánimo pueblo, y el mismo Congreso que la empezó la acabó; pero en toda ella la voz del Gobierno o de la Ley general de aquellos Estados estuvo tan silenciosa sobre el tráfico y suerte de sus negros como lo pedía la prudencia (...) y como lo demandaba la imperfecta organización de la Representación nacional. Cada provincia, pues, siguió con absoluta franqueza las reglas que creyó mejores, y fueron tan diferentes como era su modo de pensar y situación respectiva.²¹²

No caso estadunidense, facultou-se às “Províncias” – leia-se, Estados - deliberarem sobre o assunto da escravidão de acordo com suas necessidades enquanto a representação nacional era “imperfeita”, ou seja, enquanto durou a guerra. De igual maneira, ponderava Arango, a nação espanhola encontrava-se em estado de exceção, motivo pelo qual a representação atual ainda não estava completa:

El poder, Señor, que en V.M. reside es el que la esparcida familia de la nación española ha recobrado en su orfandad, y depositado por su bien en manos de V.M., y es otra verdad inconcusa – publicada por V.M. de diferentes maneras- que la gran mayoría de este Pueblo Soberano (...) no ha hecho el sagrado depósito de su autoridad suprema del modo completo y legítimo con que debe ejecutarlo. Estos defectos de la actual Representación de la nación española eran inevitables en las apuradas circunstancias[...].²¹³

Os “defeitos da atual representação” eram precisamente as disparidades de eleição de deputados que conferia ao território americano uma subrepresentação; nesse sentido, questionava-se a legitimidade das Cortes para levar a cabo temas que transcendessem o que fosse urgente e necessário diante das circunstâncias. Em especial, questões que tocassem à América não deveriam ser sentenciadas, justamente pelo fato

²¹² Idem, p.20.

²¹³ Idem., p.23

de o continente não contar com uma representação completa. De forma reiterada o texto trazia apelos nesse sentido, argumentando que os pontos relativos à propriedade, bem como o meio pelo qual novos membros seriam admitidos ao conjunto nacional, deveriam ser resolvidos quando da redação da Constituição. Note-se que tanto a propriedade quanto a cidadania são eixos típicos dos debates da escravidão, o que denota o manejo político articulado entre os senhores cubanos para bloquear qualquer nova tentativa de podar o comércio que lhes servia de sustentáculo.²¹⁴

Além dos debates sobre tráfico negreiro e escravidão, as Cortes discutiam, também naquele momento chave de preparação da Carta Constitucional, os limites da cidadania. Ponto central para muitos dos deputados americanos que, interessados em ampliar sua representação, apoiavam a inclusão da população africana e afrodescendente na categoria de cidadãos. É significativo, portanto, que de todos os deputados americanos presentes na votação, o único a se posicionar contrariamente a essa proposta tenha sido justamente Jáuregui que, aliado a representantes europeus, viu vitoriosa a resolução de dificultar ao máximo o acesso daquela população à cidadania.²¹⁵

O posicionamento cubano não era despropositado: desde que os projetos da classe senhorial cubana haviam sido emplacados, na década de 1790, a intensidade do tráfico negreiro aumentara para níveis extraordinários, transformando profundamente as relações sociais na ilha. Prosperidade econômica e escravidão caminhavam lado a lado, e “restringir os direitos de cidadania dos grupos egressos do cativeiro, portanto, casava-se perfeitamente com a ideia de silenciar o debate sobre a escravidão e o tráfico no plenário das Cortes”.²¹⁶ Afinal, levar a público tais discussões poderia ter consequências

²¹⁴ Vale ressaltar que Cuba era nesse momento um dos territórios mais dependentes da escravidão; sua indústria açucareira acabava de despontar como líder no cenário mundial, fomentando a riqueza da ilha. Há, nesse sentido, um opúsculo elementar escrito por Arango em 1792 onde ele apontava para a necessidade da mão de obra escrava, do livre comércio (para a importação de escravos e de utensílios e também para a exportação dos produtos tropicais) a fim de fomentar o crescimento da ilha. Ver: “Discurso sobre la agricultura de La Habana y medios de fomentarla”, IN: *Obras. Op. Cit.*, Vol. I, pp. 144-198. O Discurso é uma das peças mais famosas de Arango e foi interpretada por diversos historiadores. É interessante destacar, entre elas, a leitura de Dale Tomich, para quem o texto inaugura uma nova concepção de riqueza que se afasta do mercantilismo e da mineração e aponta para agricultura e comércio. TOMICH, Dale. “The Wealth of Empire: Francisco Arango y Parreño, Political Economy, and the Second Slavery in Cuba”. *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 45, No. 1 (Jan., 2003), pp. 4-28, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3879480> (Acesso em: 13/07/2011, 18:37). Sobre a indústria açucareira cubana, veja-se o estudo clássico: MORENO FRAGINALS, *O Engenho*, Op. Cit.

²¹⁵ Cf. BERBEL, MARQUESE, PARRON. Op. Cit., especialmente: “A crise do sistema atlântico ibérico e experiência constitucional inauguradora: Cádiz, 1810-1814”, pp. 116-128.

²¹⁶ Idem, p.126-7.

funestas para Cuba, a exemplo do que ocorrera em Saint-Domingue, e do que era prova a Conspiração de Aponte.

A leitura dos periódicos da quadra de 1810 a 1814 sugere que não havia uma mobilização efetiva em Cuba favorável à emulação dos movimentos autonomistas ensaiados no restante da América espanhola, mesmo diante da crise política da monarquia instaurada com a ocupação napoleônica da península. Pelo contrário, a documentação sugere que houve um esforço deliberado por parte dos editores cubanos em reportar as insurgências em tons negativos. As conspirações maçônicas de 1809 e 1810 tramadas na ilha, claramente separatistas,²¹⁷ foram denunciadas a tempo e não parecem ter tido maior importância. Os envolvidos foram duramente reprimidos e perseguidos por Someruelos, “sem que chegassem a poder organizar nenhum movimento de caráter sério”.²¹⁸

A escravidão, que desde 1790 vinha se configurando de maneira sistêmica na ilha, condicionou o comportamento da classe senhorial local, que rechaçou o liberalismo gaditano e logrou impor sua pauta de silenciamento das discussões a respeito do fim do tráfico negreiro e da cidadania extensiva, tanto no âmbito parlamentar como na imprensa. Valdés, um dos mais ativos editores do período e ele próprio um liberal, diagnosticou em sua *Historia de la Isla de Cuba* a improbabilidade de uma revolução na ilha na linha do que vinha ocorrendo no continente:

¿quién ignora que un pueblo compuesto de los elementos que [está compuesto] el [pueblo] de La Habana sea capaz de buscar su felicidad en la revolución, sin exponerse a ser víctima de su misma indiscreción?... Así es inconcuso que a la fidelidad habanera, y a la consideración de sus propios intereses se debe esencialmente su laudable tranquilidad.²¹⁹

Esses fatores contribuíram para a passividade com que a revogação da lei de liberdade da imprensa foi recebida pelos periódicos cubanos que, em lugar de protestar,

²¹⁷ Evidenciado pelo panfleto “sedicioso” que os conspiradores fizeram circular a favor da independência da ilha. ULTRAMAR, 113, Carpeta 1: *Expediente sobre sublevación y francmasonería en la isla de Cuba. años 1810-1827*.

²¹⁸ GUERRA Y SÁNCHEZ, *Manual...*, Op. Cit., p. 223. Também em ULTRAMAR, 113, Carpeta 1: *Expediente sobre sublevación y francmasonería en la isla de Cuba. años 1810-1827*.

²¹⁹ Hortencia Pichardo Viñals, “¿Historia de Cuba o Historia de La Habana?”, Op. Cit., p. XXXIV.

receberam tranquilamente as notícias sobre a restauração do absolutismo fernandino. Poder-se-ia argumentar, inclusive, que o retorno da censura foi recebido com alívio. Um dos periódicos locais reproduziu sem alarde a circular emitida em Madri em maio de 1814 na qual o rei, apesar de “persuadido de las grandes ventajas que debe producir la libertad de la imprenta”, desejava evitar “los graves males que produciría el abuso de ella”; por essa razão, “ha resuelto S.M. que no pueda fixarse ningún cartel, distribuirse ningún anuncio, ni imprimirse diario ni escrito alguno” sem a prévia autorização do responsável do governo.²²⁰ A maioria dos títulos cessou sua publicação, e um novo período profícuo no mundo do periodismo cubano só voltaria à luz com o retorno do constitucionalismo na península.

²²⁰ Reproduzido no La Cena, Núm. 797, 2 de julio de 1814.

Capítulo 3. “*Los males de América*”: imprensa, constitucionalismo e independência durante o Triênio Liberal, 1820-1823.

No raiar do ano de 1820, o episódio que ficou conhecido como Grito de Riego inaugurou um novo interlúdio constitucional no império espanhol, que durou cerca de três anos. Como se sabe, desde seu retorno ao trono, em 1814, Fernando VII se empenhou em reconquistar os territórios insurrectos da América, alguns deles caminhando a passos largos para a separação total da Espanha. Várias expedições militares foram traçadas com essa finalidade, com destaque para a enviada à Venezuela sob o comando do general Pablo Morillo, que contou com 10.500 homens.²²¹ Nos meses finais de 1819, o rei reuniu os exércitos peninsulares a fim de enviá-los à América para reconquistar definitivamente os territórios convulsos pelos insurgentes, ao mesmo tempo que os liberais articulavam o restabelecimento do regime constitucional. Aquarteladas perto de Cádiz enquanto aguardavam seu envio para o Novo Mundo, as tropas foram instigadas pelo pronunciamento de seu comandante, o tenente coronel Rafael de Riego, a se rebelar e exigir que o rei reconhecesse a Constituição de 1812.²²² Em 8 de março de 1820, Fernando VII jurou a Constituição gaditana e, dois dias mais tarde, publicou um manifesto informando o ocorrido.

Pouco mais de um mês depois, a convocação para as Cortes chegou a Havana por meio de um periódico peninsular. Afinal, com o retorno ao sistema constitucional, as prerrogativas que vigoraram durante o período liberal gaditano voltavam à tona. Além da eleição para representantes no congresso nacional, o primeiro efeito da mudança de regime foi a reaparição da imprensa política, pois se voltava a desfrutar do livre direito de publicação.²²³ Como da outra vez, a Constituição foi recebida sem entusiasmo pelas autoridades cubanas: o novo capitão general, Juan Manuel de Cagigal (no cargo desde agosto de 1819), foi pressionado pela guarnição peninsular de soldados alocados na ilha naquele momento a jurar lealdade à Carta. A classe senhorial, por seu turno, recebeu a notícia com pesar, pois a imposição da censura na imprensa proporcionada pela restauração lhe permitira reconquistar sua hegemonia sobre a vida cultural da ilha: os censores, nomeados pelo capitão general, eram quase todos membros da Sociedade Patriótica, o que garantia a veiculação nos diários que seguiram sendo

²²¹ RODRÍGUEZ, Jaime. Op. Cit., p.147.

²²² GUERRA Y SÁNCHEZ, Op. Cit., p. 244.

²²³ Idem, p. 246; JENSEN, Larry. Op. Cit., p.57.

publicados apenas daquilo que era de interesse da associação.²²⁴ No mais, os anos de absolutismo fernandino haviam sido extremamente profícuos para a indústria açucareira, resultado colaboração entre a burocracia espanhola e a oligarquia insular. A parceria – e os benefícios que ela trazia – estavam agora ameaçados pela ordem constitucional, motivo a mais para que o novo período liberal não fosse bem recebido em Havana.²²⁵

Com efeito, entre 1815 e 1820 uma série de medidas acordadas entre a classe senhorial e a Coroa favoreceu a expansão da indústria açucareira. A começar pelo real decreto de agosto de 1815, que concedeu aos proprietários de fazendas o direito de livre abate dos bosques, antes restrito à Real Marinha, medida que abriu – literalmente – espaço para as plantações, ao mesmo tempo que fornecia combustível para os fornos.²²⁶ No ano seguinte, Fernando VII nomeou ninguém mais que Arango y Parreño como Conselheiro de Índias; além disso, apontou como novo capitão geral de Cuba José Cienfuegos Jovellanos e, para o cargo de *intendente* da fazenda (espécie de secretário das finanças), Alejandro Ramírez, ambos formados nos quadros da ilustração espanhola e que foram fundamentais para a articulação entre os interesses cubanos e a administração colonial.²²⁷ Em 1817, aboliu-se o monopólio do tabaco; em 1818 um real decreto abriu o comércio da ilha para estrangeiros,²²⁸ e, em julho de 1819, um real decreto garantiu a posse total das terras dos fazendeiros, dando-lhes inclusive o direito de expulsar antigos cultivadores de tabaco.²²⁹ A conjuntura econômica era favorável: a paz geral na Europa e nos Estados Unidos, assim como os processos de industrialização, urbanização e crescimento populacional, fizeram aumentar a demanda por produtos

²²⁴ JENSEN, Op.cit., pp.52-55.

²²⁵ Segundo Jensen, Op. Cit., p.55, a preocupação imediata da classe senhorial era que a retórica patriótica liberal pudesse perturbar o cenário cubano com a publicação de panfletos, artigos, sonetos etc. Ver também; GONZÁLEZ-RIPOLL NAVARRO, María Dolores. “Desde Cuba, antes y después de Haití: pragmatismo y dilación en el pensamiento de Francisco Arango sobre la esclavitud”, IN: GONZÁLEZ-RIPOLL NAVARRO, María Dolores et alii. *El rumor de Haití en Cuba: temor, raza y rebeldía, 1789-1844*. Madrid: CSIC, 2005, pp. 9-81, especialmente p. 79.

²²⁶ A madeira era o principal recurso para a manutenção da poderosa força naval imperial, e seu uso foi por muito tempo exclusivo da Marinha. A disputa pelos bosques cubanos representa a origem das desavenças entre esta e a classe senhorial. A partir da concessão real de 1815 o desmatamento da ilha se intensificou, em um movimento que Reinaldo Funes considerou como um exemplo da nova concepção industrial do uso de recursos naturais. FUNES MONZOTE, Reinaldo. *De Bosque a Sabana. Azúcar, deforestación y medio ambiente en Cuba (1492-1926)*. Distrito Federal de México: Siglo XXI Ediciones, 2004.

²²⁷ GUERRA Y SÁNCHEZ, Op. Cit., p. 235.

²²⁸ Idem; JENSEN, Op. Cit., p.54; GONZÁLEZ-RIPOLL NAVARRO, Op. Cit., p.79.

²²⁹ GUERRA Y SÁNCHEZ, Op. Cit., p. pp.245-253. Sobre a privatização dos realengos, ver: BALBOA, Imilcy. “El asalto a los realengos en Cuba (1750-1839).” IN: BALBOA, Imilcy, PIQUERAS, José A. (Eds). *La excepción americana. Cuba en el ocaso del imperio continental*. Valencia: Centro Francisco Tomás y Valiente/ UNED Alzira-Valencia/Fundación Instituto de Historia Social, 2006, pp.55-78.

tropicais, gerando uma alta nos preços do açúcar e do café.²³⁰ A reestruturação da divisão de trabalho em escala global, sob a hegemonia britânica, permitiu que Cuba entrasse no mercado mundial mantendo – e inclusive aprofundando – seu regime escravista. Isso foi possível por que, como explicou Dale Tomich, essa hegemonia criou, *simultaneamente*, as bases para o abolicionismo inglês e as condições para a expansão e intensificação da escravidão em outras partes.²³¹

Quadro I: Negros africanos introduzidos em Cuba (todos os portos)

Ano	Escravos desembarcados
1808	1.022
1809	1.161
1810	6.716
1811	7.244
1812	3.155
1813	2.980
1814	2.196
1815	7.872
1816	18.384
1817	25.448
1818	20.762
1819	16.051
1820	11.096
Total: 124.087	

Fonte: *The Trans Atlantic Slave Trade Database*: www.slavevoyages.org

Os dados revelam que, apesar das pressões abolicionistas inglesas, a classe senhorial cubana foi bem sucedida em continuar o tráfico negreiro até pelo menos 1817. Assim como haviam silenciado os debates sobre o fim do tráfico e da escravidão no

²³⁰ GUERRA Y SÁNCHEZ, Op. Cit., p.235; TOMICH. *Through the Prism of Slavery*. Op Cit., p.59

²³¹ Longe, portanto, de representar um sistema arcaico e não compatível com a nova ordem mundial, a instituição se transformou, tanto em seu caráter como em seu significado, razão pela qual Tomich cunhou o termo “segunda escravidão” para se referir a essa nova etapa do sistema escravista. TOMICH. Idem, especialmete pp. 59-61.

âmbito das Cortes espanholas entre 1810 e 1811, os senhores cubanos lograram novamente abafar o assunto em 1814, durante as reuniões do Congresso de Viena. Espanha e Inglaterra assinaram um tratado paralelo para a supressão total do tráfico de escravos para dali cinco anos cujas diretrizes foram estabelecidas a partir de uma representação enviada pelos cubanos a Fernando VII.²³² Ou seja, as bases do acordo foram estabelecidas pela própria classe senhorial, a fim de prejudicar o menos possível o bom andamento da indústria açucareira. Essa era a preocupação da classe senhorial cubana quando o retorno do constitucionalismo irrompeu em 1820: preservar a produtividade dos engenhos. Por essa razão, a imprensa livre constituía uma ameaça aos seus interesses, já que abria a possibilidade de críticas em impressos de livre circulação. De fato, tanto Arango quanto o intendente Ramirez foram alvos de ataques na imprensa cubana do Triênio Liberal, especialmente nos dois primeiros anos. Contra o primeiro, vieram novamente à tona as acusações de ter fomentado a independência de Cuba com a tentativa de formação de uma junta em Havana em 1808.²³³ Como se mostrou no capítulo anterior, insinuações desse tipo contra Arango já haviam sido discutidas durante o período anterior de liberdade de imprensa; mas as críticas se fizeram mais incisivas nesse segundo momento, pois ele se viu na necessidade de redigir um opúsculo no qual se defendia publicamente, afirmando que a iniciativa de formar a junta partira de Someruelos: “[...] no fue un cualquiera el autor del criticado pensamiento”, escrevia em sua declaração “Al público imparcial de la Isla”,

sino el mismo Capitán de la nave desgraciada que, deseando conservarla y conservar intacta su naturaleza española, buscaba como debía los medios de suplir la falta del armador y piloto [o rei], y los de consolidar su dudosa autoridad, sin lo cual debía temer o un naufragio inevitable o todas las agonías que en semejantes apuros produce la insubordinación.²³⁴

²³² A data se refere às transações feitas nas costas africanas abaixo da linha do Equador; para as regiões acima desse marco, o comércio de africanos cessava imediatamente. Além disso, as expedições espanholas por cruzeiros ingleses teriam direito a uma indenização por parte da coroa britânica. Veja-se GUERRA Y SÁNCHEZ, Op. cit., p.237, para um resumo dos termos do tratado; para uma interpretação do mesmo com detalhes a respeito das negociações: MURRAY, David. *Odious commerce. Britain, Spain and the abolition of the Cuban slave trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002 [1a edição: 1980], especialmente o capítulo quatro, “The treaty of 1817”.

²³³ GUERRA Y SÁNCHEZ. Op. Cit., p. 250.

²³⁴ ARANGO Y PARREÑO, Francisco. “Al público imparcial de esta Isla”. *Obras*, vol. II. Op. Cit., pp. 158-171. a citação encontra-se à página 161. A edição consultada das *Obras* inclui uma nota na qual se afirma que o manifesto de Arango foi impresso em 1821, em formato de folheto, pela Oficina de Arazoza y Soler, impressores do Governo Constitucional. Veja-se a nota 1, p.171.

Além disso, lembrava seus leitores de ter sido nomeado pelo próprio rei como Conselheiro de Índias, “una de las primeras dignidades del Estado”, para argumentar que continuaria trabalhando, “con constancia y con denuedo”, para conquistar “todas las ventajas posibles [...] para hacer indisoluble su unión con tan digna madre.”²³⁵

Contra o intendente, lançaram-se denúncias de enriquecimento ilícito por meio do desvio de dinheiro do fisco, e as críticas foram tão assíduas que viraram assunto digno de menção às autoridades. Em expediente reservado tramitado pela Secretaria de Estado e Despacho do Governo Ultramarino se falava sobre o “estado de la opinión pública contra aquel Intendente” e das providências a serem tomadas:

Desde el día 16 de julio último en que el pueblo y parte de las tropas obligaron al Capitán General á la fuerza à proclamar y jurar la Constitución política de la Monarquía española se pidió tumultuariamente la deposición del Intendente y del Fiscal de la Hacienda pública, y establecida la libertad de Imprenta continuó en contra de ellos la opinión pública como también posteriormente contra D. Francisco de Aguilar Contador de la Factoría de Tabacos: nada me consta acerca de las faltas que se les acusa, pero si el que han tratado de indemnizarse por haberse declarado inferiores algunos impresos publicados en su descrédito; más sus autores según aquellos sospechan han tomado más aliento, y tratan de conspirar contra sus personas.

En estas circunstancias, me he valido de todos los medios que dicta la prudencia y amor à la paz [...]; el referido Intendente se retira al campo à pretexto de sus enfermedades, y que Aguilar pasa á la Península, siendo este un medio muy cuerdo en las actuales circunstancias. [...].

Dios guarde V.E. muchos años. Habana 14 de Agosto de 1820. Exmo. Sr. Juan María Echevri.²³⁶

O fato de que Arango tenha sido compelido a redigir um manifesto em sua própria defesa, e que Ramírez tenha sido forçado a se retirar ao campo (onde morreria pouco tempo depois) é sintomático do domínio da imprensa pelo grupo dos liberais exaltados que ocorreu no primeiro momento. Com efeito, o grupo reunido em torno de Tomás Gutiérrez Piñeres (espanhol nascido na Península, defensor radical da Constituição e um dos maiores críticos da classe senhorial *criolla*) exerceu grande influência por meio de seus periódicos de 1820 até, pelo menos, o início de 1822.²³⁷ A

²³⁵ Idem, p. 159. Veja-se também o já mencionado artigo de José Piqueras sobre a Junta de Havana: “La siempre fiel isla de Cuba, o la lealtad interesada”, Op. Cit.

²³⁶ Estado de la opinión pública contra el intendente fiscal de Hacienda y contador de la factoría de tabacos. ULTRAMAR, 105, N.26, Fols. 309-319.

²³⁷ GUERRA Y SÁNCHEZ, Op. Cit., pp.247-256.

maioria dos peninsulares residentes na ilha, vinculados a atividades mercantis e às milícias, formaram a base do partido liberal exaltado, também conhecido como partido *piñerista*, em referência a seu maior ideólogo.²³⁸ Além de Piñeres, Diego Correa, Tiburcio Campe e Pedro Gordillo conformavam as vozes mais fortes do grupo, e eram reconhecidos desde o período gaditano por seu liberalismo radical: subscreviam a todos os postulados de Cádiz, e defendiam fervorosamente o centralismo e um mercado nacional único.²³⁹ Por essa razão eram extremamente críticos da hegemonia da classe senhorial, e suas críticas incidiam especialmente nas acusações de independentistas.²⁴⁰ O desconcerto causado no grupo aranguista com o retorno ao constitucionalismo abriu espaço para que os piñeristas buscassem exercer sua influência na opinião pública por meio da imprensa.

Liberdade de imprensa em Cuba, II.

O segundo interlúdio constitucional em Cuba é significativamente mais complexo do que o primeiro em termos políticos, com as forças atuantes mais bem articuladas,²⁴¹ e com as diferenças entre os espanhóis peninsulares e os espanhóis americanos mais acentuadas. A cisão entre um grupo e outro pode ser observada pela mudança de significado do próprio termo espanhol, antes utilizado para designar qualquer súdito do império e doravante cada vez mais como sinônimo de peninsular, ao passo que os nascidos na América passaram a ser mais frequentemente tratados como *criollos*. Isso ficou evidente no embate *criollos* x peninsulares que deu a tônica da imprensa periódica publicada em Cuba durante o Triênio Liberal. Os liberais moderados eram avessos ao radicalismo político dos exaltados, e reclamavam parcelas de autonomia e privilégios mercantis. Eram, em sua maioria, *criollos* provenientes das

²³⁸ Utiliza-se, nessa dissertação, o termo “partido” no sentido de agrupamento de pessoas com interesses convergentes sem que isso configure um partido político *per se*. O Partido Liberal cubano, esse sim com letras maiúsculas, foi fundado apenas em 1878, em um momento histórico distinto do enfocado aqui.

²³⁹ HERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Manuel. “El liberalismo exaltado en el Trienio Liberal cubano”. IN: OPATRNY, Josef. *Cuba: algunos problemas de su historia*. Praga: Universidad Carolina de Praga, 1995. Supplementum da Ibero-Americana Pragensia 7, pp.67-79; do mesmo autor: “El Liberalismo Criollo Cubano en el Trienio Liberal: *El Americano Libre*”. IN: BALBOA, Imilcy; PIQUERAS, José A. (eds.) *La excepción americana..* Op. Cit., pp. 219-238.

²⁴⁰ Idem, p. 219.

²⁴¹ Larry Jensen defende que, apesar disso, as facções políticas ainda estavam em estágio embrionário, sem uma delimitação clara por colonialismo, anexionismo ou independência, razão pela qual a ideologia dos autores seria difícil de ser apreendida por meio de seus escritos. No entanto, o mesmo autor classifica os periódicos do período como *piñerista*, *criolla* ou *servil*, termos utilizados pelos coevos para designar, respectivamente, liberais exaltados, liberais moderados e conservadores. JENSEN, “Constitutional Reprise (I): The Flota Press Offensive, 1820-1822”, Op. Cit., pp. 52-79.

classes médias da ilha, e tinham seu núcleo na Sociedade Patriótica e em O'reilly seu maior representante (e por isso, como no caso do outro grupo, conhecido também como partido o'reillista).²⁴²

O exemplo mais contundente das divergências entre os dois grupos acima mencionados encontrado na imprensa do período foram as querelas entre o *El Español Libre* e o *El Americano Libre*. Aquele foi fundado por Tiburcio Campe, forte expoente do piñerismo, em 15 de setembro de 1822, e protestava contra o americanismo dos liberais *criollos*²⁴³; o segundo periódico começou a ser publicado exatamente dois meses depois para fazer oposição aos exaltados e rebater as acusações de independentistas lançadas pelo primeiro contra os o'reillistas. Defendia em suas páginas a unidade liberal, com um discurso conciliador que propunha suprimir a distinção entre *exaltados* e *moderados*. Os editores dos dois títulos pretendiam utilizar a imprensa para influenciar os resultados das eleições municipais, de forma que após o período eleitoral ambos saíram de circulação.²⁴⁴

A imprensa piñerista contou com vários outros títulos. *El Tío Bartolo*, periódico editado por José de Aguiar que circulou entre junho de 1820 e novembro de 1821, utilizava diálogos protagonizados por dois personagens – o rústico e iletrado Bartolo e um padre – para fazer um exame das teias de poder da ilha e denunciar abusos das leis constitucionais. Foi desse periódico que partiu a maior oposição a Ramírez, que se tornou o alvo principal das penas de Aguiar, ressentido por não ter desfrutado de nenhum benefício ao longo dos cinco anos em que o intendente fiscalizara as finanças insulares.²⁴⁵ Os libelos eram tão incisivos que um de seus números chegou a ser denunciado e condenado por difamação, tendo sido censurado e retirado de circulação.²⁴⁶ O editor tinha plena consciência de que Ramírez o denunciava e que inclusive pretendia extinguir a publicação, pois no número 23 o padre confidenciou a Bartolo que “apuran estos Sres. todos los medios que están á sus alcances queriendose quitar de encima a un hombre com tanta firmeza y tesón”. Mas isso não seria suficiente para calar a publicação:

Aguiar sigue su marcha sin miedo, y no desmayará un punto mientras haya malos y vicios que corregir: es tan valiente que no contento con

²⁴² GUERRA Y SÁNCHEZ, Op. Cit., p. 256. Também em: HERNÁNDEZ GONZÁLEZ, “El Liberalismo Criollo...”, Op. Cit.

²⁴³ JENSEN, Op. Cit., p.83.

²⁴⁴ HERNÁNDEZ GONZÁLEZ, “El Liberalismo Criollo...”, Op. Cit, pp.227-233.

²⁴⁵ JENSEN, Op. Cit., p.59.

²⁴⁶ Idem, pp. 59 e 63.

acusar abusos ante el recto tribunal de la opinión pública, ha tenido carácter para acusar los Sres. Intendente y Coimbra [Manuel Coimbra, adrogado do Real Consulado de Havana e confidente de Ramírez] ante la autoridad competente: contra el primero ha promovido información de los crímenes que le ha acusado en los papeles públicos, y de muchos otros que oportunamente publicará ante el Sr. Alcalde [...].²⁴⁷

El Indicador Constitucional e *El Esquife Arranchador* (*El Esquife Constitucional* após 28 de julho de 1821) começaram a ser publicados no mesmo dia (1 de junho de 1820) e compartilhavam inicialmente o mesmo corpo editorial, formado por Evaristo Sánchez e Joaquín José García. O *Indicador* era diário e se publicou durante praticamente todo o triênio (até 1 de novembro de 1823), fazendo uso constante de reimpressões, tanto de títulos publicados na ilha quanto na Península. Já o *Esquife* saía duas vezes na semana e tinha uma linha editorial mais definida: pretendia ser o periódico oficial de Cayo-puto, “noble, valorosa, fiel é imaginaria ciudad”, na verdade uma réplica literária de Havana. As personagens eram igualmente fictícias, mas o periódico não deixava de fazer menção a alguns atores reais e seguir o modelo da gazeta oficial, em tom de sátira, imprimindo ofícios, acordos, ordens, remitidos, ocorrências e pequenos poemas em quadras ou oitavas. O número 19, por exemplo, ofereceu a seguinte “Octava”, que fazia referências aos capitães gerais de Cuba desde o final do século XIX (Luis de las Casas, Marquês de Santa Clara, Marquês de Someruelos, Juan Ruiz de Apodaca, e José Cienfuegos):

Casas me dió la ilustración y el ser: / A Santa Clara poço Le debí: / De Someruelos mucho recibí:/ Apodaca lo echó todo á perder./ Con Cienfuegos comienzo á padecer, / Y en mi mal me abandona á un frenesí, / Y si el que ha de curarme tarda tanto, / Mi letargo me lleva al campo santo.²⁴⁸

Já o número 21 anunciava as seguintes “Ocurrências de Cayo-puto”:

En la calle de la *Cosa-mala*, casa número 2040, se solicita saber el paradero de Mr. Antonio del Valle Hernandez, para entregarle ciertos encargos que le remite su familia de la Rusia.

²⁴⁷ El Tío Bartolo, N. 23, 1820 [sem data exata]. Aguiar apresentou, de fato, um processo contra Ramírez. O caso está brevemente comentado em JENSEN, Op. Cit., pp.63-64.

²⁴⁸ El Esquife Arranchador. Num. 19, 7 de octubre de 1820.

Se asegura que el marqués de *Casa-pone-frenos*, y vizconde de la *Rentazon* ha tenido que vender la bagilla de plata para cubrir los crecidos costos que tuvo en la iluminación de las fiestas públicas.²⁴⁹

Em alusão ao envio de um representante de Havana às Cortes espanholas (exemplo de que sua ficção era uma estratégia satírica), publicou na última página do exemplar de 8 de novembro de 1820 o seguinte “Aviso”:

AVISO. Se previene al público de orden del Escmo. Ayuntamiento de esta noble é imaginaria ciudad de Cayo-puto, que debiendo salir para la Península dentro de pocos días la balandra correo nombrada *Contra la voluntad*, al mando del pilotin D. José Por-fuerza, conduciendo el diputado electo para representarnos en Cortes, se recibirán con el mayor placer las comunicaciones que los ciudadano amantes de su país quieran indicar sobre el fomento y felicidad de este islote. = *Verrugo* = Secretario.²⁵⁰

Cabe destacar que o uso constante de personagens fictícios, metáforas e sátiras era uma das marcas da imprensa do período, uma forma de, conforme observou Jensen, filtrar as mensagens ao público erudito e evitar que contagiassem a população de cor. Independente do posicionamento político, os homens de letra ainda se preocupavam em afastar qualquer possibilidade de que outro episódio como o de 1812) voltasse a acontecer. Essa estratégia também foi utilizada por outros periódicos que reforçavam o campo piñerista, como *El Botiquín Constitucional* (mais tarde *El Impertérito Constitucional*), *La Corbeta Constitucional*, *El Liberal* e *El Vigía*. Os editores desses periódicos se uniram no final de 1820 em um novo desenvolvimento da imprensa cubana: uma coalizão contra a sacarocracia e seus favoritismos políticos. A ideia partiu de Evaristo Sánchez, que estava convencido de que era necessário somar esforços para resistir à reação das autoridades, que tentavam restringir a liberdade de imprensa a fim de minimizar os ataques que vinham sofrendo nos papéis públicos.²⁵¹ O acordo foi anunciado em 4 de outubro de 1820, no número 18 do *Esquife*. Como de praxe, se parodiava o modo de noticiar resoluções oficiais por títulos como o *Diario de La Habana*, pois começava descrevendo a reunião na “sala principal del palacio, bajo la presidencia del Escmo. Sr. D. Chilibrán, jefe superior político de esta provincia [imaginária de Cayo-puto]” à qual compareceram os senhores *Tio Bartolo*, *El Esquife*, *El Vigía*, *El Botiquín*, *El Liberal*, *El Patriota*. Formada a mesa, “se procedió á tratar

²⁴⁹ El Esquife Arranchador. Num. 21, 14 de octubre de 1820. Grifos do original.

²⁵⁰ El Esquife Arranchador. Num. 28, 8 de noviembre de 1820.

²⁵¹ JENSEN, Op. Cit., p. 64.

sobre los asuntos del día, con particularidad de aquellos de mayor interés á la nación en general, y de cada individuo en particular”.

S.E. dijo: que quería poner remedio al desorden, que con el mayor desagrado reparaba iba produciendo la licencia de escribir: que algunos escritores, seducidos con un mal entendido amor á la patria, ó tal vez mal informados, habían cometido desaciertos de la mayor entidad: que el abuso de la prensa iba tomando un cuerpo agigantado, y que ya se hacia preciso poner á raya el desenfreno de los editores, que cometen á cada paso extravíos y equivocaciones, sembrando errores en el incauto pueblo: males perores mil veces que los que pretenden reformar.²⁵²

Em seguida, cada um dos membros da mesa se pronunciou a respeito. Era uníssonos a desaprovção da proposta e a defesa pela continução da liberdade de imprensa em acordo com o estipulado pela Constituição. O Tio Bartolo, por exemplo, afirmava que “nada había publicado que traspasase los límites de una verdad acreditada en hechos y en documentos” e que a licença para imprimir livremente era o baluarte da liberdade civil. O “senhor” Esquife fez o discurso mais eloquente, dizendo:

somos españoles, y hemos jurado la Constitución santa: en nuestros días hemos visto la regeneración más feliz que pueden contar los pueblos más ilustrados: acaba de nacer entre nosotros esta libertad sagrada; se halla todavía muy en mantillas, y es preciso que como hombres libres la elevemos hasta el alto esplendor que ella se merece: el rápido transito que acaba de suceder ha debido forzosamente dejar por detrás celos, vicios y preocupaciones entre aquellos *presuntuosos* ciegos hasta donde aun no ha podido penetrar su luz, y en este estado, pues, estamos obligados á destruir ese momento de errores, arbitrariedades, cabalas, intrigas y despotismo que se quiere oponer á nuestra decidida marcha: es verdad que necesitamos de alguna reforma, según asegura V.E....; pero cuando se nos acusa de escritores venales...: que la sórdida ganancia es nuestro fin..., se nos hace la más atroz injuria... ¡Ah, los déspotas quisieran imponernos un perpetuo silencio!; pero nuestra ocupación es muy noble y muy laudable

O Vigia acrescentou apenas que estavam dispostos a dar a vida para garantir os pactos e juramentos, e o “senhor” Botiquín lembrou que o público recebia os artigos que eles todos publicavam com apreço. Depois das manifestações dos demais, ficou acordado que de ali em diante se comportariam “con justicia, equidad, buen tino, sanos informes y legítimas causas”. Apesar dessa resolução, os títulos que integravam a

²⁵² El Esquife Arranchador, N. 18, 4 de octubre de 1820. pp.3-4.

frota se tronaram abertamente hostis ao final do primeiro ano de vigência da imprensa livre, frustrados com a falência do constitucionalismo em promover mudanças políticas significativas em Cuba.²⁵³ Com efeito, em que pese o sucesso inicial da imprensa piñerista em agregar apoiadores e leitores, a classe senhorial não tardou muito em reagir e reassumir a liderança na imprensa, lançando periódicos como *El Observador Habanero*, *El Amigo del Pueblo*, *El Imparcial* e *Gaceta de Cayo-guíncho*. O primeiro (*El Observador Habanero*, junho de 1820 a fevereiro de 1821) era uma publicação bimensal da imprensa oficial de Arazoza y Soler que contava com a colaboração de nomes como Félix Varela e José Agustín Caballero, além de outros membros do Seminário de San Carlos vinculados à recém-criada Cátedra de Constituição, cuja finalidade era explicar as leis fundamentais da monarquia. A proposta de criação dessa Cátedra partiu da Sociedade Econômica de Amigos do País de Havana, com vistas a recolocar em prática uma lei de 1812 segundo a qual a explicação da Constituição estava obrigada em todas as instituições de ensino de ciências eclesiásticas ou políticas. Nessa medida, o periódico era uma extensão das discussões levadas a cabo no Seminário; por conta da periodicidade mais dilatada, cada exemplar contava com um elevado número de páginas (entre vinte e quatro e vinte e seis), e seus artigos se distanciavam da narração de fatos imediatos para se concentrarem na educação das leis constitucionais por meio da imprensa.²⁵⁴

A revanche do liberalismo *criollo* na imprensa foi acompanhada – e impulsionada – pela chegada de uma nova autoridade à ilha, Nicolas Mahy, que substituiu Ramírez como intendente em 3 de março de 1821. Inicialmente afeito aos piñeristas pelo fato de representarem os peninsulares em Cuba, mudou de lado gradualmente, pois considerava os exaltados uns “agitadores sem causa” cujo discurso extremado poderia colocar em risco a ordem social; já liberais *criollos* primavam pela moderação, e Mahy se aproximou deles com vistas à estabilidade política.²⁵⁵ Sua correspondência com o responsável pelo governo ultramarino em Madri revela uma preocupação constante com a “extravagância da imprensa de Havana”, impressão que

²⁵³ JENSEN, Op. Cit., p.67.

²⁵⁴ Idem, p. 61; GUERRA Y SÁNCHEZ, Op. Cit., p. 267. BACHILLER Y MORALES, Op. Cit., Tomo I, p. 79. A cátedra ficou sob responsabilidade de Félix Varela, e o conteúdo do curso foi posteriormente sintetizado em suas *Observaciones sobre la Constitución Política de la Monarquía Española seguida de otros trabajos políticos*. La Habana: Editorial de la Universidad de La Habana, 1944. Sobre Varela, ver: PIQUERAS, José A. *Félix Varela y la prosperidad de la patria criolla*. Madrid: Fundación Mapfre, Aranjuez: Ediciones Doce Calles, 2007.

²⁵⁵ GUERRA Y SÁNCHEZ, Op. Cit., pp256-257; HERNÁNDEZ GONZÁLEZ, “El liberalismo criollo...”, Op. Cit., p.222.

tinha após apenas duas semanas no cargo.²⁵⁶ Ao enviar exemplares dos impressos que haviam sido publicados na ilha entre novembro de 1820 e fevereiro de 1821²⁵⁷ (ou seja, nos meses imediatamente anteriores ao início do seu mandato), advertia “bastante abuso de la libertad de imprenta para publicar los defectos particulares ciertos ó falsos de los ciudadanos”.²⁵⁸ Pouco tempo mais tarde, acompanhando os exemplares dos papéis públicos impressos em Santiago de Cuba entre fevereiro e abril de 1821, encaminhava uma pequena nota na qual o diagnóstico era mais incisivo:

se advierte sobrada facilidad en valerse de la imprenta para publicar no solo las faltas ó defectos de los empleados públicos, sino hasta la conducta peculiar de algunos particulares, por manera que parece ser esta el arma de que se vale el que considera ofendido para vengarse de su ofensor.²⁵⁹

Diante da facilidade com que os libelos difamatórios eram publicados na imprensa (prática que vinha beneficiando os piñeristas, como ficou demonstrado nos casos dos ataques bem sucedidos a Arango e Ramírez), a estratégia de Mahy consistiu em gratificar com dinheiro público “á algunos impresores, y gentes de buen talento” que utilizassem seus escritos para combater a aceitação que as penas mal intencionadas tinham junto ao público. “La precisión de atacar enérgicamente las opiniones de los escritores mal intencionados”, escreveu em 8 de setembro de 1821, “me obligó á anunciar á algunos impresores, y gentes de buen talento, que subsanaría las pérdidas que pudiesen originárseles ínterin sus escritos adquirirían el concepto público”.²⁶⁰ As investidas de Mahy, combinadas com o controle da imprensa piñerista por meio da censura²⁶¹, levaram vários autores exaltados a julgamento, inclusive o próprio Piñeres, condenado a um ano de reclusão em um convento por um de seus escritos.²⁶² Para liquidar de vez a imprensa exaltada, parte da força policial de Havana sob comando de

²⁵⁶ JENSEN, Op. Cit., p.71.

²⁵⁷ Todos os governadores e capitães gerais da América estavam obrigados, por resolução das Cortes, a enviar dois exemplares dos periódicos publicados pela imprensa local para a Península, sendo uma cópia destinada ao departamento do Ultramar e a outra ao arquivo dos deputados nas Cortes.

²⁵⁸ Sección de Gobierno – Negociado Político. Impresos. El Jefe político remite los impresos publicados desde Noviembre 1820 hasta Febrero 1821 inclusive. Ultramar, 110. Carpeta I – Impresos Fol. 80.

²⁵⁹ Sección de Gobierno – Negociado Político. Papeles públicos impresos en Santiago de Cuba respectivos á febrero, marzo, y abril de 1821. Ultramar, 110. Carpeta I – Impresos.

²⁶⁰ RESERVADO Núm. 9. ULTRAMAR, 106, Fols. 861- 863.

²⁶¹ Apesar de abolida a censura prévia, a legislação sobre imprensa de 1820 continha artigos significativamente mais detalhados no tocante aos abusos e penalidades do que a anterior. Além disso, um decreto expedido em 13 de janeiro de 1821 transferiu as funções judiciais dos *alcaldes* para juízes nomeados pela *Diputación Provincial*, onde a classe senhorial exercia grande influência, o que contribuiu para a condenação de seus opositores. Cf. JENSEN, Op. Cit., pp. 68-72.

²⁶² HERNÁNDEZ GONZÁLEZ. “El liberalismo criollo...” Op. Cit., p. 223.

Domingo Armona promoveu um ataque à oficina de Pedro Nolasco Boloña, onde era editado o *Amigo de la Constitución*, uma das publicações piñeristas remanescentes em meados de 1822. A denúncia do episódio, feita pelo impressor ao capitão general, foi sumariamente ignorada; indignados, os editores do *Esquife*, que também era publicado na imprensa de Boloña, publicaram uma “Declamación que hacen los que suscriben contra el atentado de Armona en la imprenta de Don Pedro Nolásco Boloña y contra los procedimientos tortuosos que se llevan en el trámite judicial”, descrevendo em detalhes o ocorrido. O caso chegou inclusive ao conhecimento do embaixador espanhol em Londres²⁶³, mas não houve nenhuma punição aos envolvidos; diante do silêncio judicial, o *Esquife* dedicou vários números ao assunto, delatando a violência de Armona, a complacência das autoridades e a relação destas com a classe senhorial.²⁶⁴

A ofensiva contra a imprensa exaltada combinou, portanto, os esforços da oficialidade com os interesses da classe senhorial, todos preocupados com a manutenção da estabilidade social –Mahy e Armona com o intuito de evitar distúrbios à ordem, Arango e os demais membros da oligarquia a fim de conservar suas propriedades, a prosperidade da indústria açucareira e, especialmente, afastar qualquer possibilidade de que a instabilidade política abrisse espaço para uma rebelião escrava. O receio não era infundado, haja visto que no ano imediatamente anterior ao retorno do constitucionalismo alguns episódios envolvendo escravos e quilombolas no Leste da ilha preocuparam as autoridades. A correspondência recebida pelo capitão general de parte do governador de Santiago de Cuba, José Eusebio Escudero, apontava para ao menos dois assassinatos protagonizados por escravos²⁶⁵ e, embora a carta desse a impressão de se tratar de casos isolados, é provável que fossem os primeiros indícios de uma conspiração mais ampla. Afinal, em maio de 1819 nova carta alertava para os riscos de ataques de quilombolas na cidade de Baracoa, que via “brotar una especie de fermentación en todos los Esclavos de la jurisdicción y aumentada la misma novedad con la de haber venido los mismos Negros hasta Palmarejo distante ya solo dos leguas en el Domingo diez y seis del corriente armados todos de fueles y machetes”; de acordo

²⁶³ ESTADO, 17, N. 136. Embajador sobre estado de Cuba en Londres.

²⁶⁴ El Esquife Constitucional. Num. 153, 27 de abril de 1822.

²⁶⁵ CUBA, 1869. Correspondencia del Gobernador de Santiago de Cuba con el Capitán General D. José Cienfuegos, N.444. O documento em questão não deixa claro se as vítimas eram os senhores de ditos escravos, limitando-se a apontar que em “corto espacio de tiempo dos asesinatos sobre los establecimientos que tienen los Franceses naturalizados en el Territorio nombrado de Sta. Catalina distante como veinte y cinco leguas de esta Ciudad [de Santiago de Cuba] y justificándose que fueron perpetrados aquellos por esclavos de las mismas haciendas[...]”.

com o escritor original do documento,²⁶⁶ nunca se havia presenciado em Baracoa situação tão crítica quanto aquela, razão pela qual medidas enérgicas se faziam necessárias para evitar um mal que “amenaza las consecuencias más funestas”. “Quien podrá impedirles”, se perguntava o autor,

que reunidos [los negros] y conducidos por los que reciben de estas haciendas sean capaces de sorprender la Ciudad en una noche de acuerdo con los que están dentro, incendiarla, y renovar aquí los horrores de la desgraciada colonia de Santo Domingo, de que fui testigo, y cuya sola memoria me estremece.²⁶⁷

A comparação com o Haiti, que novamente vinha à tona, tinha o agravante de ser evocada por uma testemunha ocular, quer dizer, a situação na parte oriental de Cuba era tal que um sujeito que vira em primeira mão uma revolta escrava bem sucedida a considerava crítica. O fato de uma rebelião ter sido evitada naquele momento (o líder dos *apalencados* morrera afogado durante uma fuga em dezembro daquele ano²⁶⁸) não significava que não houvesse outras ameaças; indícios de que revolucionários de territórios insurgentes estivessem na ilha, por exemplo, eram um lembrete constante de que os perigos vinham também do exterior.²⁶⁹ Evidências apontando para conspirações separatistas tramadas por lojas maçônicas em associação com revolucionários da Nova Granada eram um lembrete dos custos das inovações políticas, e a imprensa não deixou de alertar sobre os perigos de uma revolução.²⁷⁰ É significativo que mesmo um periódico piñerista como o *El Tío Bartolo* tenha se manifestado a respeito, e que seu editor tenha inclusive justificado o término da publicação (em novembro de 1821) com o argumento de que “as coisas eram tais que todos deveriam manter profundo silêncio”.²⁷¹ Certa moderação foi, portanto, restabelecida na imprensa cubana em face dos efeitos que os processos de independência da América espanhola continental

²⁶⁶ O relato foi originalmente escrito por um membro do governo municipal e enviado ao governador de Santiagod e Cuba, que se encarregou de remiti-lo ao capitão general.

²⁶⁷ CUBA, 1869. Antonio Duelos, 19 de mayo de 1819. O episódio está brevemente descrito em BARCIA PAZ, Manuel. *Seeds of Insurrection. Domination and Resistance on Western Cuban Plantations, 1808-1848*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2008, pp.55-58.

²⁶⁸ CUBA, 1869, N.700.

²⁶⁹ CUBA, 1869. Correspondencia del Gobernador de Santiago de Cuba con el Capittán General D. José Cienfuegos, 15 de abril de 1819. A presenta de revolucionários estrangeiros na ilha será analisada a seguir.

²⁷⁰ JENSEN, Op. Cit., p. 74.

²⁷¹ Idem, p.75. A citação, na obra de Jensen, está em Inglês, mas sendo uma tradução do original em Espanhol, se optou por fazer a versão ao Português.

tiveram em Cuba.²⁷² Afinal, nem mesmo os liberais exaltados, em que pesem terem sido abertamente hostis à classe senhorial e incisivos em seu discurso, pretendiam advogar pela independência; pelo contrário, defendiam um Estado forte e centralizado em Madri. Na avaliação de Hernández González, o projeto político desse grupo pouco variava em relação ao da sacarocracia; alguma divergência existia em termos de modelo de mercado (uns a favor do sistema de mercado nacional único, os outros de um mercado aberto) e da ingerência da Espanha nos assuntos internos da colônia (centralismo *versus* autonomia), mas ambos os grupos desejavam manter os vínculos com a metrópole. Os pontos fulcrais do projeto sacarocrata não foram, aliás, abordados na imprensa *piñerista*; sua leitura surpreende “por su demagogia antioligárquica”, diz o historiador, “pero sus propuestas son de una pobreza absoluta. En nada se diferencian de los puntos de vista de la sacarocracia, ni en la crítica a la economía de plantación, ni en la de la trata y el control oligárquico de la tierra”.²⁷³ Pontos, aliás, nunca abordados pela imprensa mais radical: vale lembrar, aqui, que o *Esquife*, um dos maiores críticos da classe senhorial, fez ferrenha oposição à publicação do *El Negrito*, convergindo, nesse aspecto, com os interesses da sacarocracia.

De insurgentes a independentes: *Cubanacán* e a América como exemplo.

Quando Aguiar decidiu pôr fim à publicação do *Bartolo*, Cuba era um dos poucos territórios remanescentes do império espanhol na América, o que, somado ao seu posicionamento geográfico estratégico, contribuiu para convertê-la em ponto de concentração das forças realistas destinadas ao combate no continente. Por essa razão, os líderes dos movimentos da Nova Granada e Nova Espanha tinham considerável interesse pelo destino da ilha: atraí-la para o campo da insurgência significaria desestabilizar a organização militar da Espanha. Cientes das ameaças, as autoridades cubanas estiveram extremamente preocupadas com a segurança e defesa do território insular, rodeada de vizinhos perigosos por todos os lados.²⁷⁴ A inquietação ficou registrada em diversos ofícios tramitados pela administração colonial, desde os mais simples (como relatos de presença de embarcações suspeitas na costa) até casos mais sérios de constatação de conspirações (como no caso supra citado). Em 1818, por

²⁷² JENSEN, Op. Cit., p.74.

²⁷³ HERNÁNDEZ GONZÁLEZ. “El liberalismo criollo...” Op. Cit., p. 221.

²⁷⁴ ULTRAMAR, 109. Medidas de Seguridad. Sobre que la Isla de Cuba se ponga en el estado de defensa y fortificación conveniente. 12 de julio de 1822.

exemplo, um representante do governo em Baracoa advertia o capitão general sobre a necessidade de observar atentamente a costa oriental diante das “circunstancias del día”, quais fossem, os “temores de los insurgentes que infestan toda esta parte del mar” com vários barcos.²⁷⁵ Um outro ofício, encaminhado ao rei em 1822, constatava o entorno pouco favorável e solicitava, diante das potenciais ameaças, a construção de uma fortaleza no centro do território insular que pudesse prevenir ataques e evitar transtornos:

Cedida las Floridas a los Anglos-Americanos, establecidas en Yucatán los independientes de México, dueños de Jamayca los Ingleses, y posesionado de todo Santo Domingo el presidente Boyer, se halla aquella preciosa porción de la Monarquía rodeada de enemigos, que han de aspirar á dominarla por su situación y riqueza, y por lo mucho que aun puede hacerla producir.

El hallarse establecida más de las dos terceras partes de la población de toda la Isla en la Habana, la desconfianza con que es preciso mirar á las gentes de color, la poca distancia de la parte oriental á la de Santo Domingo, separada por un canal de 14 ó 16 leguas, y el no haber en el centro de toda Isla fortaleza ó plaza alguna establecida de antemano, ni población en suficiente número para resistir á cualquier invasión, ya se verifique por la parte oriental, ó por las costas norte ó sur; presentan un estado de indefensión que debe fijar la atención de V.M., y proveer con prontitud á su más oportuno remedio.²⁷⁶

O'Reilly também expressou seu receio de que Cuba fosse vítima de ataques estrangeiros durante a conjuntura turbulenta de consolidação das independências no continente. Em carta particular de 1823, após a derrota de Morales na Venezuela, aventava a possibilidade de que Caracas voltasse “sus miras à esta Isla, bien sea para interceptar nuestro comercio, ó bien para vengarse del mal que dicen les ha hecho este país, por los auxilios que contra ellos ha prestado.” Em consonância com o que parecia ser uma reivindicação constante dos cubanos durante a convulsão dos anos que marcariam as independências da América espanhola continental, O'Reilly também pleiteava o estabelecimento de “fuerzas marítimas que guarden nuestras costas y que

²⁷⁵ CUBA, 1869. Exmo. Sr. Manuel de Castilla – Exmo. Sr. Capitán General de la Isla de Cuba, D. José de Cienfuegos. 7 de agosto de 1818.

²⁷⁶ ULTRAMAR, 109. Medidas de Seguridad. Sobre que la Isla de Cuba se ponga en el estado de defensa y fortificación conveniente. 12 de julio de 1822.

sean capaces de batirse con los enemigos” e a organização de “tropas que puedan transportarse con la velocidad necesaria de un punto á outro”.²⁷⁷

Contudo, o que parece ter constituído a maior fonte de preocupação foi a presença de emissários de Bolívar na ilha. Ainda que o historiador Ramiro Guerra y Sánchez acreditasse que o envio de representantes a Cuba fosse uma estratégia retórica do revolucionário para pressionar Fernando VII, usando a invasão à ilha como ameaça caso o rei não reconhecesse a independência dos territórios que ele pretendia “libertar”,²⁷⁸ evidências encontradas na documentação consultada sugerem os temores das autoridades locais eram bastante reais. Uma carta enviada a Escudero em abril de 1819 alertava para a possibilidade de que um representante de Bolívar estivesse na região com a missão de “atraer individuos á su partido por medio del dinero”. Embora reconhecesse que o relato poderia estar “equivocado”, a “naturaleza delicada” da matéria impelia o autor a comunicar imediatamente a autoridade local, quem, por sua vez, repassou a informação ao capitão general. Cienfuegos parecia não duvidar da veracidade da informação, pois respondeu, em ofício “muy reservado”, que “no sería cosa imposible que existiere aqui” algum agente disfarçado.²⁷⁹ Apesar de não terem sido encontrados documentos fazendo a ligação direta entre esse rumor e o ocorrido em Baracoa com os *apalencados* no mesmo ano, é possível que, na cabeça do capitão general, os eventos estivessem interligados, já que as coincidências geográficas (Baracoa está no Leste da ilha e fazia parte, à época, da jurisdição de Santiago de Cuba) e temporais (a presença do emissário foi mencionada apenas um mês antes) não podem passar despercebidas. A apreensão se justificava pelo perigo extremo que a associação entre revolucionários da Venezuela e Nova Granada e escravos de Cuba representaria à ordem insular, pois naquele mesmo ano Bolívar propusera extinguir o tráfico negreiro e emancipar os escravos engajados militarmente durante a criação da República da Colômbia, no Congresso de Angostura (fevereiro de 1819).²⁸⁰

²⁷⁷ ULTRAMAR, 113. O'Reilly al Sr. D. Tomás Gener, Diputado en Cortes. 14 de Septiembre de 1823.

²⁷⁸ GUERRA Y SÁNCHEZ, Op. Cit., p.265 e 277. Nesse ponto, Piqueras é mais bem sucedido em seu argumento, visto que oferece razões concretas que apontam para a improbabilidade de uma invasão. Os custos incalculáveis de tal operação e as incertezas quanto aos rumos de uma batalha em uma ilha repleta de escravos, além da conjuntura internacional, com a Inglaterra e os Estados Unidos a postos para assumir o domínio sobre Cuba caso a Espanha fracassasse, são todas razões plausíveis que corroboram a visão de Guerra y Sánchez. PIQUERAS, José A. “El ideário de una revolución frustrada: José Francisco Lemus y la libertad de Cubanacán” IN: *Ibero-Americana Pragensia – Suplementum*. N.19, 2007, pp. 211-221.

²⁷⁹ CUBA, 1869. Correspondencia del Gobernador de Santiago de Cuba con el Capitán General D. José Cienfuegos. 15 de abril de 1819 e 30 de abril de 1819.

²⁸⁰ A mobilização de escravos para o combate militar foi uma constante durante as guerras de independência da América espanhola, e a oferta de liberdade foi com frequência oferecida tanto por

Além disso, havia uma ligação clara entre o líder de uma grande conspiração separatista e revolucionários da Nova Granada. José Francisco Lemus conheceu alguns revolucionários neogranadinos em 1817, durante estadia na Filadélfia (à época, um importante centro de atividades maçônicas e revolucionárias), ocasião em que foi nomeado coronel do exército do Libertador; parece que esteve em Havana em 1820, tendo partido em seguida para a Espanha, onde mantinha contato com dois agentes de Bolívar.²⁸¹ Membro da loja maçônica que levava o sugestivo nome de *Soles y Rayos de Bolívar*, retornou à Cuba em 1822 com a incumbência de ativar uma revolução separatista na ilha. Quando julgou oportuno empreender a missão, valeu-se da imprensa para difundir sua intenção de criar uma república independente.²⁸²

“Salud. Independencia. Libertad.” Essa era a epígrafe de uma das proclamas que Lemus pretendeu oferecer aos cubanos em meados de 1823.²⁸³ A primeira página trazia uma lista dos problemas decorrentes da manutenção do governo espanhol, como “la venalidad y corrupción notória de toda clase de empleados, y más particularmente en los que ejercen la administración de justicia”; “el desorden frauduloso de la Hacienda pública”; “la impotencia del Gobierno español para defender nuestras costas”, a distância entre o centro de poder e a ilha, entre outros; a meditação a respeito desses “males que nos afligen, y aún por la de los que nos amenazan” havia motivado, dizia, a proclamação da independência. A segunda e terceira páginas ofereciam prognósticos positivos acerca do futuro da ilha sob o sistema republicano, além de evocar o exemplo da América continental como algo positivo, exceção na imprensa cubana:

Cubanacán: el orbe entero sabe que nuestra patria ha llegado ya al estado en que es inevitable su transformación política; que ella es el

realistas quanto por revolucionários como forma de obter o apoio da população de cor. Após retornar de seu exílio no Haiti, em 1816, Bolívar foi mais além na tentativa de cooptar escravos para seus exércitos, prometendo abolir a escravidão. Sobre a participação da população escrava nas guerras de independência, veja-se: BLANCHARD, Peter. *Under the flags of freedom. Slave soldiers and the wars of Independence in Spanish South America*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2008.

²⁸¹ As informações expostas nesse parágrafo estão baseadas, salvo exceções devidamente anotadas, em: GUERRA Y SÁNCHEZ, Op. Cit., e PIQUERAS, “El ideario de una revolución frustrada”, Op. Cit.

²⁸² BACHILLER Y MORALES, Op. Cit., Tomo III, p.193.

²⁸³ Não há data exata. O cabeçalho estampava em letras garrafais o nome do autor, e na linha imediatamente abaixo, os qualificativos “Natural de esta Isla de Cubanacán y gefe de las primeras tropas republicanas de su Pátria, a todos los habitantes de Ella.” De acordo com Bachiller y Morales, um total de três “proclamas subversivas” foram publicadas em Havana em 1823, mas sem indicação das datas. A mesma informação é oferecida por Piqueras, quem indica, ainda, que as três estão reproduzidas em: GARRIGÓ, Roque E. *Historia documentada de la conspiración de los Soles y Rayos de Bolívar*,. La Habana: Academia de la Historia de Cuba, 1929, 2 vols.; infelizmente, não se teve acesso a dita obra, pelo que se limitará, aqui, a fazer referência a apenas uma dessas proclamas, localizada no Arquivo General de Índias.

único medio de restablecer entre sus hijos la moral de las costumbres; de mejorar la administración pública [...]; y sabe y conoce, por último, el universo entero, que podemos asegurar nuestra existencia política por medio de la unión cordial y de una alianza sólida con todas las *nacientes repúblicas que afortunadamente nos han precedido* al fundamento del imperio de la razón, de la libertad y de las luces en este dichoso medio mundo.²⁸⁴

O conteúdo das outras duas era ainda mais ameaçador ao status quo insular. De acordo com Piqueras, a independência, fundamentada em princípios republicanos de governo, era apresentada como condição ao progresso; declarava a soberania popular e o intuito de estabelecer uma legislação baseada nas particularidades nacionais, a extinção das hierarquias e a adoção de critérios meritocráticos de reconhecimento. “La revolución que propone Lemus”, escreveu o historiador, “implica una transformación del estado político de la isla: de dominada a libre, es evidente, pero también supone una transformación de índole interna que comprende la forma de gobierno y posee patentes implicaciones sociales.” Ainda que não apresentasse propostas abolicionistas concretas, indicando apenas que uma futura Assembléia deveria discutir a questão, sustentava que os escravos eram “‘hijos de nuestro mismo Dios’ y, por lo tanto, participan de una igualdad natural”.²⁸⁵ O plano consistia em distribuir os impressos na data fixada (17 de agosto) e tomar as ruas de Havana, Matanzas e Puerto Príncipe munidos de armas e ensinamentos, na esperança de conquistar o apoio da população e de algumas unidades militares.²⁸⁶ A conspiração, porém, foi descoberta pouco antes e duramente reprimida pelo novo capitão general, Francisco Dionísio Vives, que assumiu o cargo naquele ano de 1823 (Mahy morrera no meio do ano anterior e era substituído interina e temporariamente por Sebastián Kindelán); tudo indica que as proclamas sequer foram distribuídas.²⁸⁷ O que sim circulou foi um impresso do punho de Vives que revelava a descoberta da trama, expunha seus objetivos e identificava os responsáveis:

[...] en los últimos días se ha empezado a sentir los síntomas de la existencia de una facción revolucionaria, que bajo el ostensible pretexto de conservar intacta la Constitución en caso de que la España sucumbiese, se dirigía directamente á trastornar el orden, estableciendo la independencia de esta Isla, y tratando de constituir un gobierno democrático con el nombre sonoro de república de

²⁸⁴ José Francisco Lemus. 1823. ULTRAMAR, 113. Fol. 260-261. Grifos meus.

²⁸⁵ PIQUERAS, “El ideario de una revolución frustrada”, Op. Cit, pp. 218.

²⁸⁶ Idem, p. 215.

²⁸⁷ “El esclavo que trabajaba en la imprenta de Miguel Oro sostuvo que parte de los impresos fueron repartidos. Sin embargo, el dueño del establecimiento insistió en afirmar que la edición íntegra fue entregada al cliente y se hallaba en los baúles que poco después fueron aprehendidos.” Idem, p. 217.

Cubanacán. [...] bien pronto tuve los datos necesarios, para que se procediese a la averiguación sumaria del delito, que encargué al Sr. Alcalde constitucional D. Juan Agustín Ferrety, cuya actividad y desvelos nada han dejado a desear á los buenos. Inmediatamente fue descubierto el impresor de la proclama y sus autores, resultando D. José Francisco Lemus y otros como principales actores de la rebelión.²⁸⁸

A proclama de Vives tinha, assim, a intenção de acalmar a ansiedade dos habitantes de Havana diante da descoberta da conspiração. Note-se que rebatia a utilização das nascentes repúblicas americanas continentais como exemplo positivo, voltando a expor a opinião assente na imprensa do período ao lembrar “las desgracias que están experimentando las provincias del continente Americano, entregadas hoy á todos los horrores de la anarquía”; advertia que a conspiração fora tramada por “un puñado de aventureros, hombres vagos y sanguinarios, [que trataron] de envolvernos en la misma revolución á que condujo á aquellas el espíritu de novedad y los falaces principios en que fundaron sus seductoras doctrinas”.²⁸⁹ Com efeito, Vives acreditava que esse “espíritu de novedad, las falaces doctrinas y los principios democráticos desenvueltos en las discusiones de los Cuerpos representativos de las diferentes repúblicas que se constituyen en el Continente” tinham cumprido papel fundamental para que “jóvens” e “ingênuos” tomassem parte na conspiração, conforme escreveu em ofício enviado ao secretário do Ultramar em 28 setembro.²⁹⁰ Desde junho ele vinha alertando para os perigos de investidas dos revolucionários americanos em Cuba, em especial por conta do desenrolar dos acontecimentos na Península - como no período constitucional anterior, os eventos que tinham lugar na Espanha influíam diretamente nos territórios americanos, e em 1823 não foi diferente. Os esforços franceses (agora sob a Casa de Orleans) para restaurar a monarquia absolutista de Fernando VII foram interpretados no ultramar como um sinal de declínio do constitucionalismo, e os líderes dos movimentos republicanos na América se aproveitaram disso para fomentar um levante em Cuba. “Las noticias de la entrada del ejército Francés por [ilegível] el día 7 de abril”, dizia Vives em 28 de junho,

han llegado á esta Plaza por diferentes conductos [...], rectificando la opinión demasiado divergente en una Ciudad como *la Habana rodeada por todas partes del Continente Americano, entregado hoy à*

²⁸⁸ Don Francisco Dionísio Vives. 20 de agosto de 1823. ULTRAMAR, 113. Fol. 267-268.

²⁸⁹ Ibidem.

²⁹⁰ ULTRAMAR, 113, N.117, Fols.271-278.

*todos los horrores de la revolución y de la anarquía. Los perturbadores del orden procuran en tales circunstancias sacar partido de las ocurrencias de la Península, abultando maliciosamente los progresos de las armas francesas, aumento de facciosos, cortos recursos del Gobierno para repeler la agresión, defección general de los pueblos del Sistema Constitucional y todas cuantas especies puedan contribuir à preparar los animos, para dar el grito de independencia; con el aparente y laudable pretexto de que hallándose la España bajo la dominación extranjera no deben obedecerse sus ordenes considerándola à merced de aquella, ó como victima de una facción desorganizadora = Jamás puede presentarse á los agentes de México y Costa Firme una ocasión tan apropiada para realizar sus planes de insurreccionar esta Isla; porque exaltando el patriotismo y amor á la Constitución, desacreditando el Gobierno y á las autoridades, presentando como inevitable el triunfo de la Francia, calculando el resultado por las ventajas conseguidas en las primeras operaciones de la campaña y la ninguna resistencia de nuestra parte, lograrán, de este modo, abusando de los nombres más sagrados, alucinar á la multitud para el logro de sus siniestros fines.[...] Las diversas sociedades secretas entre las que hay una divergencia muy marcada, particularmente entre la nuevamente establecida, según se dice, por un oficial de la Armada Nacional y otra que llaman del Sol, en la que, se asegura, se presta el juramento de independencia, ó muerte [...]*²⁹¹

Apesar de delatada e exemplarmente reprimida,²⁹² a conspiração de *Soles y Rayos de Bolívar* constituiu a principal preocupação de Vives naquele ano, não apenas pela amplitude do movimento - entre Havana, Matanzas e Puerto Príncipe, foram 600 pessoas processadas e outras 200 acusadas²⁹³ - mas, principalmente, por despertar temores que remetiam novamente ao Haiti, já que “los rebeldes en su furor habían contado con los negros [...] y para el día, que ya estaba señalado, debían asesinar à sus amos”²⁹⁴. Com efeito, a maioria dos apoiadores, ainda segundo o capitão general, eram lavradores do campo “y gente de color, seducidos por algunos Alcaldes, Regidores y vecinos de igual categoria”²⁹⁵.

Cubanacán articulava em um único projeto todos os perigos que ameaçaram a ordem cubana no início do século XIX: revolução liberal, constituição, república independente da Espanha e fim da escravidão. Era um projeto verdadeiramente distinto

²⁹¹ ULTRAMAR, 113. Carpeta N.3 – Expediente sobre la causa de la conspiración descubierta en el año 1823, Fols. 251-391. O ofício de 28 de junio compreende os Fols. 258-259. Grifos meus.

²⁹² Lemus foi perseguido e preso naquele mesmo mês. Segundo Piqueras, o líder foi enviado a Sevilha para cumprir pena, de onde escapou da prisão, refugiando-se em Gibraltar e posteriormente em Nova Iorque, Filadélfia e, finalmente, México. Neste último teria participado da fundação da Junta Promotora de la Libertad Cubana, em 1825. “El ideario de una revolución frustrada”, Op. Cit., p. 216.

²⁹³ Idem, p. 214.

²⁹⁴ ULTRAMAR, 113. Carpeta N.3 – Expediente... N.78, 1º de septiembre de 1823 Fols. 265-266.

²⁹⁵ Idem. N.117, Fols.271-278.

daquele defendido pela sacarocracia, no qual o liberalismo – ao contrário da instrumentalização feita pelos *piñeristas* – serviria de base para a criação de uma república nos moldes das que vinham surgindo no continente americano, na qual os negros poderiam ser incorporados em pé de igualdade. Essa alteração radical da ordem não seria feita de forma pacífica, visto que a composição social da ilha levaria irremediavelmente a outro dos grandes temores: a guerra racial. Isso fica explícita na correspondência de 1º de setembro:

La Isla entera habría sido un teatro de incendios, asesinatos y de horrores y de prospera y feliz, se hubiera visto de repente como la de Santo Domingo, entregada à las facciones sanguinarias, partidos y desordenes consiguientes à la más horrorosa anarquía. *En cualquiera otro país son menores, o no tienen comparación con los peligros que traen consigo las conspiraciones porque no hay esclavos; pero en la Habana en que el numero de negros es igual al de los blancos no terminaría la revolución sino con el exterminio de uno ni otro partido* llevando aquellos la ventaja de la sorpresa y de que su mismo interés los hace más unidos: tampoco escaparían los autores de la rebelión porque los negros los hubieran inmolado después de su seguridad, con los mismos puñales con que los armaron para asesinar à sus hermanos.²⁹⁶

Preocupação semelhante expressava O'Reilly, que ao escrever uma carta particular a Tomas Gener Bohigas, deputado cubano nas Cortes em 1823, dizia que a conspiração fora descoberta “milagrosamente”, mas que a mera tentativa de sua execução teria “sepultado [a ilha] entre ruínas era tal el numero de comprometidos, y los pasos que habían dado y confruto[sic] con la gente de color, que aunque no se hubiese realizado sus planes, siempre hubieran sido quemadas nuestras haciendas, y la mortandad grande”.²⁹⁷ A única coisa que trazia alguma segurança, tanto ao capitão general quanto a O'Reilly, era o fato de que a classe senhorial continuava leal ao rei. Este esclareceu a seu interlocutor que “no había en el complot ninguna persona visible ni de recursos”²⁹⁸, corroborando o informe daquele ao secretário do Ultramar:

[...]sin embargo, no han podido seducir con todas sus arterias y misterios sino á muchos jóvenes, hombres del Campo y algunos negros con quienes contaban para dar el grito de independencia, sin

²⁹⁶ Idem. N.78, 1º de septiembre de 1823 Fols. 265-266. Grifos meus.

²⁹⁷ ULTRAMAR, 113. Carpeta N. 2 - Correspondencia privada de O'reilly, y Juan Tirry con Tomás Gener y Félix Llanos. Fols 234-250.

²⁹⁸ Idem.

que hasta ahora á pesar de las infinitas declaraciones tomadas, se haya descubierto la menor complicidad en los honrados propietarios y personas de juicio que tanto abundan en esta Isla, y de quienes he recibido continuamente las pruebas más positivas de fidelidad a la Nación, adhesión al gobierno de S.M. y amor al orden, por que [...] conocen que la menor intranquilidad pondría término à la prosperidad de la Isla [...]²⁹⁹

A fidelidade da oligarquia *criolla* ao governo metropolitano seguia pautada, portanto, pelos riscos que uma insurreição representava “à prosperidade da ilha”, baseada na exploração do trabalho escravo e na produção em larga escala de produtos agrícolas. O aprofundamento das tensões políticas nos territórios do continente e a consolidação das independências eram preocupantes, pois podiam estimular muitos, em Cuba, a aderir a movimentos subversivos, como foi o caso do grupo cooptado pelos *Soles y Rayos*. Assim sendo, não surpreende que a imprensa periódica publicada na ilha não tenha alterado a maneira de reportar as notícias relativas à América espanhola.

A tabela abaixo mostra os periódicos publicados em Cuba durante o Triênio liberal que trouxeram alguma informação sobre os movimentos de independência:

Tabela IV: As insurgências nos periódicos cubanos, 1820-1823.

Periódico	Nova Granada	Nova Espanha	Porto Rico	Rio da Prata	Total por periódico
Gaceta de la Habana 1822-1823 (61)	-	1	-	-	1
El Observador de la Isla de Cuba 1819-1822 (207)	6	-	-	-	6
Indicador Constitucional 1821-1823 (12)	-	1	-	-	1
Gaceta Constitucional de Puerto Principe 1820-1834(21)	1	-	-	-	1
Periodico Nacional de Santiago de Cuba 1822 (60)	-	3	-	1	4
Redactor General 1823 (2)	-	-	1	-	1
Noticioso Mercantil 1821-1823 (10)	-	1	-	-	1
Total por região	7	6	1	1	[15]

* Os números entre parênteses se referem ao total de exemplares consultados de cada título, disponíveis nas instituições espanholas onde foi realizada a pesquisa documental.

²⁹⁹ ULTRAMAR, 113, N.117, Fols.271-278.

A primeira informação relevante que se depreende dos dados acima expostos é a frequência significativamente menor com que a imprensa cubana se ocupou dos assuntos continentais no segundo interlúdio constitucional. Dentro do corpo documental consultado, foram apenas quinze artigos relacionados ao tema, número inferior aos trinta e cinco encontrados para o primeiro período.³⁰⁰ A cifra se torna proporcionalmente ainda menor se comparado ao total de títulos publicados em um e outro período: entre 1810 e 1814, foram vinte e nove (dos quais dezessete puderam ser consultados), contra, pelo menos, trinta e nove entre 1820 e 1823. Uma possível explicação para isso pode ser encontrada na maior complexidade, no segundo momento, das questões políticas no interior da ilha, que teria ensejado publicações dedicadas a pautas exclusivamente locais (como no caso do *El Español Libre* e do *El Americano Libre* vistos anteriormente). Por outro lado, o estágio avançado dos movimentos pela independência pode ter inibido a imprensa de noticiar a respeito, fosse pela incidência menor de batalhas decisivas, fosse por uma ação deliberada em bloquear informações. De fato – e essa é a segunda informação que salta à vista – quase nada se publicou a respeito do Cone Sul, onde a situação era menos conflituosa do que na Nova Granada ou Nova Espanha. Afinal, a independência da região ficou praticamente garantida após a revolução liberal na Península, pois as tropas destinadas a reconquistá-la foram as que se rebelaram contra o poder absoluto de Fernando VII.³⁰¹

A única notícia veiculada sobre a região platina apareceu no Periódico Nacional de Santiago de Cuba, em 25 de setembro de 1822, e se referia ao Paraguai. A nota estava dedicada a desmentir a crença difundida na Europa de que José Artigas³⁰² tivesse sido preso e executado pelos portugueses, informando que, ao contrário, seguia vivo, embora sem condições de exercer a influência de outrora.³⁰³ De modo semelhante, nada se encontrou com relação ao Vice Reino peruano. José de Abascal, o vice rei responsável pela repressão à insurgência no subcontinente no primeiro período liberal, voltou à Espanha em 1816, e, apesar de algumas insurgências localizadas, logrou deixar

³⁰⁰ Ver Tabela III, capítulo 2, p. 66

³⁰¹ ANNA, “A independência do México e da América Central”, Op. Cit., p. 108. Com isso não se pretende sugerir que o processo de independência do Rio da Prata não tenha experimentado conflitos, pois eles existiram – especialmente entre Buenos Aires e a Banda Oriental. Mas, ao contrário da costa caribenha da América do Sul, da América Central e da Nova Espanha, que seguiram com intensos conflitos até meados da década de 1820, a região platina assegurou mais prontamente a ruptura com a Espanha. Para detalhes, ver: BUSHNELL, Op. Cit., especialmente pp.146-160.

³⁰² José Artigas, nomeado tenente-coronel pela junta de Buenos Aires, liderou várias vitórias contra os exércitos espanhóis nos anos iniciais da insurgência. Combateu, igualmente, as tropas portuguesas que invadiram a Banda Oriental, embora com menos sucesso.

³⁰³ “Noticias del Paraguay”. Periódico Nacional de Santiago de Cuba. N. 69, 25 de septiembre de 1822.

aquela unidade político territorial como um bastião seguro do realismo.³⁰⁴ A situação se alterou em 1820, com a abertura de um novo período constitucional espanhol. A conjuntura instável na Península inviabilizava, como se apontou acima, o envio de força militares para a América, e os partidários da independência se valeram disso para garantir seus avanços. Assim, em 1820, San Martín desembarcou em Pisco como 4.500 homens, e esperou pacientemente as reações. Em julho do ano seguinte, as autoridades espanholas se retiraram voluntariamente de Lima, e San Martín ocupou a capital, proclamando a independência em 28 de julho de 1821.³⁰⁵

Nesses casos, porém, outro fator deve ser considerado na interpretação da ausência de notícias: é possível que a maior dificuldade de comunicação entre aqueles territórios e a ilha de Cuba tenha inviabilizado o acompanhamento dos eventos, pois tampouco se encontraram referências aos eventos da região na correspondência examinada. Diferentemente, Nova Espanha e Nova Granada apareceram com maior frequência nos jornais cubanos, tal como no período anterior. A intermitência dos conflitos nesses lugares e a proximidade com Cuba ajudam a explicar isso. No caso neogranadino cabe considerar, para além do fator geográfico (que obviamente contribuía para criar uma dinâmica fluida na região caribenha), a possibilidade de que os cubanos nutrissem maior interesse pelo território por conta das semelhanças demográficas. Assim, tomando o Vice Reino da Nova Granada como unidade de observação no que tange ao desdobramento da ação revolucionária em uma sociedade com forte presença de escravos, os cubanos podiam traçar prognósticos acerca do que poderia ocorrer em Cuba caso as coisas caminhassem para a ruptura com a metrópole. Embora isso não tenha aparecido de forma direta na imprensa, as correspondências apontavam nesse sentido ao abordarem as conspirações tramadas na ilha, que, conforme exposto acima, tiveram influência de neogranadinos (“sola intentada [a conspiração] nos

³⁰⁴ As revoltas que ocorreram foram, em sua maioria, por conta da insatisfação com os altos impostos e “contribuições especiais”, cobranças exigidas dos habitantes do Peru para suprir os altos gastos militares envolvidos nos combates à insurgência. De fato, as forças peruanas participaram ativamente na repressão dos movimentos independentistas, em especial no Chile, o que David Bushnell considera “uma expressão do papel que o Peru desempenhou de base principal da força realista na América do Sul espanhola durante a maior parte das lutas em favor da independência.” BUSHNELL, Op. Cit., p.159(citação) et seq.

³⁰⁵ BUSHNELL, Op. Cit., pp.161-163. Apesar disso, a ausência de transformações desmotivou San Martín, que abandonou o Peru após reunir-se com Bolívar, em um episódio ainda hoje controverso. O fato é que a ofensiva final no Peru veio com Bolívar em 1824, sendo que o último destacamento espanhol que ainda resistia se entregou em janeiro de 1826, data considerada como o término da guerra na América do Sul. Idem, p.174.

hubiera sepultado entre ruinas”, vaticinava um O’Reilly preocupado³⁰⁶). Assim mesmo, o que se publicou na imprensa não deixa de ser interessante, pois é possível notar uma diferença na forma de se referir a Bolívar depois do armistício assinado com as forças espanholas, em novembro de 1820.

Como se apontou no capítulo anterior, a restauração absolutista em 1814 impulsionou o avanço das forças realistas na Nova Granada, com o envio de tropas por parte do rei, desejoso de restabelecer o domínio sobre os territórios insurrectos da América. Além de contribuir para a derrota da Primeira e da Segunda República (1813 e 1814, respectivamente), o exército expedicionário sob comando de Morillo, com cerca de 10.00 homens, teve um impacto considerável na dinâmica da guerra. Antes de sua chegada, o recrutamento de escravos e de homens livres de cor, que engrossavam as fileiras do exército realista em troca da cidadania espanhola nos termos da Constituição de 1812, tinha sido decisivo para os sucessos militares.³⁰⁷ Mas, com a chegada do forte contingente peninsular, não havia necessidade de recrutar essa população, eliminando a motivação primordial dos escravos para que apoiassem os realistas.³⁰⁸ Já Bolívar se deu conta, durante seu exílio no Haiti, da importância de cooptar a população cativa e os livres de cor para seu exército, e passou a fazer apelos nesse sentido ao retornar em 1816, acenando com uma possível extinção do tráfico negreiro e abolição da escravidão.³⁰⁹ A conjunção entre o alargamento do número de combatentes do lado patriota e o ambiente favorável criado pelo descontentamento com o realismo levaram a importantes vitórias dos revolucionários.³¹⁰ Pouco a pouco os patriotas conquistavam territórios e, com eles, recursos humanos e materiais que auxiliavam na sustentação da guerra. Em agosto de 1819, a importante vitória na Batalha de Boyacá possibilitou a entrada em Santa Fé de Bogotá, a que se seguiu o Congresso de Angostura, que

³⁰⁶ ULTRAMAR, 113. Carpeta N. 2 - Correspondencia privada de O’reilly, y Juan Tirry con Tomás Gener y Félix Llanos. Fols 234-250.

³⁰⁷ Cf. BLANCHARD. O autor sugere que a participação de pardos e escravos nas tropas comandadas por José Tomás Boves foram centrais para a derrota da Segunda República, em 1814. Op. Cit., p.29.

³⁰⁸ Idem, especialmente capítulo 4 “Changing loyalties in the North”.

³⁰⁹ Idem, p.66. Apesar disso, a liberdade continuou sendo conferida apenas em troca de serviços militares, sem a abolição efetiva da escravidão enquanto instituição. A historiografia já especulou a respeito das causas que levaram Bolívar a utilizar a abolição como retórica, e parece que a obtenção do apoio do presidente do Haiti, Boyer, teve papel significativo. BUSHNELL, Op. Cit., p. 165.

³¹⁰ Bushnell argumenta que as execuções, confiscos, banimentos, aumento de impostos e alistamento militar obrigatório experimentados na Nova Granada sob o comando de Morillo fez com que o general se tornasse bastante impopular, oferecendo um ambiente favorável a Bolívar e sua causa. Op. Cit., p. 167.

proclamou união de todos os territórios do vice-reino da Nova Granada em uma única nação: a Gran Colômbia (17 de dezembro de 1819).³¹¹

Nada disso apareceu na imprensa periódica cubana que se pôde consultar. Pelo contrário, até esse momento seguiu-se a lógica de reportar os eventos em tons favoráveis à causa realista (e, portanto, crítica aos insurgentes), do que dá prova, por exemplo, essa nota publicada no *El Observador de la Isla de Cuba* de 7 de dezembro de 1819:

Noticias dadas por D. Pedro Obregob que acaba de llegar de Sta. Marta el 2 de diciembre. Este sujeto declara que salió de Santa Marta el 20 de Noviembre y por la llegada del correo de tierra adentro, vino la noticia cierta de la derrota de Bolívar en Cúcuta por el general La Torre con pérdida de mil muertos, y muchos heridos de parte de dicho Bolívar, con más de setecientos hombres que se pasaron á nuestra bandera.

Se halla Bolívar sitiado en Cúcuta, y según toda probabilidad, no puede escaparse de los generales Morales y Morillos, que comandan los Ejércitos españoles.

Declara también que varias personas que habían emigrado del Reino por el temor de estos briganes[sic], han vuelto á sus casas otra vez.

Bolívar no perdona á ningún realista, y pasa por las armas todos los que caen en sus manos, viejos, muchachos, mujeres etc.³¹²

Mesmo em uma conjuntura de proeminência dos exércitos revolucionários, uma pequena vitória dos realistas era suficiente para prever a derrota de Bolívar (“según toda probabilidad, no puede escaparse de los generales Morales y Morillos”), derrota essa que parecia ser benéfica para a Nova Granada, já que, segundo o relato, significava o retorno a uma situação de normalidade e segurança, permitindo que aqueles que haviam emigrado por conta dos conflitos retornassem à suas casas. Significava, por extensão, o fim das atrocidades de Bolívar, implacável em sua luta contra os realistas, sem perdoar nem mesmo “viejos, muchachos, mujeres”.

Na verdade, a busca pela normalidade vinha sendo tentada pelas autoridades espanholas desde que a revolução liberal alterara a ordem na Península. O novo governo estava preocupado em negociar a paz na região e, em junho daquele de 1820, o general Morillo recebeu instruções para libertar os prisioneiros de guerra e dar início ao diálogo

³¹¹ Idem, p. 168. Apontamentos sobre como a Constituição de Angostura contribuiu para a militarização da sociedade em: THIBAUD, Clément. “La Constitución de Angostura, la República de Colômbia y el instrumento militar”. In: *República en armas*. Op. Cit., pp.430-434.

³¹² El Observador de la Isla de Cuba. N. 83, 7 de diciembre de 1819.

com os oponentes, “quienes ya no debía llamar ‘insurgentes’”.³¹³ Após negociações, concluídas em Trujillo entre 25 e 26 de novembro daquele ano, ficou estabelecido um armistício de seis meses, acordo selado com um aperto de mãos entre o general espanhol e o próprio Bolívar em Santa Ana poucos dias depois.³¹⁴ O tratado foi noticiado em janeiro em Cuba pelo mesmo periódico que, pouco menos de um mês antes, noticiara a derrota iminente de Bolívar. Mais significativo do que isso, contudo, é que a ressalva com relação ao modo de se referir aos combatentes, não mais “insurgentes”, parece ter ecoado também na ilha, embora não se possa confirmar que tenha sido por recomendação oficial. É notável que o exemplar de 3 de janeiro de 1821 não apresentasse nenhum adjetivo negativo para se referir ao líder revolucionário e, embora se tratasse de excertos de outras fontes, nada impedia os editores do *El Observador de la Isla de Cuba* de suprimir trechos ou incluir algumas linhas introdutórias. Em lugar disso, o primeiro (referenciando a Gazeta de Santomás) dizia apenas que o armistício fora firmado em Santa Ana e que, apesar de mantido em privado, acreditava-se que tinha por base o restabelecimento da paz. O segundo, retirado de uma carta particular de Puerto Cabello, comunicava que

El 27 ultimo [dezembro de 1820] por la mañana el general Bolívar acompañado de su plana mayor encontró á nuestros comisionados en el cuartel general de Morillo. Los generales se abrazaron en el modo más afectuoso, y manifestaron al más amargo pesar por la inocente sangre que se había derramado en Venezuela, y después fue reconocida por el general Bolívar la Constitución española.³¹⁵

Além da ausência das costumeiras referências pouco lisonjeiras, a carta mostrava o lado humano de Bolívar ao manifestar seu “amargo pesar” pelo derramamento de sangue de que fora responsável nos últimos dez anos. Seu reconhecimento da Constituição espanhola também parece que dava mostras de sua repentina amabilidade e desejo de encerrar os confrontos quando, na verdade, fazia parte da estratégia de negociação do novo governo constitucional pela paz: o cessar fogo dos insurgentes seria recompensado com uma anistia geral e o reconhecimento da carta constitucional gaditana³¹⁶, algo que, acreditava-se na Espanha, era suficiente para contentar as aspirações liberais dos americanos. Além de trazer algum respiro a um território

³¹³ THIBAUD, Op. Cit., p. 474.

³¹⁴ Idem., p.475.

³¹⁵ El Observador de la Isla de Cuba. N. 1, e de enero de 1821.

³¹⁶ THIBAUD, Op. Cit., p. 472.

profundamente marcado pela violência por uma década, a assinatura de um armistício tinha uma transcendência política considerável, pois reconhecia os “rebeldes como beligerantes e iguais”.³¹⁷ Na prática, isso implicava reconhecer, por um lado, a fraqueza da Espanha e, ao mesmo tempo, o caráter nacional da guerra. “Al aceptar la existencia de ‘colombianos’ en el territorio del Rey,” escreveu Clément Thibaud, “los realistas reconocen al conflicto su dimensión de emancipación nacional y, correlativamente, su carácter de guerra nacional.”³¹⁸ Descontente com a maneira com que os eventos se desenrolaram, Morillo renunciou pouco tempo depois de firmado o acordo, e foi substituído por Miguel de la Torre.

Em maio de 1821, o mesmo *Observador* anunciava, em um suplemento, que Cartagena estava “bloqueada de los insurgentes por mar y tierra”, rompendo o tratado de que o término prematuro do cessar fogo deveria ser precedido por notificação oficial com quarenta dias de antecedência.³¹⁹ Note-se, para além do reaparecimento do termo “insurgentes”, a completa falta de menção ao fato de que fora o representante espanhol quem primeiro retomou as hostilidades, quebrando o que fora estabelecido no ano anterior. Diante da infração, Bolívar retrucou energicamente com uma ofensiva em Carabobo (junho de 1821), considerada a última batalha da Nova Granada. Os realistas, derrotados, se retiraram a Puerto Cabello, onde resistiram até 1823. Bolívar entrou em Caracas em 29 de junho de 1821, e um Congresso constituinte se reuniu em Cúcuta, na fronteira entre a Nova Granada e a Venezuela. Embora não tenha perdurado, a Gran Colômbia contou com incorporações posteriores (como o Panamá, em novembro, e o que atualmente corresponde ao Equador, no ano seguinte), livre de qualquer dominação espanhola. Terminada a “libertação” do norte da América do Sul, Bolívar se concentrou nas últimas investidas contra o Peru e, em janeiro de 1826, os espanhóis que ainda resistiam se entregaram, pondo fim à guerra no subcontinente.³²⁰

Os efeitos da revolução liberal espanhola de 1820 na Nova Espanha foram distintos. Timothy Anna argumenta que a restauração da constituição foi recebida no Vice Reino como “uma prova final da irrelevância do rei e da metrópole e deu origem, assim, aos atos finais da independência.”³²¹ Diante da instabilidade política na Península e das medidas autoritárias das Cortes, que se negavam a conceder uma

³¹⁷ BUSHNELL, Op. Cit., p. 169.

³¹⁸ THIBAUD, Op. Cit., p.469.

³¹⁹ Suplemento al Observador de la Isla de Cuba del día 9 de mayo de 1821.

³²⁰ BUSHNELL, Op. Cit., p.174.

³²¹ ANNA, “A independência do México e da América Central”, Op. Cit., p. 108.

representação igualitária aos americanos e ignoravam suas demandas por autonomia e liberalização comercial, os súditos novo-hispanos passaram a apoiar muito mais a constituição do que as próprias Cortes.³²² Esse clima era propício a projetos políticos que postulassem a ruptura com a metrópole sem comprometer a Constituição, e foi exatamente isso que Agustín de Itúrbide apresentou a seus compatriotas em fevereiro de 1821. O Plano de Iguala propunha converter a Nova Espanha em uma monarquia católica constitucional regida, inicialmente, pela carta gaditana de 1812 e tendo Fernando VII (ou algum de seus irmãos) como imperador. As cortes mexicanas seriam convocadas para escrever uma nova constituição, sempre preservando a Igreja católica e a independência.³²³ A rebelião que se seguiu ao pronunciamento do plano derrubou o governo colonial em poucos meses; em 5 de julho, um motim de tropas peninsulares depôs o vice rei e, apesar do envio de um substituto, a insurgência não podia mais ser contida.³²⁴

A única notícia a respeito encontrada na imprensa cubana daquele ano de 1821 se reportava aos eventos imediatamente anteriores à queda do vice rei, quando a iminência de combates na capital motivou a convocação de “tropas de confianza” para fazerem frente às tropas “del país, [... que] están decididos por la independencia”. O artigo em questão publicava uma carta particular escrita em Veracruz no dia 10 de junho, e a nota introdutória, redigida pelos editores, esclarecia que o objetivo era

comunicar á nuestros subscriptores para que formen una idea exacta de las desgracias que sufren aquellos países, por haberse dejado arrastrar del perverso influjo de los hipócritas serviles que presentándose como *amigos del pueblo*, solo conspiran á abatirlo y encadenarlo al carro del despotismo pasado.³²⁵

A carta em si tampouco se preocupava em disfarçar a opinião do autor com relação ao que estava ocorrendo, descrito como um “grave mal”, “cuadro triste que presenta hoy este desgraciado país”. Opinião que a imprensa cubana parece ter endossado, já que as demais menções mantiveram a tônica negativa com expressões como “estado vacilante y triste en que se halla aquel desgraciado país”.³²⁶

³²² Idem, pp.110-111.

³²³ Ibidem.

³²⁴ Idem, pp.112-113.

³²⁵ Noticioso Mercantil. N.3523, 29 de junio de 1821.

³²⁶ Gaceta de la Habana, N. 2, 4 de junio de 1822.

Configurada a independência da Nova Espanha em setembro de 1821, outros territórios da América Central proclamaram-se também livres do domínio espanhol e foram incorporadas ao Império mexicano.³²⁷ No ano seguinte, Itúrbide se tornou imperador. O *Noticioso Mercantil* publicou, mais uma vez, cartas que relatavam os acontecimentos do (agora antigo) Vice Reino, como a que reimprimiu o *Periódico Nacional de Santiago de Cuba* em abril de 1822, nas quais se alude ao rumo despótico de Itúrbide: “El pueblo ha recibido el desengaño mas provechoso: se le dijo que sería libre, y es victima de los caprichos de Iturvide: creyó ser rico, y sufre una miseria que no había conocido hasta ahora.”³²⁸ Alguns meses depois, o periódico santiaguino referiu-se a Itúrbide como “pseudo emperador de México”³²⁹ na nota que precedia a tradução de notícias do *Daily Advertiser* (Filadélfia). O imperador, de fato, enfrentava resistências e descontentamentos, especialmente dos territórios da América Central incorporados à força ao México. Em uma manobra nada liberal dissolveu o congresso, provocando um levante que o forçou a abdicar em março de 1823. Itúrbide se retirou então para a Itália e, em seguida, Inglaterra, e quando retornou ao México, em 1824, foi preso e executado. A América Central se separou do Império Mexicano, que logo deu lugar a uma República Federativa.³³⁰

O que o episódio da sonhada República de Cubanacán explicita é a interconexão dos eventos que envolveram o mundo iberoamericano entre 1807 e 1823 e, de forma mais significativa para aquilo que se pretendeu abordar nesse capítulo, a construção da América independente como um exemplo que influenciou incisivamente sobre o destino da ilha de Cuba. A América espanhola – de insurgente a independente – constituiu um *espaço de experiência*³³¹ a partir do qual os cubanos pensaram seu futuro, fosse como

³²⁷ ANNA, Op. Cit., p.113.

³²⁸ Periódico Nacional de Santiago de Cuba. N. 23, 17 de abril de 1822. Segundo a nota que precede a carta, esta foi publicada originalmente no Noticio Mercantil N. 3741, exemplar que, infelizmente, não foi possível localizar.

³²⁹ Periódico Nacional de Santiago de Cuba. N. 68, 21 de septiembre de 1822.

³³⁰ ANNA, Op. Cit., pp.116-117.

³³¹ Partindo do conceito de *experiência* desenvolvido por R. Koselleck, João Paulo Pimenta referiu-se, em sua tese de doutorado, à América espanhola como um *espaço de experiência* para o universo político luso-americano que ele pretendeu examinar. Utiliza-se o termo, aqui, em sentido análogo para o universo político cubano. PIMENTA, *O Brasil e a América espanhola*. Op. Cit; KOSELLECK, Reinhart. “‘Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativa’: duas categorias históricas”. In: *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2006, pp.305-327.

um modelo a ser seguido (no caso da conspiração dos *Soles y Rayos de Bolívar*), fosse como exemplo daquilo que deveria ser evitado – e aqui a imprensa periódica parece ter tido um papel relevante, visto que noticiava sobre os eventos em tons de crítica, desaprovação ou mesmo enunciando as “desgraças” alheias. Nesse segundo caso, ou seja, no caso em que o processo de ruptura com a Espanha e consolidação das independências foi utilizado com caráter negativo, a escravidão foi o elemento determinante para a construção do prognóstico e delineamento do caminho a ser seguido. Era evidente para a classe senhorial e para os capitães gerais que qualquer distúrbio poderia ocasionar um novo Haiti, e por isso esses dois atores se uniram em uma longa parceria que evitou por décadas a independência de Cuba. No fim das contas, o papel chave do silêncio da imprensa sobre a escravidão e as críticas aos movimentos de independência combinaram-se em uma política de censura que foi bem sucedida em evitar a politização dos egressos do cativeiro e em manter a ordem colonial.

Considerações finais.

O projeto que deu origem a essa dissertação de mestrado esteve amparado em um objetivo imediato que vale a pena ser retomado, à luz dos resultados encontrados, nessas considerações finais. A fim de entender a continuidade da condição colonial de Cuba no contexto de dissolução do Império espanhol, a ideia era analisar as notícias que, por meio da imprensa periódica, circularam na ilha, tomando por base duas temáticas centrais: *i)* as lutas empreendidas na América espanhola após a ocupação napoleônica da península europeia que levariam à independência da maior parte desses territórios; *ii)* a escravidão negra. A consulta às fontes documentais revelou detalhes importantes que, se não estiveram suficientemente explicitados anteriormente, devem agora ser enfatizados.

Em primeiro lugar, foi possível observar uma tendência clara em reportar-se aos eventos revolucionários do continente em tons negativos, desqualificando as lideranças insurgentes e os projetos que caminhavam para um rompimento político com a metrópole; ao mesmo tempo, nota-se uma louvação dos sucessos realistas que buscavam manter a ordem em um mundo sacudido por revoluções, deposições dinásticas e lutas por soberania mesmo nos casos em que representavam conquistas menores. Isso foi observado em todas as publicações periódicas a que se teve acesso. A única exceção foi encontrada em um impresso (não periódico) publicado em 1823 que sequer circulou, mas no qual se expunha as pretensões do autor de transformar Cuba em uma república independente. A *Cubanacán* proposta por Lemus (caso analisado no capítulo 3) encontrava uma das razões de ser, segundo seu defensor, na localização da ilha, “rodeada de los acontecimientos políticos de todo el continente americano, que habiendo tomado por norte la más ilustrada razón, se encuentra hoy emancipado y constituido de una manera sublime”.³³² Apesar de a conspiração ter contado com grande número de adeptos em vários pontos da ilha, a prisão de seus líderes desmobilizou o movimento, e nenhuma outra evocação do exemplo positivo das repúblicas americanas veio à luz.

O segundo dado empírico extraído da documentação diz respeito ao modo como a escravidão apareceu nos periódicos: amplamente difundida em seu aspecto comercial e praticamente inexistente em termos de crítica, de debate, enquanto pauta para discussões de qualquer tipo. Esse silêncio, chocante em uma sociedade tão permeada

³³² José Francisco Lemus. 1823. *ULTRAMAR*, 113. Fol.260-261

pela instituição escravista como a cubana, deu origem, primeiro, a uma frustração (por apontar uma possível falha da hipótese inicial, dado que a ausência de referências poderia inviabilizar a problematização desse ponto na pesquisa) e, logo, a uma inquietação. Como, afinal, era possível que a sociedade cubana se eximisse de discutir pública e politicamente na imprensa a escravidão?

Para a compreensão desse problema, ferramentas importantes foram proporcionadas pela leitura da obra de João Pedro Marques, na qual o autor se debruçou sobre o aparente silêncio da sociedade portuguesa do século XIX a respeito da questão abolicionista. Segundo suas constatações, o silenciamento da questão na esfera pública portuguesa engendrara uma visão equivocada de ausência de sentimentos a respeito do fim do tráfico na história e na historiografia portuguesas, interpretação baseada, de um lado, pela inexistência de instituições organizadas em torno da causa abolicionista (ou mesmo antiabolicionista) e da escassez de um debate público sobre o assunto nos documentos que poderiam embasar tal estudo – tais como panfletos, livros, jornais – e, por outro lado, pela ausência de ensaios historiográficos em torno da questão. Marques identificou, portanto, duas naturezas do silêncio português em torno do tráfico negro e do abolicionismo em Portugal: uma era circunstancial, ou seja, “o silêncio inerente a todo o assunto insuficientemente estudado”; a outra era intrínseca, embora não incontornável. De acordo com sua interpretação, “a inexistência de um movimento abolicionista em Portugal não implicava necessariamente a ausência de ideias a respeito da questão, mas tão-só que a sua captação era muito mais trabalhosa, já que lidava com o difuso e com o esparso”.³³³ Para o caso aqui analisado não é possível dizer que exista um silêncio circunstancial; pelo contrário, a escravidão é um dos temas centrais da história cubana e há um número elevado de estudos a seu respeito, desde sua configuração à sua queda. A questão também foi discutida pelos sujeitos do período em tratados oficiais, em ensaios intelectuais e organizações de caráter privado. Contudo, há um silêncio intrínseco a seu respeito na imprensa periódica, fonte principal dessa pesquisa. Frente a essa constatação, cabe indagar: o quê motivou esse sigilo com que a escravidão foi tratada pelos editores nos períodos em tela?

A resposta a que se chegou também se beneficiou da obra de Marques. O silêncio acerca da escravidão e do tráfico em Portugal, diz o autor, “prestava-se a diversas leituras, podendo corresponder não apenas a um alheamento asséptico, mas

³³³ MARQUES, *Os Sons do Silêncio: o Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1999, p.453.

também a *uma estratégia voluntariamente assumida* por todos os que pretendiam a continuação do tráfico (...).³³⁴ Transpondo esse raciocínio para o caso aqui estudado, pode-se pensar que silenciar sobre a escravidão nas páginas dos periódicos consistiu em uma estratégia deliberada dos editores que cumpriu a função de evitar distúrbios da ordem que poderiam ser fomentados pela divulgação de notícias polêmicas referentes àquele que era o componente central da sociedade insular. Uma eventual tendência antiescravista do liberalismo espanhol, expressa nas propostas de fim do tráfico negreiro e nas discussões de inclusão das castas na categoria de cidadãos durante as reuniões das Cortes espanholas, era uma ameaça à estabilidade social em um território marcado pela forte presença de escravos e livres de cor como era Cuba; a grande conspiração de 1812 foi a prova cabal de que a difusão de notícias relacionadas a essas temáticas era extremamente prejudicial para o projeto de manutenção da ordem – social, política e econômica. Nesse sentido, silenciar sobre a escravidão era uma maneira de mantê-la tal e qual, sem que discussões sobre o assunto viessem alterar o status quo vigente.

A instrumentalização do silêncio como estratégia não foi exclusiva da ilha e pode ser observada em outras partes da América Ibérica. No Vice Reino do Peru, bastião do realismo no continente, a imprensa silenciou completamente sobre os acontecimentos que tomaram a América espanhola a partir de 1810. Victor Peralta se encarregou de mostrar que, apesar da implementação da lei de liberdade de imprensa em abril de 1811, os periódicos oficiais e particulares omitiram quaisquer discussões acerca dos processos autonomistas ensaiados nos territórios vizinhos, ignorando os movimentos desencadeados com a formação de juntas em Buenos Aires, La Paz e Santiago do Chile.³³⁵ A imprensa peruana, diz o autor, “se mantuvo dentro del margen permitido por las autoridades virreinales. [...] todo estuvo calculado para politizar a la población a partir del recurso a la unanimidad.”³³⁶ A preocupação com a manutenção da ordem vigente era tamanha que, valendo-se da dificuldade de comunicação entre o vice reino e a Península ocupada, a *Minerva Peruana* (editada por Guillermo del Río, anteriormente responsável pela oficial *Gaceta Peruana*) se encarregou de difundir informações que pouco tinham a ver com a realidade, mas que cumpriam o papel de manter vivo o espírito de lealdade à Coroa. Assim, em notável distorção dos fatos, levou a população a acreditar que Fernando VII foi à França fazer uma visita de

³³⁴ Idem, p. 19. Grifos meus.

³³⁵ PERALTA RUIZ, Victor. “Prensa y redes de comunicación en el Virreinato del Perú, 1790-1821” In: *Tiempos de América*, n° 12 (2005), pp.113-131.

³³⁶ Idem, p. 130.

agradecimento a Napoleão por sua contribuição na caída do ministro espanhol Godoy, e que os franceses haviam sido derrotados na metrópole, razão pela qual José Bonaparte optara por retirar-se a Madri; em setembro de 1809, anunciou os triunfos da resistência espanhola, afirmando que a península estava praticamente livre das tropas napoleônicas.³³⁷

João Paulo Pimenta constatou silêncio semelhante acerca dos acontecimentos da América espanhola a partir de 1810 na imprensa publicada no Brasil:

[...] não obstante a profusão de detalhes com que esses acontecimentos penetraram na esfera do Estado imperial português, valendo-se de condições de difusão de informações cada vez melhores, eles serão dados a conhecer publicamente de modo bastante limitado, e graças quase que exclusivamente à obra do *Correio Brasiliense*. No tocante às iniciativas governamentais, eles serão cuidadosamente silenciados e apenas circunstancialmente evocados, aparentemente em busca de um resguardo do mundo português perante um influxo de exemplos e experiências cujos resultados, no Brasil, eram ainda incertos.³³⁸

Além do *Correio Brasiliense*, cartas particulares e relatos orais davam conta de informar a América portuguesa sobre o que ocorria mesmo nos territórios mais distantes, como a Nova Espanha; apesar disso, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, periódico publicado na sede do governo português (o *Correio* era publicado em Londres), abordou os eventos com “reserva e discrição”. As poucas notícias que saíram nesse periódico eram, além de assaz atrasadas temporalmente, bastante seletivas em seu conteúdo.³³⁹ A confirmação de que o silêncio na imprensa era uma estratégia clara e bem definida de evitar o contágio revolucionário fica expressa, ademais, na mudança de comportamento do próprio *Correio Brasiliense*, que passou igualmente a silenciar sobre alguns eventos quando ficou evidente que a trajetória da América portuguesa estava ligada à da América espanhola.³⁴⁰ “O silêncio incidia, portanto, sobre aquilo que não deveria ser mostrado”.³⁴¹

Essa constatação pode muito bem ser aplicada para o caso da imprensa cubana no que tange à escravidão. Mais do que isso, abre uma possibilidade de conectar as

³³⁷ Quando enfim chegaram as notícias (verdadeiras) sobre a caída de Sevilha, a *Minerva* caiu em descrédito, e o vice rei Abascal determinou sua substituição por um periódico oficial (*Gaceta del Gobierno*) que retomou a prática de publicar exclusivamente os éditos oficiais. Idem, p.116.

³³⁸ PIMENTA, Op. Cit., p.75.

³³⁹ Idem, p. 104.

³⁴⁰ Idem, pp.162-163.

³⁴¹ Idem, p.105.

duas temáticas enfocadas aqui, pois oferece um viés de interpretação para a negatividade com que as insurgências hispano-americanas foram abordadas. É de se supor que, a exemplo das autoridades peruanas e brasileiras, as cubanas tampouco desejavam permitir a divulgação de eventos de cunho contestatório e revolucionário. Diante da impossibilidade de controlar a circulação de informações em um território tão dinâmico quanto a *oikoumenê* caribenha naquele momento, em um espaço confinado de uma ilha por onde passavam pessoas de todas as classes e nacionalidades, é possível que a construção de imagens negativas tenha cumprido o papel que o silêncio, nesse caso, não pode desempenhar. A leitura cruzada das notícias (negativas) sobre as insurgências e as (praticamente ausentes) sobre escravidão aponta assim para uma estratégia bem delineada – e vitoriosa – de manutenção da escravidão em Cuba e, em sua função, do colonialismo.

Traçadas essas breves considerações, cabe apontar as limitações da pesquisa para que fique claro que não se considera esgotada a tarefa aqui iniciada. Infelizmente, o corpo editorial das publicações periódicas cubanas ainda não está suficientemente estudado, inviabilizando um mapeamento detalhado sobre o comportamento político dos homens que eram responsáveis pela difusão de informações pela via impressa na ilha. Contribuições significativas estão presentes na obra de Larry Jensen, citada com recorrência ao longo desse trabalho, que demonstrou a contento as tendências políticas desses editores no plano ideológico – conservadorismo, liberalismo moderado ou liberalismo exaltado; em escala reduzida (mas não menos importante), os trabalhos de Manuel Hernández González elucidaram as batalhas travadas na imprensa entre liberais moderados e exaltados. Contudo, há ainda espaço para examinar seu comportamento com relação a outros aspectos da vida política, possibilidade que muito tem a contribuir para o entendimento dos conteúdos publicados em cada título e do papel que a imprensa desempenhou naquela sociedade. As reações das autoridades coloniais aos impressos subversivos e artigos polêmicos pode ser tomado, como se fez aqui, como expressão desse papel, mas aportes significativos nesse sentido podem ser feitos pelo estudo da geografia das *plantations*, na medida em que pode elucidar as rotas de comunicação tanto entre campo e cidade quanto entre ocidente e oriente da ilha.

Da mesma maneira, o conteúdo da correspondência oficial produzida pela administração colonial no tocante aos movimentos insurgentes nos anos críticos da relação Espanha – América ainda está por ser sistematizado. Aquilo que se utilizou para

a redação dessa dissertação representa uma quantidade ínfima do material existente no Arquivo das Índias, onde, seguramente, ainda há muito a ser descoberto. A correspondência custodiada nessa instituição, vale lembrar, diz respeito ao que foi tramitado entre as autoridades alocadas em Cuba e seus pares ou superiores na Espanha. Deve haver uma documentação rica nos arquivos cubanos referente à correspondência trocada a nível local, ou seja, entre o capitão general e representantes do governo nas outras províncias da ilha, ou entre aquele e seus congêneres em outros territórios da América, à qual não se teve acesso por conta da limitação temporal e em face das dificuldades de pesquisar em Cuba atualmente. Enfim, os resultados apresentados aqui não pretendem, de forma alguma, encerrar o assunto; espera-se, antes, ser uma primeira contribuição ao exame de um tema bastante vasto.

Fontes e Bibliografia

Fontes Documentais – Periódicos

(Biblioteca Nacional, Hemeroteca Municipal de Madrid e Archivo General de Índias)

Período Gaditano

Café del Comercio (1814)

La Cena: Diario de La Habana (1812 – 1814)

El Centinela en La Habana (1813-1814)

El Consolador (1812)

Correo de las Damas (1811)

Diario Civico (1812- 1814)

Diario Cívico Patriótico de Santiago de Cuba (1813)

Diario de la Habana (1811-1814)

Espejo Diario (1814)

El Filosofo Verdadero (1813-1814)

Gaceta Diaria (1812)

El Hablador (1811)

El Lince (1811)

Noticioso -Diario del Comercio (1814)

Noticioso (1813 -1814)

El Patriota Americano (1812)

El Semanario (1814)

Triênio Constitucional

El Amante de Si Mismo (1822)

El Amigo de la Constitución. Diario de La Habana (1822)

El Argos (1820-1821)

Botiquín Constitucional (1820)

La Concordia Cubana (1823)

La Corbeta Constitucional / Corbeta Constitucional La Impavida (1821-1822)

Corbeta Cubana (1820)

Corbeta Vigilancia (1820)

El Correo De España (1822)

El Despertador Patriótico (1821)
El Dominguito de la Isla de Cuba. (1822-1823)
El Esquife Arranchador (1820-1822)
El Esquife Constitucional. (1821-1822)
El Español Libre (1822)
El Falucho Vigía (1821)
Gaceta Constitucional de Cayo-puerto (1821)
Gaceta Constitucional de Puerto Príncipe (1820-1834)
Gaceta de la Habana (1822-1823)
Gaceta o La Aurora de Cayo-guinchos (1821)
El Gorro Americano (1822)
El Imparcial (1821)
El Imperterritorio Constitucional (1822)
Indicador Constitucional (1821-1823)
La Minerva. Periódico Político, Científico y Literario (1821)
Miscelánea Liberal de Santiago de Cuba (1820-1821)
La Miscelánea de La Habana. (1822)
El Místico Terrible Catalán (1822)
El Navío Arranchador (1820-1821)
Noticioso Mercantil: Diario Constitucional, político y Literario de la Habana (1821-1823)
El Observador de la Isla de Cuba (1819-1822)
Periodico Nacional de Santiago de Cuba (1822)
La Posta – Periodico De Guanabacoa. (1822)
El Práctico constitucional (1823)
Redactor General (1823)
El Sabelotodo ó el Robespierre Habanero (1821)
Semanario de Matanzas (1822)
El Sirugo (1822)
El Tío Bartolo (1820)
El Trágala Perro (1822)

Fontes Documentais – Legajos

(Archivo General de Índias)

CUBA, 157b

CUBA,1599

CUBA,1869

CUBA,2139

ESTADO,12

ESTADO,17

ESTADO,31

STO. DOMINGO,1294

ULTRAMAR, 84

ULTRAMAR,105

ULTRAMAR,106

ULTRAMAR,107

ULTRAMAR,109

ULTRAMAR,110

ULTRAMAR,111

ULTRAMAR,112

ULTRAMAR,113

ULTRAMAR,154

Fontes publicadas

ARANGO Y PARREÑO, *Obras*. La Habana: Imagen Contemporánea, 2005, 2 volumes.

BACHILLER Y MORALES, Antonio. *Apuntes para la historia de las letras y de la instrucción pública de la Isla de Cuba*. Havana: Imprenta de P. Massana, 1859, 3 vols.

CABALLERO, José Agustín. *Obras*. Ensayo introductorio, compilación y notas: Edelberto Leiva Lajara. La Habana: Imagen Contemporanea, 1999. Colección Biblioteca de Clásicos Cubanos, No. 5.

OBISPO DE ESPADA. *Papeles*. Ensayo introductorio, selección y notas: Eduardo Torres-Cuevas. Biblioteca de Clásicos Cubanos. La Habana: Imagen Contemporánea, 1999.

Bibliografia

ALBERT, P., TERROU, F. *História da Imprensa*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

ÁLVAREZ, Jesús Timoteo; MARTÍNEZ RIAZA, Ascensión. *Historia de la Prensa Hispanoamericana*. Madrid: MAPFRE, 1992.

ÁLVAREZ CUARTERO, Izaskun, SÁNCHEZ GÓMEZ, Julio (eds.). *Visiones y Revisiones de la Independencia Americana*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2003.

ANNA, Timothy. “A Independência do México e da América Central”. In: BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina, vol. III: Da Independência até 1870*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001, pp. 73-118.

ARTOLA, Miguel. *La España de Fernando VII*. Madrid: Espasa Calpe, 1999; Idem, *La Revolución española (1808-1810)*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 2010.

ÁVILA, Alfredo. “De las independencias a la modernidad. Notas sobre un cambio historiográfico”. In: PANI, Erika, SALMERÓN, Alicia (eds). *Conceptualizar lo que se ve. François-Xavier Guerra, historiador. Homenaje*. México: Instituto Mora, 2004, pp. 76-112.

BARCIA PAZ, Manuel. *Seeds of Insurrection. Domination and Resistance on Western Cuban Plantations, 1808-1848*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2008.

BERBEL, Márcia Regina; MARQUESE, R. B.; PARRON, Tâmis. *Escravidão e Política. Brasil e Cuba, 1790-1850*. São Paulo: HUCITEC : FAPESP, 2010.

BLANCHARD, Peter. *Under the flags of freedom. Slave soldiers and the wars of Independence in Spanish South America*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2008.

BUSHNELL, David. “A Independência da América do Sul espanhola.” In: BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina, vol. III: Da Independência até 1870*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001, pp.119-186.

CHILDS, Matt. *The 1812 Aponte rebellion in Cuba and the struggle against Atlantic slavery*. The University of North Carolina Press, 2006.

_____. “‘A Black French General Arrived to Conquer the Island’. Images of the Haitian Revolution in Cuba’s 1812 Aponte Rebellion”. In: David P. Geggus (ed.). *The Impact of the Haitian Revolution in the Atlantic World*. Columbia, SC: The University of South Carolina Press, 2001.

CHUST, Manuel. Un bienio trascendental: 1808-1810. In: Idem (Coord.). *1808: La eclosión juntera en el mundo hispano*. México: Fondo de Cultura Económica / Fideicomiso Historia de las Américas / El Colegio de México, 2007.

_____ (ed.). (Ed.). *Las Independencias Iberoamericanas en su Laberinto*. Valencia: Universitat de València, 2010.

_____ (coord.). *La eclosión juntera en el mundo hispano*. México: Fondo de Cultura Económica : COLMEX, 2007.

_____ & MÍNGUEZ, Víctor. (Eds.). *El Imperio Sublevado. Monarquía y Naciones en España y Hispanoamérica*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2004, pp. 225-254.

_____ & SERRANO, José Antonio. Un debate actual, una revisión necesaria. In: Idem (Eds.). *Debates sobre las Independencias Iberoamericanas*. AHILA, Iberoamericana, Vervuert, 2007, pp. 9-25.

_____ & FRASQUET, Ivana. *Las independencias en América*. Madrid: Catarata, 2009.

DELGADO, Hernán Venegas. El fantasma de la revolución haitiana y la independencia de Cuba (1820-1829). *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo: EDUC, n. ° 31, dezembro 2005, pp. 25-54.

DUBOIS, Laurent. *Avengers of the New World. The story of the Haitian Revolution*. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

FERNANDES, Ana Cláudia. *Revolução em Pauta: o Debate Correo del Orinoco – Correio Braziliense (1817-1820)*. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP, 2010.

FERRER, Ada. *Insurgent Cuba: race, nation, and revolution, 1868-1898*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1999.

_____. “Noticias de Haití en Cuba”. *Revista de Indias*, septiembre/diciembre 2003, vol. LXIII, no 229, pp. 675-94

_____. Cuba en la sombra de Haití: noticias, sociedad y esclavitud. In: GONZÁLEZ-RIPOLI, Maria Dolores et alii. *El rumor de Haití en Cuba: temor, raza y rebeldía, 1789-1844*. Madrid: CSIC, 2004, pp.179-231.

_____. Temor, poder y esclavitud en Cuba en la época de la Revolución Haitiana. In: PIQUERAS, José A. *Las Antillas en la era de las Luces y la Revolución*. Madrid: Siglo XXI, 2005, pp.67-83.

_____. “El mundo cubano del azúcar frente a la Revolución Haitiana”, In: GONZÁLEZ RIPOLL; ÁLVAREZ CUARTERO, Izáskun (eds). *Francisco Arango y la invención....*

FERRER, Priscila. *A arma das letras: os acontecimentos hispanoamericanos nas folhas do El Español (1810-1812)*. Tese de Máster. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2011.

FICK, Carolyn. *The Making of Haiti: The Saint-Domingue Revolution from Below*. Knoxville: The University of Tennessee Press, 1990.

FRANCO, Antonio-Filiu, ÁLVAREZ ALONSO, Clara. *La cuestión cubana en las Cortes de Cádiz*. Madrid: Fundación Coloquio Jurídico Europeo, 2011.

FUNES MONZOTE, Reinaldo. *De Bosque a Sabana. Azúcar, deforestación y medio ambiente en Cuba (1492-1926)*. Distrito Federal de México: Siglo XXI Ediciones, 2004.

GEGGUS, David P. (ed.) *The Impact of the Haitian Revolution in the Atlantic World*. Columbia: University of South Carolina Press, 2011.

GOLDMAN, Noemí. “El hombre de la Habana. Antonio José Valdés y los discursos del constitucionalismo rioplatense”, In: TERÁN, Marta, SERRANO ORTEGA, José Antonio (Eds.). *Las guerras de independencia en la América española*. Michoacán: El Colegio de Michoacán: Instituto Nacional de Antropología y Historia, 2002, pp. 165-180

GÓMEZ PERNÍA, Alejandro Enrique. *Le syndrome de Saint-Domingue. Perceptions et représentations de la Révolution haïtienne dans le Monde Atlantique, 1790-1886*. Paris : École de Hautes Études en Sciences Sociales, 2010.

GONZÁLEZ-RIPOLL, María Dolores. “Vínculos y redes de poder entre Madrid y La Habana: Francisco de Arango y Parreño (1765-1837), ideólogo y mediador”, *Revista de Indias*, . num. 222 (2001), pp.291-305

_____ & ÁLVAREZ CUARTERO. *Francisco Arango y la invención de la Cuba azucarera*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2010.

GUERRA, François Xavier. *Modernidad e Independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

_____ e LAMPIÉRIÈRE, Annick. “Introducción”. In: _____ (et al.). *Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambigüedades y problemas, siglos XVIII-XIX*. México: Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centroamericanos/Fondo de Cultura Económica, 1998

GUERRA Y SÁNCHEZ, Ramiro. *Manual de Historia de Cuba (Económica, Social y Política)*. La Habana: Cultural S.A., 1938.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. (Trad. port.). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984 (1ª edição: 1962).

HALPERIN DONGHI, Tulio. *Reforma y disolución de los imperios ibéricos, 1750-1850*. Madrid: Alianza Editorial, 1985

HAMPE MARTÍNEZ, Teodoro. “La ‘primavera’ de Cádiz: libertad de expresión y opinión pública en el Perú (1810-1815)”. In: *Historia Constitucional*, n. 13, 2012. pp 339-359.

HERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Manuel. “El liberalismo exaltado en el Trienio Liberal cubano”. In: OPATRNY, Josef. *Cuba: algunos problemas de su historia*. Praga: Universidad Carolina de Praga, 1995. Supplementum da Ibero-Americana Pragensia 7, pp.67-79

_____. “El Observador Español en Londres, un periódico fernandino contra la emancipación americana”. *Revista de Indias*, 1999, vol LIX, núm. 216, pp. 439-454.

_____. “El Liberalismo Criollo Cubano en el Trienio Liberal: *El Americano Libre*”. IN: BALBOA, Imilcy; PIQUERAS, José A. (eds.) *La excepción americana. Cuba en el ocaso del imperio continental*. Valencia: Centro Francisco Tomás y Valiente/ UNED Alzira-Valencia/Fundación Instituto de Historia Social, 2006. pp. 219-238.

JENSEN, Larry. *Children of colonial despotism. Press, Politics and Culture in Cuba, 1790-1840*. Tampa: University of South Florida Press, 1988.

JOHNSON, Sherry. *The Social Transformation of Eighteenth-Century Cuba*. Gainesville: University Press of Florida, 2001.

_____. “From authority to impotence: Arango’s adversaries and their fall from Power during the constitutional period (1808-1823)”, p.200. In: GONZÁLEZ-RIPOLL, ÁLVAREZ CUARTERO. *Francisco Arango y la invención de la Cuba azucarera*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2010, pp. 193-211.

KNIGHT, Franklin W. “Origins of Wealth and the Sugar Revolution in Cuba, 1750-1850”. *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 57, No. 2 (May, 1977), pp. 231-253.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. (Trad. port.). Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

KUETHE, Allan J. *Cuba, 1753-1815. Crown, Military, and Society*. Knoxville: The University of Tennessee Press, 1986.

LANDERS, Jane. *Atlantic Creoles in the Age of Revolutions*. Cambridge: Harvard University Press, 2010.

LA PARRA, Emilio. “El príncipe inocente. La imagen de Fernando VII en 1808”. In: CHUST, Manuel; FRASUET, Ivana. *Las independencias en América*. Madrid: Catarata, 2009.

LEIVA LAJARA, Edelberto. “José Agustín Caballero: el espíritu de los orígenes”. In: CABALLERO, José Agustín. *Obras*. Ensayo introductorio, compilación y notas:

Edelberto Leiva Lajara. *La Habana: Imagen Contemporanea*, 1999. Colección Biblioteca de Clásicos Cubanos, No. 5.

LUCENA GIRALDO, Manuel. *Naciones de rebeldes. Las revoluciones de independencia latinoamericanas*. Madrid: Santillana Ediciones Generales, 2010.

LYNCH, John. *The Spanish American Revolutions, 1808-1826*. New York: W.W. Norton & Company, 1986 [1976]. 2ª edição.

MARQUESE, R. B.. *Feitores do corpo, missionários da mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

_____. *Escravidão e questão nacional em Cuba: a ideologia pró-escravista entre 1790 e 1820. História UNISINOS – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale dos Sinos – v. 8, n. 9. São Leopoldo: Unisinos, 2004.*

_____. *Comparando impérios: a experiência do tempo e o lugar do Brasil no projeto escravista de Francisco de Arango y Parreño (1789-1832). In: Francisco Arango y la invención de la Cuba azucarera*. Madrid: CSIC, 2008.

_____. *1808 e o impacto do Brasil na construção do escravismo cubano. Revista USP, v. 79, p. 118-131, 2008.*

_____. *Agronomia e técnicas açucareiras: Brasil e Cuba na primeira metade do século XIX. Brasil 500 anos: encontros na Bahia*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2000.

_____ & PARRON, Tâmis. “Revolta escrava e política da escravidão: Brasil e Cuba, 1791-1825”. *Revista de Índias*. Vol. LXXI, n. 251, 2011, pp. 19-52.

MARQUES, João Pedro. *Os Sons do Silêncio: o Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1999.

MINTZ, Sidney W. *O poder amargo do açúcar. Produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2003.

MORENO ALONSO, Manuel. *José Bonaparte: un rey republicano en España*. Madrid: las Esfera de los Libros, 2008.

MORENO FRAGINALS, Manuel. *Cuba/Espanha/Cuba: Uma história comum*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005. (Trad. Ilka Stern Cohen.)

NARANJO OROVIO, Consuelo “Cuba, una isla impregnada de guarapo”, p.28-29. In: GONZÁLEZ-RIPOLL, María Dolores; ÁLVAREZ CUARTERO, Izaskun (eds.). *Francisco Arango...*, pp. 27-40.

O'PHELAN, Scarlett. *Un siglo de rebeliones anticoloniales. Perú y Bolivia, 1700-1783*. Cuzco, CBC, 1988.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PERALTA RUIZ, Victor. "Prensa y redes de comunicación en el Virreinato del Perú, 1790-1821" In: *Tiempos de América*, nº 12 (2005), pp.113-131.

_____. "Las plumas contra las Cortes y el Trono. La prensa y el desmontaje del liberalismo hispánico en el Perú, 1821-1824". *Revista de Índias*. Vol. LXXI, num. 253, 2011, pp. 729-758.

PHELAN, John Leddy. *The People and the King. The Comunero Revolution in Colombia, 1781*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1978.

PICHARDO VIÑALS, Hortencia. "¿Historia de Cuba o Historia de La Habana?" In: VALDÉS, José Antonio. *Obras*. La Habana: Ediciones Imagen Contemporánea, 2005. Colección Biblioteca de Clásicos Cubanos, No. 40.

PIMENTA, João Paulo Garrido. *O Brasil e a América espanhola. 1808-1822*. Tese de Doutorado. FFLCH, Universidade de São Paulo, 2003.

PIQUERAS, José A. *Bicentenários de Libertad. La fragua de la política en España y las Américas*. Barcelona: Ediciones Península, 2010.

_____. 1808: Una coyuntura germinal. In: *Historia Mexicana*, Vol. LVIII, núm. 1, julio-septiembre. México: El Colegio de México, 2008, pp. 5-29.

_____. La siempre fiel isla de Cuba, o la lealtad interesada. In: *Historia Mexicana*, Vol. LVIII, núm. 1, julio-septiembre. México: El Colegio de México, 2008, pp. 427-486.

_____. Leales en época de insurrección. La élite criolla cubana entre 1810 y 1814. In: ÁLVAREZ CUARTERO, Izaskun, SÁNCHEZ GÓMEZ, Julio (eds.). *Visiones y Revisiones de la Independencia Americana*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2003.

_____. "El ideário de una revolución frustrada: José Francisco Lemus y la libertad de Cubanacán" IN: *Ibero-Americana Pragensia – Supplementum*. N.19, 2007, pp. 211-221.

_____ (ed.). *Félix Varela y la prosperidad de la Patria Criolla*. Madrid: Fundación MAPFRE : Ediciones Doce Calles, 2007.

_____ (ed.). *Las Antillas en la era de las Luces y la Revolución*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2005.

_____ ; BALBOA, Imilcy (eds.). *La excepción americana. Cuba en el ocaso del imperio continental*. Valencia: Centro Francisco Tomás y Valiente UNED Alzira – Valencia; Fundación Instituto de Historia Social, 2006.

PORTILLO VALDÉS, José Maria. “Un problema de la identidad entre monarquía y nación en la crisis hispana, 1808-1812”. In: ÁLVAREZ CUARTERO, Izaskun; SÁNCHEZ, Julio(eds.). *Visiones y revisiones de la independencia de America: la Constitución de Cádiz y las Constituciones Iberoamericanas*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2007.

QUINTERO, Alejandro Pizarroso (coord.) *Historia de la Prensa*. Madrid : Centro de Estudios Ramon Areces, 1994.

_____. La revolución de la Imprenta. In: Idem (coord.). *Historia de la Prensa*. Madrid : Centro de Estudios Ramón Areces, 1994, pp. 29-54.

RAMOS SANTANA, Alberto. “La constitución de 1812 y los americanos: la representación a la emancipación”. In: ÁLVAREZ CUARTERO, Izaskun; SÁNCHEZ, Julio. *Visiones y Revisiones de la Independencia Americana*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2003, pp.87-108.

RÍOS VICENTE, Enrique. El Periodismo en Iberoamérica. In: QUINTERO, Alejandro Pizarroso (coord.) *Historia de la Prensa*. Madrid : Centro de Estudios Ramón Areces, 1994, pp. 471-472.

RODRÍGUEZ O., Jaime E. *La independencia de la América española*. México, D.F.: El Colegio de México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

SÁNCHEZ BAENA, Juan José. *El terror de los tiranos. La imprenta en la centuria que cambió Cuba (1763-1868)*. Castelló de la Plana: Publicaciones de la Universitat Jaume I, D.I. 2009.

SCHMIDT-NOWARA, Christopher. *Empire and antislavery. Spain, Cuba, and Puerto Rico, 1833-1874*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1999.

SLEMIAN, Andréa. “Seriam todos cidadãos? Os impasses na construção da cidadania nos primórdios do constitucionalismo no Brasil (1823-1823)”. In: I. Jancsó (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.

THIBAUD, Clément. *República en armas. Los ejércitos bolivarianos en la guerra de Independencia en Colombia y Venezuela*. Bogotá: Editorial Planeta, 2003.

TOMICCH, Dale. *Through the Prism of Slavery. Labor, Capital and World Economy*. Boulder: Rowman & Littlefield, 2004, pp. 56-71.

_____. “The Wealth of Empire: Francisco Arango y Parreño, Political Economy, and the Second Slavery in Cuba”, p. 19. *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 45, No. 1 (Jan., 2003), pp. 4-28.

TORRES-CUEVAS, Eduardo. “Hacia una interpretación del Obispo Espada y su influencia en la sociedad y el pensamiento cubanos”. Obispo de Espada, *Papeles*. Ensayo introductorio, selección y notas: Eduardo Torres-Cuevas. Biblioteca de Clásicos Cubanos. La Habana: Imagen Contemporánea, 1999.

URIBE-URAN, Victor M. "The Birth of a Public Sphere in Latin America During the Age of Revolution". *Comparative Studies in Society and History*. Vol. 42, No.2 (Apr. 2000), pp. 425-257.

UTET, Martial Iglesias. "Los Despaigne en Saint-Domingue y Cuba: narrativa microhistórica de una experiencia atlántica". *Revista de Indias*, 71, 30-04-2011, pp. 77-108.

VALDÉS, José Antonio. *Obras*. La Habana: Ediciones Imagen Contemporánea, 2005. Colección Biblioteca de Clásicos Cubanos, No. 40.

VON GRAFENSTEIN, Johanna. "La Revolución de Independencia de Haiti: sus percepciones en las posesiones españolas y primeras repúblicas vecinas". Disponível em: <http://www.20-10historia.com/articulo7.phtml> - Consultado em 30/05/2013.

YACOU, Alain. "Esclaves et libres français à Cuba au lendemain de la Révolution de Saint-Domingue". *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*, 1991, n. 28, pp.163-197.

_____. "L'expulsion des Français de Saint-Domingue refugies dans la région orientale de l'île de Cuba (1808-1810) ". *Cahiers du Monde hispaniques et luso-brésilien*, 1982, n.39, pp.49-64.

_____. "La insurgencia negra en la isla de Cuba en la primera mitad del siglo XIX". *Revista de Indias*, 1993, vol. 53, n.197, pp.23-51.

YOUSSEF, Alain El. *Imprensa e Escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP, 2010.